



DROGAS **nas escolas**

VERSÃO RESUMIDA

Brasília, março de 2005

As autoras são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, nem tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

DROGAS nas escolas

VERSÃO RESUMIDA

MIRIAM ABRAMOVAY

MARY GARCIA CASTRO

APOIO

- CNPq
- USAID
- UNAIDS
- CONSED
- UNDIME
- BANCO MUNDIAL
- FUNDAÇÃO FORD
- INSTITUTO AYRTON SENNA

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

MINISTÉRIO DA SAÚDE / COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST/AIDS



edições UNESCO

Conselho Editorial da UNESCO no Brasil

Jorge Werthein
Cecília Braslavsky
Juan Carlos Tedesco
Adama Ouane
Célio da Cunha

Comitê para a Área de Educação

Alvana Bof
Célio da Cunha
Candido Gomes
Katherine Grigsby
Marilza Machado Regattieri

Revisão: Reinaldo de Lima Reis

Assistente Editorial: Larissa Vieira Leite, Rachel de Araújo

Diagramação: Paulo Selveira

Capa: Edson Fogaça

© UNESCO, 2005

Abramovay, Miriam

Drogas nas escolas: versão resumida / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro. – Brasília : UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.
143 p.

1. Educação-Brasil 2. Vício em Drogas 3. Uso de Drogas-Juventude-Brasil 4. Problemas Sociais-Juventude-Brasil 5. Violência entre Jovens-Brasil I. Castro, Mary Garcia II. Abramovay, Miriam III. UNESCO IV. Título

CDD 370



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil

SAS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 – Brasília/DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 322-4261

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	9
 1. Os alunos: características sociodemográficas, relações sociais primárias e valores	11
1.1. Características sociodemográficas	11
1.2. Relações sociais primárias e valores	12
1.2.1. Atividades de lazer, culturais, desportivas e religiosas	12
1.2.2. Relacionamento familiar.....	15
1.2.3. Relação com grupos de amigos.....	19
 2. Jovens e drogas lícitas	23
2.1. Álcool	23
2.1.1. Introdução.....	23
2.1.2. Frequência de uso e preferências.....	24
2.1.3. Usuários segundo sexo.....	26
2.1.4. Usuários segundo grupo etário.....	29
2.1.5. Percepção do álcool como droga	33
2.1.6. O álcool como “porta de entrada”	34
2.1.7. Motivos de uso	35
2.1.8. Primeira experiência e o lugar da família no consumo	36
2.1.9. Sociabilidade e uso do álcool: o lugar dos amigos.....	39
2.1.10. Religião e uso de bebidas alcoólicas	40
2.1.11. Influência da mídia	42
2.1.12. Permissividade quanto ao álcool.....	43
2.2. Tabaco	46
2.2.1. Introdução.....	46
2.2.2. Frequência de uso	46
2.2.3. Usuários segundo grupo etário.....	47
2.2.4. Usuários segundo sexo.....	48
2.2.5. Percepção do tabaco como droga	51
2.2.6. O tabaco como “porta de entrada”	52
2.2.7. Primeira experiência e o lugar da família no consumo	53

2.2.8. Sociabilidade e o uso do tabaco: o lugar dos amigos.....	55
2.2.9. Influência da mídia.....	56
2.3. Drogas lícitas de uso ilícito.....	58
2.3.1. Introdução.....	58
2.3.2. Percepção.....	59
2.3.3. Uso segundo sexo.....	60
2.3.4. Drogas cujo consumo foi percebido.....	61
3. Jovens e drogas ilícitas.....	63
3.1. Introdução.....	63
3.2. Frequência de uso.....	64
3.3. Uso segundo sexo.....	65
3.4. Uso segundo grupo etário.....	66
3.5. Uso por condição de trabalho e estudo.....	68
3.6. Locais de uso.....	69
3.7. Drogas mais vistas e usadas.....	69
3.8. Motivos de uso.....	71
3.9. Quem usa.....	78
3.10 Percepções sobre drogas, suas conseqüências e o usuário.....	78
3.10.1. O que são drogas.....	78
3.10.2. Como percebem o uso e suas conseqüências.....	79
3.10.3. Percepção sobre os usuários.....	80
3.11. Uso e relacionamento familiar.....	81
3.12. Uso e religião.....	84
3.13. Uso e lazer.....	85
3.14. Comportamento de risco.....	86
4. Drogas e ambiente escolar.....	89
4.1. O imaginário sobre a escola.....	89
4.2. A percepção dos atores sobre drogas nas escolas.....	92
4.2.1. A presença de drogas nas imediações da escola.....	92
4.2.2. O tráfico no entorno da escola.....	94

4.2.3. A presença de drogas dentro do ambiente escolar	97
4.2.4. Tráfico dentro da escola.	102
4.2.5. As drogas e sua interferência no ambiente escolar	105
4.2.6. A “lei do silêncio”	109
4.3. Consumo de drogas ilícitas e rendimento escolar.....	112
5. Considerações finais e recomendações	115
5.1. Considerações finais	115
5.2. Recomendações	120
5.2.1. Linhas de recomendações.....	121
5.2.1.1. Gerais.....	121
5.2.1.2. Específicas.....	126
Bibliografia	131

APRESENTAÇÃO

A presente edição foi especialmente preparada para atender as escolas brasileiras. Trata-se da versão resumida do livro *Drogas nas Escolas*, de Mary Castro e Miriam Abramovay lançado em 2002 com grande repercussão na imprensa. A pesquisa que deu origem a esse livro procurou privilegiar a visão de mundo dos alunos, do corpo técnico-pedagógico das escolas e dos pais, sobre o consumo de drogas e temas correlatos. O estudo envolveu crianças e jovens do ensino fundamental e médio de 14 capitais brasileiras. Essa abrangência contribuiu para um melhor conhecimento do ideário dos principais atores presentes no processo.

Drogas e violências são temas em evidência e, embora se tenha falado muito sobre eles, paradoxalmente nunca se silenciou tanto a respeito desse complexo problema, sobretudo no que diz respeito à relação que possuem com os processos sociais, como por exemplo, as desigualdades culturais e educacionais que os permeiam. Em geral, prevalece uma perspectiva que colabora para reforçar estigmas e preconceitos, o que pode, inclusive, comprometer uma postura preventiva e fortalecer, por conseguinte, uma conduta repressiva. Daí a importância da escola e dos educadores que precisam cada vez mais conhecer a teia de complexidades que os envolvem e as medidas que estão ao alcance da instituição escolar em sua missão formadora e educadora. Nessa direção, o estudo apresenta uma série de recomendações que consideramos da mais alta importância para o projeto pedagógico da escola.

Entre essas recomendações, o presente estudo defende a tese de que é preciso criar escolas protegidas, isto é, escolas voltadas à proteção integral, o que significa lidar com o tema de drogas não somente por meio de programas específicos, mas pela instauração de uma outra concepção de escola. Para tanto, é necessário mobilizar diversos vetores socioeducacionais, quais sejam, escolas que sejam capazes de estimular nos jovens a busca de outras alternativas, que possibilitem aventuras no campo do conhecimento e das

diversões, que ofereçam perspectivas para outros sentidos do prazer que não as drogas, para a solidariedade e a importância de conhecer e viver com horizontes que dignificam a vida no plano individual e da responsabilidade social. Além disso, as escolas devem estimular nos jovens o sentimento de fazer parte da comunidade escolar, como sujeitos de um processo de grande alcance social e coletivo.

O sonho e o idealismo de crianças e jovens podem ser canalizados, com a ajuda da escola, para a construção de projetos futuros que se convertam em referência em todo o seu itinerário de vida. Para tanto, é importante que o projeto pedagógico da escola, além de sua dimensão cognitiva, tenha sempre em vista o ser das pessoas. Uma nova escola supõe uma nova pedagogia. Não há receitas. Há experiências bem sucedidas e indicações que nascem dessas experiências. O mais importante é o compromisso da escola, de seus professores e de toda a comunidade escolar com a meta de combater, por um novo clima de educação e aprendizagem, as drogas e as violências escolares. A presente versão resumida oferece muitas indicações para serem discutidas e aproveitadas no âmbito de cada escola. Outras certamente surgirão na medida em que a instituição escolar começar a enfrentar o problema, não de forma marginal, mas como uma questão que está no âmago do processo educativo e que pode afetar não somente a aprendizagem dos alunos, como toda a sua trajetória de vida.

Assim, a Rede Pitágoras e a UNESCO, no marco da cooperação que unem os seus esforços, têm convicção que a versão escolar do livro *Drogas nas Escolas*, certamente dará uma contribuição de relevo em direção ao objetivo de construirmos coletivamente uma nova escola em condições de oferecer respostas concretas aos crescentes desafios da educação nesses tempos de muitas mudanças e incertezas.

Walter Luiz Diniz Braga
Presidente da Rede Pitágoras

Jorge Wertheim
Representante da UNESCO no Brasil

I. OS ALUNOS: CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, RELAÇÕES SOCIAIS PRIMÁRIAS E VALORES

O presente capítulo faz uma rápida caracterização do universo amostrado de alunos, a partir de vários indicadores, além de focalizar algumas dimensões da vida dos jovens. Também são apresentadas as percepções de alunos, pais e membros do corpo técnico-pedagógico sobre as relações familiares dos jovens e suas interações com amigos.

1.1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

A maioria dos alunos das 14 capitais pesquisadas pertence ao sexo feminino (53,3%), o que equivale a um total de quase 2,4 milhões de pessoas.

O grupo etário mais significativo é o de 13 a 15 anos de idade, com pouco mais de 37% do total e um contingente de quase 1,7 milhão de estudantes. Seguem-se aqueles de 16 a 18 anos, com um percentual de 33,9%, pouco mais de 1,5 milhão de alunos, enquanto o grupo de 19 a 24 anos é o menos representado (quase 526 mil alunos).

As informações sobre os tipos de família em que vivem os alunos mostram que a grande maioria – 68,3% – encontra-se em famílias de tipo tradicional, formada por pai/padrasto, mãe/madrasta e demais parentes. O segundo tipo de arranjo familiar mais freqüente encontrado entre os alunos pesquisados é aquele formado apenas por um dos pais ou madrastra/padrasto, com quase 18% dos casos.

A condição de trabalho e estudo informa que três quartos dos estudantes dizem que apenas estudam (um contingente de quase 3,4

milhões de alunos), sendo que aqueles que conjugam o trabalho com o estudo somam quase 22% do total, dos quais 14,2% (pouco mais de 641 mil estudantes) encontram-se em situação de trabalho permanente.

Considerando somente os alunos que trabalham e estudam, percebe-se que quase 63% do total contribuem para o sustento da família.

1.2. RELAÇÕES SOCIAIS PRIMÁRIAS E VALORES

Considera-se que as atividades culturais, desportivas, de lazer e religiosas, bem como o relacionamento familiar e as interações com o grupo de amigos, são dimensões privilegiadas como referências básicas, espaços e vetores sociais que têm destaque na vida dos alunos. Contudo, não se pretende destacar a importância que cada uma das dimensões socializadoras tem, por si só, no debate sobre as drogas. Também não se pretende assumir que a família, os amigos, as atividades de lazer e o tipo de engajamento religioso sejam as únicas dimensões em que circulam os jovens.

A idéia implícita nesta análise é a defesa da importância de se conhecer as relações sociais estabelecidas pelos jovens, suas orientações e motivações, a fim de que seja possível melhor desenhar programas para os jovens e com eles, tais como os de prevenção ao consumo de drogas.

1.2.1. Atividades de lazer, culturais, desportivas e religiosas

A prática de esportes é mencionada pelos jovens como uma das principais fontes de lazer e de interação social. Isso é válido tanto para alunos de escolas públicas como para os de particulares e, principalmente, no caso dos jovens do sexo masculino:

Eu também jogo muito futebol. Assim, por exemplo, nas quartas e quintas, a gente joga vôlei das 2 horas às 5 horas da tarde. Jogamos esse tempo todo. Faz alongamento. Faz um monte de coisa. É legal. (Grupo Focal com alunos, escola pública, Florianópolis)

Professores, diretores, além de outros membros do corpo técnico-pedagógico, também reconhecem o esporte, em especial o futebol, como uma atividade à qual os jovens atribuem uma grande importância, um meio para adquirir e preservar amigos e manter o grupo unido: “É. O principal deles sempre é a bola. Jogar futebol.”

Considerando as atividades de lazer, cerca de 60% dos estudantes afirmam praticar algum esporte, percebendo-se que essas atividades mantêm uma relação inversamente proporcional com a idade. Isso pode ser explicado, possivelmente, pelo envolvimento de muitos, entre os mais velhos, com atividades de trabalho remunerado.

Constata-se que a maioria dos alunos (79,3%) declara algum tipo de participação em atividades culturais e que, segundo a distribuição etária, a participação é mais freqüente na faixa de 10 a 18 anos.

É também considerável a proporção de alunos que participam de atividades religiosas – ainda que em menor proporção dos que praticam atividades culturais e esportivas: 32,8% afirmam freqüentar a igreja. Ao contrário da relação estabelecida entre faixa etária e prática de esportes, neste caso pode-se perceber que a prática religiosa assume uma relação diretamente proporcional com a idade, crescendo na faixa de 19 a 24 anos (36,4%) em relação às mais novas (*e.g.* 31,3% entre os de 10 a 12 anos).

Afirmam freqüentar boates, 26% dos alunos pesquisados. Esta é uma atividade mais comum para adolescentes na faixa dos 16 aos 18 anos. Em relação à freqüência a bares, constata-se que ela está presente na vida de 12,5% dos alunos. Como era de se esperar, a freqüência a bares aumenta segundo a idade. Tal prática tem representação inferior à observada para outras atividades e aparece de forma mais expressiva, entre os mais velhos (19 a 24 anos).

Considerando a análise segundo o sexo dos jovens, chega-se à conclusão de que a participação em atividades culturais e religiosas é mais freqüente no sexo feminino, enquanto a prática esportiva é mais disseminada no sexo masculino. As boates e os bares são locais freqüentados igualmente por jovens de ambos os sexos.

Alunos de escolas públicas e privadas participantes dos grupos focais, quando questionados sobre o que fazem em seu tempo livre, enfatizam o

hábito de escutar música: “Eu só gosto de ouvir música mesmo”, o que pode estar vinculado a outras atividades, tais como as obrigações domésticas: “Coloco o rádio bem alto e vou varrer a casa.”

O hábito da leitura passou a estar presente em suas vidas, segundo os alunos, da escola, mas sobretudo a partir da influência de outras pessoas. O estímulo vem, geralmente, de algum familiar: “Meu pai faz a gente ler bastante. Ele não gosta muito de televisão. Ele fala que tem que ler mais.”

Mas, segundo alguns professores, há uma preferência por outras atividades que não aquelas de cunho cultural, como beber com os amigos: “Para os alunos do noturno, a cervejinha no final de semana é muito mais importante do que ir a um teatro, a um cinema.”

Os locais mais freqüentados pelos jovens em suas horas de descontração são *shoppings* e festas: “Eu gosto de ir ao *shopping*. Para festa, boates, cinemas, bares e *shows*.” Esses lugares, muitas vezes, funcionam como ponto de encontro para os jovens conversarem e dançar.

No entanto, para um grande número de entrevistados, o lazer é limitado a um reduzido leque de atividades. A falta de opções de lazer, muitas vezes, é consequência da falta de recursos financeiros. Segundo membros do corpo técnico-pedagógico de escolas públicas, esta é uma razão para que os jovens sintam uma sensação de vazio: “Eu percebo que muitos dos adolescentes, esses de 13 anos para baixo, 14, não encontram lugar para passar o fim-de-semana. Há muito vazio na vida deles.”

Considerando o reduzido leque de alternativas para os jovens oriundos de famílias pobres, a religião toma, em alguns casos, o sentido de uma opção de lazer. De fato, como indicam vários depoimentos, a religião pode ser uma referência de lazer e sociabilidade, ou seja, uma forma de estar com amigos, ser parte de uma comunidade de idéias e valores: “Eu tenho saído com meus colegas para a igreja mesmo.”

De fato, é alta a proporção dos que declaram ter alguma religião (87,7%), sendo mais expressivo entre estudantes do sexo feminino. Entre os alunos entrevistados, 32,8% dizem que vão à igreja.

No que toca à filiação religiosa, os dados mostram que os católicos são maioria entre os alunos (62,3%). Não menos importantes são os que

assumem ser evangélico (17,5%) e os que declaram não ter nenhuma religião (12,3%), correspondendo a 560.609 alunos.

1.2.2. Relacionamento familiar

A maneira como jovens e pais relacionam-se reflete no comportamento cotidiano e na vida de ambos. A proximidade ou distância, o diálogo, a presença ou ausência dos pais, a proibição ou a permissividade são fatores que influenciam os jovens na definição de sua escala de valores e formas de inserção social.

Contrariando a visão recorrente sobre as relações familiares e os estereótipos que muitos professores explicitam em seus discursos, os jovens, em sua maioria, *protegem* os pais, afirmando que são ajudados e escutados por eles. A opinião sobre a convivência familiar varia desde a atenção e o diálogo, às brigas, aos conflitos e à desvalorização, refletindo a diversidade de interações que ocorre entre pais e filhos.

Para a maioria dos alunos pesquisados, os pais são atenciosos e carinhosos (62,4%) e companheiros quando seus filhos passam por problemas (68,1%). De acordo com 39,3% deles, os pais participam de suas vidas. Também faz parte da relação entre pais e filhos, o cumprimento de obrigações e deveres, uma vez que 73,4% dos alunos afirmam que seus pais impõem certos limites e 25% deles dizem que são orientados a cumprir regras impostas pelos pais.

Entretanto, são significativas as proporções que evidenciam um comportamento permissivo por parte de alguns pais. Uma parcela considerável dos alunos assume que os pais fazem todas as suas vontades, comprando o que eles querem (18,6%) e os deixam fazer o que pensam que podem (10%).

Cabe ressaltar que, apesar de uma certa idealização, existem, também, comportamentos e situações de conflito no ambiente familiar. Do total de estudantes pesquisados, 11% afirmam que os pais discutem com eles sem motivo aparente e 5,9% têm a sensação de que seus pais não os valorizam, não lhes dão oportunidades, deixando implícita, em seus discursos, a falta de diálogo e de relações amistosas na família.

Vários entrevistados consideram que o fato de a família manter uma relação de carinho e comprometimento com os filhos pode ser um diferencial no momento em que o jovem decide se entra ou não nas drogas: “Então, se você não tiver um pai, uma mãe ali, tiver um carinho, uma força, muitas vezes, você vai entrar em droga. Tipo assim, tentar preencher aquele vazio que fica.”

Alguns alunos afirmam que conversam com os pais sobre todos os assuntos, quando estes demonstram atitudes carinhosas e de consideração para com eles. Dependendo do tipo de relacionamento, podem perguntar, tirar dúvidas, mesmo em situações em que se sentem constrangidos:

Depende como você se relaciona com seus pais. Porque eu tenho uma relação com a minha mãe e com meu pai. Eu converso normalmente. Eu pergunto, eu tiro minhas dúvidas. Eu posso estar morrendo de vergonha, mas eu estou lá perguntando. (Grupo focal com alunos, escola privada, Belém).

A família, nos depoimentos, aparece como a referência básica. Essa percepção também reflete, de certa forma, uma mudança de comportamento da família, dando indícios de uma maior abertura para o diálogo. Quando os jovens necessitam esclarecer dúvidas e obter informações sobre assuntos diversos, a mãe é uma figura de referência no aconselhamento sobre que atitudes tomar.

Apesar de alguns alunos sentirem-se mais à vontade com os amigos, para eles a melhor fonte de informação ainda é a família: “A gente troca muita idéia. Eles me falam o que aconteceu de errado.” O pai é visto como o grande amigo – “É muito difícil encontrar um amigo assim” –, aquele que escuta e aconselha: “Olha, você fez isso errado, da próxima vez você não faça isso.”

Os pais admitem que um bom relacionamento reflete positivamente no comportamento dos jovens, principalmente no que toca ao uso de drogas: “Eu acredito que isso segura um pouco. Não que o meu filho vai ser o melhor, vai ser o santo. Ele pode um dia querer experimentar [drogas] e ir na onda. Mas, acredito que isso segure muito.”

No plano da pesquisa qualitativa, percebe-se que a tendência é a de que pais e filhos desenvolvam relações positivas e de diálogo. Entretanto, chama a atenção que 373.876 alunos, o que corresponde a 8,1% do total, respondem que os pais têm comportamento violento.

Quando questionados sobre suas conversas a respeito de problemas em momentos de desentendimento, a maioria (60,4%) afirma que os pais mostram-se abertos ao diálogo. No entanto, 28,3% asseguram que, nessas circunstâncias, os pais não conversam sobre as razões do desentendimento, mas também não agem de forma violenta.

Embora os relatos apresentados anteriormente enfatizem o bom relacionamento na família, constatou-se também, em outros depoimentos, que muitos jovens acentuam suas críticas às relações familiares. Foi verificado nos grupos focais que, para alguns alunos, há dificuldades em dialogar: “Eu moro com ela. Eu não converso com ela.”

Além disso, vários alunos enfatizam que a falta de compreensão e de carinho é um obstáculo no relacionamento com os pais. Aliados ao medo e à desconfiança, esses fatores fazem com que os jovens sonhem com uma relação diferente, em que os pais dêem apoio – afinal, eles também já foram jovens: “Ah, a minha mãe, sei lá, é muito grossa. Eu tenho medo de falar.”

Vale destacar que membros do corpo técnico-pedagógico das escolas tendem a acentuar críticas ao papel da família na formação ético-existencial dos filhos. Eles consideram que poderia existir mais investimento em diálogo sobre temas relativos ao comportamento e na transmissão de uma segurança afetiva aos jovens.

Diretores e demais membros do corpo técnico-pedagógico afirmam que percebem que existe falta de diálogo no seio da família quando conversam com os alunos e seus pais:

A gente sente, pelo que a gente conversa com eles, que não tem muito diálogo na família. A própria família, às vezes, não dá essa abertura. Eles não têm essa disponibilidade para sentar e conversar e dialogar com os filhos. (Entrevista com diretor, escola pública, Fortaleza).

A omissão da família também é vista como problemática pelo corpo técnico-pedagógico das escolas. O fato de os pais passarem cada vez menos tempo com seus filhos, em função da concorrência do mercado de trabalho e das necessidades de sobrevivência, o tempo livre para o diálogo torna-se limitado: “Existe uma ausência muito grande dos pais, até pela luta pela sobrevivência, pelas dificuldades de conseguir emprego. Às vezes, a intenção é muito boa, mas não existe a possibilidade de conversar”

Nos discursos analisados nesta pesquisa, são comuns os registros de uma visão culpabilizante, de crítica às assimetrias entre o que se espera da família e os limites dela. Dessa forma, a família é responsabilizada por muitos dos males da sociedade. Os pais são culpados por não disponibilizarem tempo, não controlarem seus filhos e não colocarem os devidos limites ou, contraditoriamente, por serem autoritários, controladores e repressivos. Há uma idealização do modelo de família nuclear.

A falta de limites da juventude tem reflexos no ambiente escolar, segundo os professores, resultando em problemas disciplinares, que se traduzem no vocabulário usado pelos alunos ou em atitudes agressivas: “O aluno que não tem limite. Você fala alguma coisa e ele finge que não ouve. Ou responde com agressividade.”

Neste estudo, percebe-se que existe um conflito entre escola e família no que diz respeito aos espaços de formação e de amparo afetivo dos jovens. Isso é particularmente perceptível no debate sobre os valores e a educação para a vida: nessa situação, é lugar-comum ocorrer uma disputa entre a escola e a família, assim como uma transferência de responsabilidade e de culpabilidade entre as duas instâncias.

A escola desvaloriza os pais, e os pais acabam transferindo suas responsabilidades para a escola, entregando seus filhos em suas mãos: “A família está transferindo para escola toda a responsabilidade de educar. E educar não é uma responsabilidade só da escola.” Isso é motivo de crítica, uma vez que se considera que deva haver uma parceria entre escola e família, em que a primeira complementa a educação dada pela segunda: “Eu acho que a família é muito importante na vida dos jovens. E a escola seria um complemento, com informações. Mas a base é a família.”

Assim sendo, parte do corpo técnico-pedagógico entende que essa transferência é uma espécie de descomprometimento e de omissão da família, já que o entrosamento entre estas duas instituições não está se dando da maneira esperada. Note-se que informantes do corpo técnico-pedagógico destacam-se pelas críticas feitas à família nas relações com os jovens. Contudo, eles não fazem referências críticas à escola, outro espaço fundamental de socialização dos jovens: “É exatamente porque a família é omissa. Ela tem que ter o papel essencial, o de direcionar a cabeça dos jovens. A escola colabora com a família. Quando a família é omissa, a escola não pode fazer sozinha não.”

Em síntese, existe uma relação complexa, repleta de desacertos e ambígua entre família e escola, um jogo de acusações, que tem conseqüências no cotidiano e nas representações de todos os atores, como mostram discursos de alguns membros do corpo técnico-pedagógico. A família espera que a escola eduque seus filhos e a escola, de sua parte, espera que as famílias cuidem de seus alunos.

1.2.3. Relação com o grupo de amigos

Quando questionados sobre as relações com o grupo de amigos, os alunos afirmam que as amizades se dão na escola, onde se cria uma identificação entre os membros do grupo no que toca às opiniões e às formas de comportamento: “Quando eu quero ir ao *shopping*, sair, às vezes, eu ligo pro pessoal que eu estudei no ano passado, do colégio. Eu ligo lá: ‘Olha, vamos sair? Você pode sair?’”

O que caracteriza esse círculo de amigos é a identificação, no plano dos valores ou mesmo em relação a atitudes, diante das situações enfrentadas pelos jovens no cotidiano:

(...) Nossas opiniões são sempre as mesmas. Não sei se é porque, sei lá, são pessoas assim, pessoas que sabem o que fazem, são pessoas que não se metem com brigas, não se metem com drogas. Essas coisas que são abomináveis para nós mesmos.
(Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá)

O grupo de amigos também se forma no bairro onde o jovem mora e, como alguns alunos estão inseridos no mercado de trabalho, as amizades

também se dão no ambiente de trabalho: “Mais o pessoal do bairro, colegas de escola, colegas de trabalho. Mais do bairro. Pessoal que curte mais sair para festa, vai pro *shopping*. Qualquer evento, qualquer coisa que dá para ir em grupo, a gente está lá.”

Para alguns alunos, o grupo de amigos é visto como uma proteção, sinônimo de segurança física. Também dizem que, na maioria das vezes, é composto por pessoas que se preocupam em agir de modo a não provocar confusões, o que, segundo eles, pode ser perigoso para o próprio grupo:

Eu costumo sair com um grupo. Junta uma galera. Porque é, até mesmo, uma segurança para você. Você está em turma, acontece qualquer coisa, o pessoal vai e avisa na tua casa. Tem uma galera que sai comigo há cinco anos. É uma galera legal. O pessoal, todo mundo cabeça. É muito legal. Todo lugar que a gente vai, nós procuramos não extravasar demais, porque a gente sabe que é perigoso. Então, a gente tem que saber onde pisa. O chão que a gente está pisando (Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá).

Diversos pais, ao serem questionados sobre o grupo de amigos dos filhos, tendem a se mostrar satisfeitos com o tipo de amizade dos filhos: “Eu estou satisfeita com os amigos dos meus filhos, que são amigos de verdade. Isso é o ideal.” Ressalta-se que essa não é a mesma opinião em relação a outros grupos aos quais, não necessariamente, seus filhos pertencem: “Tem um grupo mais antigo, pelo menos, um grupo mais restrito. Assim, tem uns soltinhos. Mas eu vejo os meninos, amigos do meu filho, de muito bom caráter. São meninos de boa índole.”

Em que pese a assertiva, comum na literatura sobre juventude, de que os amigos são referência primária na vida dos jovens (Cardoso e Sampaio, 1995), no plano desta pesquisa, a maioria dos alunos indica que não tem necessariamente amigos íntimos. Grande parte dos alunos (58,9%) afirmou ter muitos colegas, apesar de poucos amigos íntimos. Porém, não menos significativa é a proporção de alunos que afirmam ter não só muitos colegas, como também muitos amigos íntimos (18,8%).

Alguns alunos ressaltam, em seus depoimentos, que não possuem grupos de amigos e que, no caso de algum problema sério, preferem resolvê-lo sozinho. Admitem que não têm amigos nos quais possam confiar e que não conversam com a família, argumentando que são muito tímidos ou fechados: “Eu sou uma pessoa muito fechada. Eu mal converso com minha família, entendeu? Meus problemas, eu guardo para mim mesmo tentar resolver sozinho.” Os dados da pesquisa indicam que a proporção de alunos sem amigos e com apenas alguns colegas é alta, ou seja, 20,9%, o que equivale a 941.991 pessoas.

Para os pais, o sentimento de cumplicidade com os amigos se deve ao momento pelo qual esses jovens estão passando, quando o grupo pode estar sendo visto como ponto de referência: “Eu acho que o grupo, para eles, nesse momento [nessa fase], é muito importante.”

Dessa forma, os filhos vão buscar soluções para seus problemas junto aos amigos, à escola e à vizinhança. A ausência da família acaba refletindo-se no comportamento dos alunos na escola e esta acaba por assumir um papel que, na avaliação dos membros do corpo didático-pedagógico, deveria caber aos pais.

Mas para membros do corpo técnico-pedagógico, em muitos casos, os amigos seriam substitutos dos pais, na falta desses. Essa visão afina-se com a já comentada postura culpabilizante da família detectada entre esses atores: “Se a família está desestruturada, ele não consegue ter diálogo com os pais. Tem alunos que dizem: ‘Ah, professora não tenho coragem de chegar para minha mãe e conversar. Aí, o que eu faço: procuro um amigo’”.

Nessa linha, alguns depoimentos do corpo técnico-pedagógico associam a busca por apoio dos amigos à ausência de diálogo em casa, quando a família não oferece ao jovem o suporte que ele demanda.

Note-se que comumente os atores entrevistados tendem ao consenso sobre a importância de familiares e dos amigos na vida dos jovens. Entretanto, destaca-se certa tendência dos adultos de referência – em particular os professores e diretores de escolas – a considerar que os jovens necessitam de tutela e que são influenciáveis. Tal perspectiva não necessariamente encontra eco entre os testemunhos dos jovens.

2. JOVENS E DROGAS LÍCITAS

O objetivo deste capítulo é analisar a percepção que os entrevistados têm sobre o álcool, o cigarro e outras drogas lícitas de uso ilícito, discutindo a influência da família, do grupo de amigos, da religião e da mídia no comportamento dos jovens. Aborda-se, também, o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco em relação à idade e ao sexo.

A pesquisa considera os fatores psicossocioculturais mais afins ao consumo de substâncias como o álcool, destacando e, ao mesmo tempo, relativizando o peso de fatores, tais como a família e o grupo de amigos. É complexo isolar fatores, afirmar de que forma uns e outros se complementam, interagem e qual a influência que exercem sobre a probabilidade de um jovem fazer ou não uso das drogas lícitas.

Também são enfocadas, neste capítulo, outras drogas lícitas, por meio da percepção dos distintos atores em relação à frequência e ao uso segundo o sexo e a idade e o tipo de drogas cujo consumo presenciaram.

2.1. ÁLCOOL

2.1.1. Introdução

É importante advertir para o fato de que, nesta pesquisa, recorre-se ao termo *drogas lícitas*, segundo a classificação da Organização Mundial de Saúde, para analisar as percepções sobre o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco. Esse tratamento encontra respaldo, inclusive, em vários discursos da população pesquisada. Entretanto, é preciso reconhecer que há polêmicas sobre tal classificação, tanto na literatura especializada como nos grupos pesquisados. Também é preciso atentar para as políticas repressivas e inculpações que coloquem em risco liberdades e direitos humanos.

A ambigüidade em torno do que se denomina *droga* e do que é passível de ser criminalizado ou não é tema socialmente debatido. Nesta pesquisa,

essa dimensão é ressaltada por todos os tipos de atores entrevistados. No Brasil, assim como em outros países, vive-se o paradoxo das drogas legalizadas. Tranquilizantes, em princípio, precisam de receita médica para serem adquiridos, enquanto o álcool e o fumo são vendidos e consumidos com facilidade.

Pons Diez e Berjano Peirats (1999) ressaltam que, ao falar de drogas, muitas vezes não se pensa nas chamadas *drogas institucionalizadas*, ou seja, nas substâncias cuja presença e consumo estão plenamente integrados nas pautas de comportamento social, que gozam do respaldo da tradição histórico-cultural e cuja produção, venda e consumo não são penalizados. Nesse sentido, estar-se-ia tentando construir a imagem de que bebidas não são consideradas drogas.

Algumas investigações, bem como essa pesquisa, realizadas sobre o uso de drogas entre escolares brasileiros têm evidenciado que, nas diversas regiões do país, o álcool é a droga de uso mais freqüente, seguida, à distância, pelo tabaco, pelos inalantes e pelos medicamentos psicotrópicos.¹

2.1.2. Freqüência de uso e preferências

A freqüência com que os jovens bebem está crescendo em várias sociedades. No caso brasileiro, tal aumento de consumo entre os jovens encontra respaldo em levantamentos realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid).

Considerando os alunos entrevistados nesta pesquisa, corrobora-se o alerta feito por meio das pesquisas mencionadas, evidenciando a ampla extensão do hábito de beber entre alunos no Brasil, particularmente em algumas ocasiões específicas (festas e eventos sociais), como se percebe na Tabela 2.1. Chama também a atenção a variação do nível de consumo entre os jovens alunos, o que pode sugerir que existem graus diferenciados de percepção sobre o que é *beber regularmente* – situação em que se enquadram cerca de 10%, ou seja, 438.899 alunos entrevistados nas 14 capitais selecionadas para esta pesquisa.²

¹ Sobre o assunto, ver Carlini *et al.*, 1997.

² Note-se que tal indicador de adição ao álcool é próximo ao estimado para a população brasileira de 12 a 65 anos, segundo Galduróz *et al.* (2000). O autor estima que há 11,2% de dependentes de bebidas alcoólicas neste intervalo etário, correspondendo, em 1999, a 5.283.000 pessoas.

Se, de um lado, o consumo de bebidas alcoólicas pelos alunos ou por aqueles que declaram beber regularmente é uma realidade – considerando os seus efeitos nocivos para a saúde e outros na vida dos jovens – não se pode, de outro, estigmatizar a juventude como sendo uma faixa etária mais exposta às bebidas alcoólicas do que outras gerações.

Considerando o universo amostrado de alunos do ensino fundamental e médio, 2.030.269 jovens das capitais selecionadas (45,9%) declaram recorrer a bebidas alcoólicas em festas e atividades sociais (ver Tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Alunos dos ensinos fundamental (5ª a 8ª série) e médio, por frequência de uso de bebidas alcoólicas, segundo capitais das unidades da Federação, 2000 (%)

Capitais	Frequência de uso de bebidas alcoólicas por alunos			
	Nunca bebem	Somente em festas e ocasiões sociais	Regularmente (1)	Total
Manaus	52,5	41,6	5,9	100,0
Belém	48,7	41,0	10,2	100,0
Fortaleza	43,5	48,9	7,5	100,0
Recife	46,8	40,9	12,3	100,0
Maceió	49,3	43,2	7,6	100,0
Salvador	34,8	51,7	13,5	100,0
Vitória	54,1	37,1	8,8	100,0
Rio de Janeiro	47,0	42,0	11,0	100,0
São Paulo	41,8	49,4	8,8	100,0
Florianópolis	36,2	50,7	13,1	100,0
Porto Alegre	34,7	50,9	14,4	100,0
Cuiabá	45,7	41,6	12,7	100,0
Goiânia	54,8	36,3	8,9	100,0
Distrito Federal	48,1	42,6	9,3	100,0
Média	42,2	45,9	9,9	100,0
N.º Absoluto	1.957.547	2.030.269	438.899	4.426.714

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas?” (Marque uma só resposta).

(1) É o somatório das alternativas: todos os dias, quase todos os dias e todos os finais de semana.

Contudo, é também expressivo o contingente de alunos que informa *nunca beber*. Somam quase dois milhões – média de 42,2% no conjunto das 14 capitais selecionadas, ou seja, pouco menos da metade do universo total.

A prevalência do uso de bebidas alcoólicas entre alunos, considerando suas auto-representações, não sugere, necessariamente, um consumo endêmico – ou seja, não aponta para a existência de um surto de consumo. Mas os dados indicam, ao mesmo tempo, a necessidade de mais discussões sobre o que seria consumir álcool socialmente – esta sim, prática mais extensiva. Os adultos de referência primária dos jovens (professores e membros da comunidade escolar) tendem a enfatizar a amplitude do consumo de álcool, sugerindo que o *beber socialmente* sinaliza a ocorrência de excessos.

Para alguns membros da comunidade pedagógica, o aumento do consumo de bebidas alcoólicas nos fins de semana (Abramovay e Rua, 2002) não somente estaria associado ao aumento dos números da violência envolvendo jovens nesse período, como também é uma de suas causas: “Eu acho que uns 80% dos jovens consomem, com frequência, grande quantidade de bebidas alcoólicas nos finais de semana (...) por isso um monte de brigas, muita violência, acidentes, chegam na segunda machucados (...)” (Entrevista com diretor, escola privada, São Paulo). Quanto à preferência, segundo os alunos, destaca-se a predileção pela cerveja, ainda que seja comum a referência a outros tipos de bebidas: “(...) a preferência é pela cerveja, depois a pinga, vinho e uma mistura chamada *capeta e rabo-de-galo*; Ah, eu gosto de Martini e cerveja.”

2.1.3. Usuários segundo sexo

Os jovens do sexo masculino sobressaem-se entre os que indicam *beber regularmente*, o que já foi levantado em outros estudos (e.g. Carlini *et al.*, 2002; Pechansky, 1995).

Na Tabela 2.2, registra-se que entre as jovens do sexo feminino, o grupo das que declaram que *nunca bebem* concentra, em média, 47,4%, proporção semelhante à das que afirmam que *bebem somente em festas e ocasiões sociais* (45,9%) e superior às que declaram que *bebem regularmente* (6,7%). Já entre os jovens homens, é inferior a proporção dos que se

enquadram na categoria nunca bebem (40,6%), enquanto é bem superior os que declaram que *bebem regularmente* (13,5%). Mas os dados da tabela também alertam para o fato de que não há diferenças significativas por sexo, no plano do conjunto de cidades focalizadas, quando se considera a categoria dos que *bebem somente em festas e ocasiões sociais* – 45,9%.

Assim, a categoria *beber somente em festas e ocasiões sociais* concentra significativas proporções, tanto de rapazes como de moças, sendo sugestivo que, em atividades de confraternização, tais como festas entre jovens, próprias das práticas de interação social, o gênero não demarque padrões diferenciados de frequência de uso, questionando estereótipos de que são os rapazes que recorrem à bebida alcoólica nessas ocasiões. Os dados indicam que, nessas situações, homens e mulheres bebem.

Tabela 2.2 – Alunos dos ensinos fundamental (5ª a 8ª série) e médio, por frequência de uso de bebidas alcoólicas, segundo sexo e capitais das unidades da Federação, 2000 (%) continua

Capitais e sexo	Frequência de uso de bebidas alcoólicas pelos alunos			
	Nunca bebem	Bebem somente em festas e ocasiões sociais	Bebem regularmente (I)	Total
Manaus				
Masculino	44,3	47,3	8,4	100,0
Feminino	59,8	36,8	3,5	100,0
Belém				
Masculino	41,8	42,0	16,2	100,0
Feminino	54,1	40,2	5,7	100,0
Fortaleza				
Masculino	38,7	48,9	12,4	100,0
Feminino	47,8	48,9	3,3	100,0
Recife				
Masculino	39,0	42,3	18,7	100,0
Feminino	53,9	39,3	6,8	100,0
Maceió				
Masculino	40,8	46,5	12,7	100,0
Feminino	54,9	41,0	4,1	100,0



Tabela 2.2 – (Cont.)

Capitais e sexo	Frequência de uso de bebidas alcoólicas pelos alunos			
	Nunca bebem	Bebem somente em festas e ocasiões sociais	Bebem regularmente (1)	Total
Salvador				
Masculino	29,8	53,8	16,4	100,0
Feminino	39,0	50,2	10,8	100,0
Vitória				
Masculino	51,4	36,9	11,7	100,0
Feminino	56,5	37,4	6,1	100,0
Rio de Janeiro				
Masculino	44,1	39,5	16,4	100,0
Feminino	49,7	44,3	6,1	100,0
São Paulo				
Masculino	40,3	48,7	11,0	100,0
Feminino	43,1	50,2	6,7	100,0
Florianópolis				
Masculino	33,9	48,7	17,3	100,0
Feminino	38,4	52,2	9,4	100,0
Porto Alegre				
Masculino	34,3	48,2	17,5	100,0
Feminino	35,4	53,5	11,2	100,0
Cuiabá				
Masculino	39,3	43,2	17,6	100,0
Feminino	51,1	40,1	8,8	100,0
Goiânia				
Masculino	51,0	36,7	12,3	100,0
Feminino	58,2	36,0	5,8	100,0
Distrito Federal				
Masculino	45,2	42,2	12,6	100,0
Feminino	50,4	42,9	6,7	100,0
Média				
Masculino	40,6	45,9	13,5	100,0
Feminino	47,4	45,9	6,7	100,0
Nº Absoluto				
Masculino	821.069	927.302	273.235	2.021.606
Feminino	1.108.655	1.072.777	155.662	2.337.094

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas?” e cruzou-se com a variável sexo.

(1) É o somatório das alternativas: todos os dias, quase todos os dias e todos os finais de semana

De fato, o mesmo dado pode ter significados próprios para diferentes grupos e pessoas. Contudo, o que permite tecer algumas reflexões sobre as informações coletadas é o fato de que gênero e geração são dimensões transversais e que, em alguns processos, mais que se referir a homens e mulheres, caberia indicar demarcadores geracionais atravessados por gênero.

Anulam-se, assim, diferenciais por gênero. O social prevalece sobre o biológico ou mesmo sobre as construções culturais históricas como fator de explicação das diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito a comportamentos.

Tais inferências sobre o entrelace entre gênero e geração são importantes quando se pensa em programas que pretendem chegar aos jovens com o objetivo de fazer a prevenção. Também indicam que o grupo de amigos, especialmente no caso das mulheres jovens, deveria ter endereço socialmente privilegiado.

2.1.4. Usuários segundo grupo etário

De acordo com alguns autores (*e.g.* Scivoletto e Andrade, 1999), quanto mais cedo se desenvolve a dependência de substâncias psicoativas na adolescência, maior a probabilidade de ocorrer atrasos no desenvolvimento e prejuízos cognitivos. Carlini *et al.* (2002) indicam que o início do uso de álcool na vida dos estudantes está ocorrendo cada vez mais cedo no Brasil.

Os dados da Tabela 2.3 registram a frequência de consumo de bebidas alcoólicas por parte dos alunos, de acordo com a faixa etária.

Tabela 2.3 – Alunos dos ensinos fundamental (5ª a 8ª série) e médio, por faixa etária, segundo frequência de uso de bebidas alcoólicas e capitais das unidades da Federação, 2000 (%) continua

Capitais	Frequência de uso por faixas etárias			
	10 a 12	13 a 15	16 a 18	19 e mais
Manaus	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	76,7	58,7	42,8	39,1
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	22,1	38,5	50,2	40,5
Bebem regularmente	1,2	2,8	7,0	20,5
Belém	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	83,7	60,8	41,7	32,6
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	15,4	34,4	48,3	46,2
Bebem regularmente	0,9	4,8	10,0	21,2
Fortaleza	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	66,7	44,8	37,7	26,7
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	31,6	50,6	52,5	57,0
Bebem regularmente	1,7	4,7	9,8	16,3
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	76,8	57,8	36,2	22,4
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	22,2	37,5	48,1	47,9
Bebem regularmente	1,0	4,7	15,7	29,7
Maceió	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	77,7	52,6	39,5	34,6
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	20,9	42,7	51,2	49,4
Bebem regularmente	1,4	4,7	9,3	16,1
Salvador	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	68,2	37,6	26,3	21,3
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	28,7	55,6	56,7	51,7
Bebem regularmente	3,1	6,8	17,0	27,0
Vitória	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	80,4	56,0	38,2	39,1
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	18,5	38,3	47,7	40,5
Bebem regularmente	1,1	5,7	14,1	20,5
Rio de Janeiro	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	76,6	49,9	36,3	35,7
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	21,2	43,7	47,8	45,9
Bebem regularmente	2,2	6,4	15,9	18,4

Tabela 2.3 – (Cont.)

Capitais	Frequência de uso por faixas etárias			
	10 a 12	13 a 15	16 a 18	19 e mais
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	66,1	42,9	29,2	27,9
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	31,4	51,5	55,7	56,5
Bebem regularmente	2,4	5,6	15,1	15,6
Florianópolis	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	72,5	42,9	22,0	15,4
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	25,3	50,2	59,1	60,0
Bebem regularmente	2,2	7,0	18,9	24,6
Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	58,0	36,0	22,9	25,4
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	39,2	54,5	53,3	50,1
Cuiabá	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	74,1	49,4	33,2	29,9
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	23,1	42,7	47,7	47,0
Bebem regularmente	2,9	7,9	19,1	23,0
Goiânia	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	76,7	60,9	42,8	39,8
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	22,2	34,3	43,3	41,4
Bebem regularmente	1,1	4,8	13,9	18,8
Distrito Federal	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	66,2	52,4	38,8	35,1
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	31,0	41,2	48,0	49,4
Média	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca bebem	70,0	47,4	33,5	29,3
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	27,8	46,9	51,8	50,7
Bebem regularmente	2,2	5,7	14,6	20,0
Nº absoluto	726.762	1.628.776	1.488.881	501.422
Nunca bebem	508.675	771.497	499.210	146.848
Bebem somente em festas e ocasiões sociais	202.228	763.904	771.669	253.980
Bebem regularmente	15.859	93.375	218.002	100.593

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Com que frequência você bebe bebidas alcoólicas?” e cruzou-se o resultado com a variável faixa etária.

Para o conjunto das 14 capitais pesquisadas, a média de exposição ao álcool – ou seja, os que declaram que *bebem somente em festas e ocasiões sociais* e os que indicam que *bebem regularmente* –, distribuída pelas faixas etárias de 10 a 12 anos, 13 a 15 anos, 16 a 18 anos e 19 a 24 anos é de 30%, 52,6%, 66,4% e 70,7%, respectivamente. Considerando essas médias, observa-se que existe uma relação direta entre o aumento da idade e o consumo de bebidas alcoólicas por parte dos jovens.

No conjunto das capitais analisadas, a proporção dos que *bebem regularmente* para as faixas etárias mais velhas, ou seja, de 19 a 24 anos é de 20%, enquanto que, para a faixa de 10 a 12 anos, essa média é de 2,2%, o que representa, em números absolutos, um universo de 15.859 estudantes que se enquadram nessa categoria.

Insiste-se no efeito idade, considerando que na passagem de 10 a 12 anos para 13 a 15 anos, os percentuais de consumo praticamente duplicam, apontando que tal momento, ou seja, a virada do ciclo de 10 a 12 anos – da pré-adolescência para a adolescência precoce – para o de 13 a 15 anos é crítica, mais refratária a mudanças de hábito e mais exposta às substâncias etílicas. Assim como na passagem para a adolescência (16 a 18 anos), o porcentual quase triplica.

Como já foi observado em análises anteriores, chamam atenção os elevados percentuais de consumo de bebidas alcoólicas entre jovens na modalidade *bebem somente em festas e em ocasiões sociais*, uma vez que, festas e atividades sociais ocorrem com relativa assiduidade na vida dos jovens. Cerca de metade dos alunos em cada faixa etária, a partir dos 13 a 15 anos, declara que *bebem somente em festas e em ocasiões sociais*. Mesmo entre os mais jovens (de 10 a 12 anos), cerca de 30% declaram beber em tais circunstâncias, o que corresponde a um total de 202.228 alunos nessa faixa etária (ou quase crianças) declarando o álcool como parte de suas práticas, ainda que ocasionalmente.

Em resumo, observa-se que, com a idade, há um aumento da frequência do uso de bebidas alcoólicas, destacando-se que, enquanto muitos adolescentes mais jovens declaram nunca beber – sete em cada dez entrevistados –, entre os mais velhos outro quadro vai se afirmando. Entre os de 16

a 18 anos e os de 19 a 24 anos, com maior probabilidade apenas três de cada dez alunos, declaram que nunca bebem.

Os depoimentos colhidos entre os representantes do corpo técnico-pedagógico das escolas confirmam o sugerido pela análise quantitativa: “A grande maioria dos jovens bebe. Eu fico abismada de ver meninos de 12, 13 anos bebendo e muito (...) O hábito é fazer uso desde a pré-adolescência (...)”

É comum, na literatura e entre os entrevistados, o desconforto com a precocidade de exposição dos alunos às substâncias alcoólicas, mas, por outro lado, os discursos tendem a dar maior magnitude ao fenômeno do que o sugerido nas informações dos alunos na análise anteriormente apresentada:

Fiquei alarmado com o número de jovens que estão usando bebida alcoólica cada vez mais cedo. Um número considerável começou a utilizar com menos de 10 anos de idade. E tem outros tipos de drogas que eles confessaram que fazem uso, mas o consumo do álcool é bastante alto (Entrevista com diretor, escola pública, Salvador).

2.1.5. Percepção do álcool como droga

Analisa-se, a seguir, a maneira como os alunos de escolas de ensino fundamental e médio percebem o que a literatura especializada classifica como *droga*. O mesmo é feito com os adultos de referência primária dos alunos, os membros da comunidade escolar e os pais. No caso do álcool, analisar tais percepções sociais torna-se fundamental, uma vez que, por causa da ampla difusão, do estímulo mercadológico e da facilidade de acesso, ele pode ser banalizado e *glamourizado*, negligenciando-se os efeitos negativos do abuso de substâncias alcoólicas. De outra forma, pode servir para estigmatizar seus usuários freqüentes ou eventuais.

Prevalece a percepção do álcool como droga quando se leva em consideração os três atores focalizados neste estudo: alunos, pais e corpo técnico-pedagógico. Todos tendem a tal posição, ou seja, entre 73% e 89% dizem considerar o álcool uma droga.

Os alunos apresentam uma percepção significativamente menor do álcool como droga do que o corpo técnico-pedagógico e os pais. Entre os

alunos, 73,1% declaram ter essa percepção. Entre pais e corpo técnico-pedagógico os percentuais são mais elevados – 80,4% e 89,3%, respectivamente.

Alunos entrevistados nos grupos focais afirmam que o álcool é uma droga, mas *por não ser proibida* é adquirida e consumida com *facilidade* pelos jovens: *bebida é uma droga liberada*.

Na comparação com outras substâncias, tais como drogas ilícitas, entre os pais e membros do corpo técnico-pedagógico, o álcool não é percebido como a *pior droga*.

A percepção de muitos pais de que álcool não é uma droga – ainda que a maioria tenda a enquadrá-lo como tal – pauta-se, tanto na licitude do seu consumo quanto no fato de que há outras substâncias legitimadas como droga: “(...) meu filho não usa maconha, não usa cocaína (...) a única coisa que ele faz é beber cerveja.” Aí, o palestrante disse assim: “mas cerveja é uma droga.” Essa senhora não aceitou que álcool também é droga.

A partir da análise sobre a percepção do álcool como droga é preciso sublinhar, mais do que o fato de o álcool ser ou não considerado como tal, a legitimidade de um discurso normatizador que classifica, compara e o considera como mais aceitável e menos nocivo do que outras drogas – em que pese a literatura especializada sobre os efeitos perniciosos de seu abuso sobre a saúde e o desempenho social e psicológico. Tal aprovação pode ter como referência a *legalidade* relativa das bebidas alcoólicas.

2.1.6. O álcool como “porta de entrada”

Outro tema polêmico na literatura e entre os entrevistados desta pesquisa é a interação ou não entre o uso das chamadas drogas lícitas e aquelas reconhecidas como ilícitas – ou seja, em que medida o uso do álcool e do tabaco determinam o uso de outras drogas na trajetória de vida dos usuários dessas substâncias, concomitante ou não a elas.³ Em alguns estudos, o álcool não somente é considerado como uma droga, mas, também, é destacado como *porta de entrada* para as outras drogas.

³ Ao que parece, o consumo de álcool precede e/ou funciona como um fator predisponente para o consumo de outras drogas de abuso. Entretanto, tais dados não puderam ser confirmados a partir do modelo criado para análise multivariada (Lima, 1991, p. 99).

Tal hipótese é respaldada por depoimentos de diretores e professores, entrevistados nesta pesquisa. Eles tendem a apontar o álcool como *porta de entrada* para outras drogas consideradas ilícitas. No entanto, o discurso deles contém uma lógica de causalidade linear, como se o uso de álcool, necessariamente, levasse ao consumo de outros tipos: “Eu acho que o álcool é a porta de entrada para outras drogas, para as mais pesadas.”

2.1.7. Motivos de uso

Existe uma multiplicidade de fatores associados que dão sentido mediato e imediato para o uso de bebidas alcoólicas entre os jovens. Esse aspecto é amplamente citado em outros estudos e nos discursos colhidos nesta pesquisa. Por um lado, comenta-se sobre: 1) o prazer temporário do consumo; e 2) seu sentido de mediador de sociabilidade ou de desinibidor e estimulante de relações entre pares. Por outro lado, como já foi ressaltado, trata-se de uma cultura naturalizada, caracterizada no *beber socialmente*.

Alguns estudos enfatizam que a atração pelo uso de bebidas alcoólicas decorre de uma curiosidade, o que se pode mesclar com o desejo de inserção social, de ser parte de uma comunidade de iguais – os amigos –, ou como um simbólico rito de iniciação – sentir-se adulto. A curiosidade por parte de quem está se iniciando (Lima, 1991) possui várias referências.

De acordo com Galduróz (1996), em vários trabalhos que buscam razões para o uso de drogas, a curiosidade aparece como motivo principal, quando expressa pelos sujeitos das pesquisas. Contudo, tal curiosidade apóia-se na facilidade de acesso às drogas, na propaganda, nos atrativos simbólicos e nos significados sociais coletivos e existenciais que o indivíduo atribui ao consumo dessas substâncias (como ganhos hedonísticos, transgressão à ordem da razão ou o direito à fantasia e ao inconsciente).

De fato, Carlini *et al.* (1997) ressaltam a curiosidade como agente estimulador ao consumo de álcool, mas acrescentam que a facilidade de consumo e oferta – o que é um fator de estímulo para o aumento da oferta –, representa um importante papel no uso de drogas.

Note-se que nos discursos colhidos não necessariamente se percebe uma relação entre o uso de bebidas alcoólicas e uma *desarmonia na vida*

dos adolescentes, como mencionam Carlini *et al.* (*op. cit.*). A maioria se refere com mais frequência à curiosidade e à sociabilidade: beber entre amigos, para se desinibir e *ter coragem*.⁴

2.1.8. Primeira experiência e o lugar da família no consumo

A família é uma referência comum entre autores que, como Ponz Diez e Berjano Peirats (1999) discutem as primeiras experiências dos jovens com álcool e cigarro. De um lado, há autores que abordam a influência da família tanto no plano da experimentação – particularmente a primeira – quanto no que diz respeito à sua força em comparação com outras instituições e processos, os quais podem influir na decisão de o jovem vir a usar ou não álcool. De outro, existem autores que fazem uma associação entre relações conflituosas no grupo familiar e uma maior probabilidade de iniciação dos jovens no hábito de consumo compulsivo de álcool.⁵

Considera-se, especialmente no caso do consumo de bebidas alcoólicas, que a atitude mais ou menos crítica dos pais, bem como suas próprias pautas e parâmetros de consumo, podem atenuar ou reforçar a influência de instituições – como os meios de comunicação ou do grupo de amigos – como agentes desencadeadores do processo de experimentação, além de influenciar na legitimidade conferida ao uso dessas bebidas.⁶

No entanto, embora se deva conferir atenção aos estudos que destacam a influência da família e, dentro desta, a importância de alguns membros nos processos de iniciação, cristalização, diminuição ou corte do hábito de consumir bebidas alcoólicas, há que se ter cautela com tal ênfase na família quando se discute o uso de drogas entre os jovens. É fundamental ficar atento para que essas constatações não culpabilizem o grupo familiar

⁴ Dados do IV Levantamento do Cebrid apontam para o crescente consumo do álcool entre os jovens para adquirir coragem, tendo constatado, por outro lado, que 11% dos estudantes já brigaram após beber (Carlini *et al.*, 1997).

⁵ Pinazo (1993), citado por Pons Diez e Berjano Peirats (1999), diz que, a respeito da aceitabilidade comparada do álcool e tabaco, 77,9% dos pais da cidade de Valência, na Espanha, opinam que as bebidas alcoólicas ajudam a animar as festas. Cerca de 40% deles pensam que, de forma geral, não há nada de mal em tomar bebidas alcoólicas.

⁶ Bearman *et al.* (2001) indica que mais de um terço dos alunos norte-americanos pesquisados informaram que seus pais jamais discutiram com eles os riscos do uso de substâncias psicoativas, enquanto 42% daqueles que nunca usaram maconha enfatizaram a importância positiva do papel desempenhado pela mãe.

pelo comportamento de uma geração cercada por diversas instituições e por diversos estímulos.

Na opinião dos professores, a família – em particular os pais – é um referencial comportamental básico para o jovem. Desse modo, consideram que quando os pais são bebedores assíduos, os filhos também poderão vir a ser. Percebe-se que para esses atores, existe ou pode existir uma importante relação entre a família e o hábito de consumo de bebidas alcoólicas entre jovens. Porém, deve ser destacado que esta não é uma influência determinante – o que somente alguns entrevistados percebem, indicando a tendência à formação de um ideário em que, de fato, se responsabiliza a família pelos hábitos e pelo comportamento dos filhos.

Os depoimentos de alunos de escolas públicas e particulares apontam que, em alguns casos, de fato, os primeiros contatos com o álcool ocorrem por intermédio da família – principalmente dos pais.⁷ Alguns jovens, em particular, narram episódios em que os pais são consumidores habituais em que eles foram os primeiros a oferecer e a estimular o consumo “(...) até meu pai insiste para eu beber, ‘não pai, não quero’, ‘vai só um pouquinho’, ‘não, não quero’. Até tenho um certo incentivo (...)”.

E os pais, como se situam? Percebe-se que entre eles há uma maior aceitação e o entendimento de que o consumo de álcool deve ser restrito a certas situações, pelo fato de que é socialmente aceito e está inserido em ritos e cerimônias sociais. Nesse contexto, o seu uso não é visto como problemático.

Os pais relatam que é papel da família *orientar* e explicar como fazer uso da bebida, uma vez que esta é percebida como um *mal*, mas um mal anulado quando o consumo é moderado: “Eu acho que a gente [a família] tem que mostrar que beber não é uma coisa do outro mundo, tem que explicar. Nós sabemos que a bebida é prejudicial, mas, desde que você beba social, em casa, com a família, não passando disso, não há problema.”

⁷ Dados do Cebrid (1997) apontam que 28% dos alunos pesquisados experimentaram bebidas alcoólicas pela primeira vez em sua própria residência.

Considerando a insinuação comum de que a frequência de uso de bebidas alcoólicas por parte dos alunos pode estar relacionada à permissividade e ao consumo por parte dos pais, dados quantitativos indicam que quase 39% dos pais entrevistados nunca bebem, enquanto este percentual é de 29,3% entre os jovens de 19 a 24 anos (ver Tabela 2.3). Mas, por outro lado, o uso *regular* de bebidas alcoólicas pelos alunos de 19 a 24 anos é mais que o dobro daquele verificado entre os pais – 20% e 9,2%, respectivamente. Esses dados, por eles próprios, já questionam a tese que faz uma associação direta entre o uso elevado do álcool pelos jovens com o que se registra no âmbito da família, ou seja, coloca em xeque a idéia de que os jovens podem estar reproduzindo um padrão familiar.

Ao discutir a influência da família sobre o consumo dos jovens a partir dos padrões de comportamento e das posturas dos pais, como um provável fator de interferência no comportamento dos filhos, é necessário detalhar hábitos relacionados com a frequência de uso de bebidas alcoólicas, segundo membros do grupo familiar (pai e mãe), pois existem singularidades no consumo quando se considera o sexo. Assim, entre aqueles que mencionam jamais fazer uso de álcool, em cada grupo (pais e mães), a maior parcela cabe às mães – 42,8% – contra 26% entre os pais, evidenciando que, entre os homens adultos, o uso de bebidas alcoólicas é mais elevado. No caso de pais e mães que bebem somente em festas e ocasiões sociais, verificam-se proporções bastante semelhantes de uso, com leve preponderância masculina – 54,8% e 51,2%, respectivamente – com distribuições bastante semelhantes nas capitais. Já entre os familiares que dizem fazer uso regular de bebida, a proporção dos pais é três vezes superior à das mães – 19,2% e 6%, em cada caso –, comprovando, novamente, que os homens adultos são os maiores usuários.

Os dados quando comparados com os resultados da frequência de uso de bebidas alcoólicas por alunos, indicam que pode haver uma certa influência positiva da família na inibição do hábito de beber entre os jovens, uma vez que os dados de frequência para os alunos são de 42,2% para nunca bebem e de 45,9% para bebem apenas em festas e em ocasiões sociais. Percebe-se que existe um padrão de aproximação entre os comportamentos

de pais e filhos, uma vez que as freqüências para cada um, apesar de diferentes, se comportam da mesma forma, sendo maior, em ambos os casos, o consumo em festas e ocasiões sociais, apontando que, por vezes, o consumo de álcool pelos jovens ocorre sob a supervisão da família.

Cabe ressaltar que, apesar da aparente correlação entre de uso de bebidas por pais/mães e pelos filhos, não se pode concluir que a família tem um papel determinante na aquisição e na consolidação de tal hábito, uma vez que o mundo social do qual o jovem faz parte é muito amplo, assim como são variadas as influências que ele recebe.

2.1.9. Sociabilidade e uso do álcool: o lugar dos amigos

Sabe-se que entre os jovens o grupo de amigos possui uma grande influência sobre seus padrões de comportamento. A literatura sobre juventude assinala freqüentemente a ascendência dos amigos sobre formas de se vestir, sobre o linguajar, o comportamento em relação ao sexo e às bebidas. (Guimarães, 1998; Abramovay e Rua, 2002).

Ao serem indagados sobre as razões pelas quais os jovens bebem com freqüência, alunos, membros do corpo técnico-pedagógico e pais enfatizam a forte influência que os *grupos* têm na vida dos adolescentes.

Para os jovens, beber é um ritual de sociabilidade: “Foi assim entre amigos, rodinha (...) tem muita gente que começa assim, turminha, daí vai um golinho, depois uma latinha.” Para os pais, a maneira de tentar se enquadrar de qualquer forma é uma auto-afirmação frente aos amigos. “Bebem para chamar a atenção.”

Nos grupos, a bebida também pode ser entendida como um fator de aproximação e de identificação entre os seus membros. Alguns professores chamam a atenção para esse fato, alertando para a alta quantidade de álcool que é ingerida pelos jovens nessas ocasiões.

De acordo com depoimentos de alunos, ir ao bar, para conversar com os amigos, é uma forma de diversão, um tipo de lazer: “Mais pra barzinho. Tomar uma cerveja lá. Eu tando [num bar] com cerveja, uns dois, três amigos, a conversa rola a noite todinha, eu sempre gosto de bater papo.”

Fazer uso de bebidas para ousar no plano da sexualidade possui tênues nexos com ritos de iniciação da masculinidade ou com estereótipos sobre gênero e, ainda, com a construção do ser *homem* a partir de certos parâmetros (a construção social do homem adulto). Isso é ressaltado na linguagem de adultos, no caso, professores e outros membros da comunidade escolar, como sugere o depoimento seguinte: “(...) o uso da bebida alcoólica para mim está muito associada, há algum tempo, à masculinidade do homem. O homem que bebe e fuma maconha, ele sabe que é homem.”

Os alunos relatam, em seus discursos, que fazem uso do álcool como meio de adquirir coragem. Para alguns, a coragem potencializaria, também, o ser violento. Mas persiste a ambigüidade entre beber para brigar e o fato de a bebida propiciar, como efeito não-intencional, o envolvimento em atos violentos: “Fica todo mundo doidão, querendo bater nos outros. Parece que quando você está bêbado toma coragem.”

2.1.10. Religião e uso de bebidas alcoólicas

A religiosidade, ou ter alguma religião, tem sido apontada como um condicionante inibidor no comportamento das pessoas em relação ao consumo de substâncias psicoativas (*e.g.* Lima, 1991). No ideário de algumas denominações explicita-se a crítica ao uso de bebidas alcoólicas,⁸ enquanto em outras, historicamente, as substâncias psicotrópicas têm lugar sagrado nos cultos.

Os dados da pesquisa confirmam a religião como um fator de proteção contra o uso. Considerando-se a população de pais de alunos, entre os que não têm religião, o percentual de exposição ao álcool (ou seja, os que *bebem somente em festas e em ocasiões sociais* somados àqueles que *bebem regularmente*) é de 74,3%, enquanto para os que têm alguma religião este percentual situa-se, em média, em 56,1%. Uma vez que o percentual dos que fazem uso de bebidas alcoólicas é também bastante alto

⁸ Uma pesquisa realizada com estudantes de Salvador encontrou menor prevalência de uso entre pessoas com filiação religiosa que proscreve o uso de drogas – protestantes e testemunhas de Jeová (ver Almeida Filho, 1988).

entre aqueles com algum tipo de religião (englobando mais da metade dos informantes), apesar de os dados desta pesquisa alinharem-se ao encontrado na literatura, como já comentado, não se pode considerar que ter uma religião seja, em si, um inibidor absoluto entre a população adulta (no caso os pais) ao consumo de álcool.

Note-se que, em média, 6,9% dos pais de alunos que têm alguma religião declaram que *bebem regularmente*. Já os que não têm alguma religião e que estão nessa mesma categoria essa proporção é de 15,2%, indicando, acentue-se novamente, que ter religião faz alguma diferença quanto ao comportamento perante o consumo de bebidas alcoólicas, mas não, necessariamente, elimina a probabilidade de uso.

Contudo, evidencia-se, de fato, associação entre ter uma religião e não uso de bebida, já que quase 44% dos pais que declaram ter alguma religião, referem que *nunca bebem*, proporção que se situa em 25,6% entre os que declaram não ter religião.

No conjunto dos dados, percebe-se que há uma associação entre o fato de ter ou não religião e a conduta/posição que o adolescente irá ter em relação ao álcool. Entre os que declaram ter alguma religião, os percentuais são de 46,1% para os que *nunca bebem*; de 45% para os que declararam *beber somente em festas e ocasiões sociais*; e de 8,9% para aqueles que *bebem regularmente*.

Em síntese, entre os alunos e pais, a religião funciona como um mecanismo de proteção, significando que são menores as possibilidades de um jovem expor-se à bebida caso tenha alguma religião.

Mas os dados também sugerem que, se a tendência da associação entre religião e consumo de bebidas alcoólicas mantém-se entre as gerações, ou seja, a religião funcionando, até certo ponto, como inibidor do consumo, já a intensidade daquela associação é singular em cada caso (de pais e filhos) e depende do tipo de exposição ou não ao consumo.

Insiste-se que a associação entre o hábito de não beber e ter religião ocorre de forma relativa. Ou seja, a religião não é determinante sobre o comportamento dos jovens. Os dados demonstram que ter religião é um fator com uma alta probabilidade de efeito de proteção contra o consumo de álcool, especial-

mente no plano de beber regularmente. Mas os dados deixam margens para se pensar que a religião só é eficaz se estiver somada a outros condicionantes.

Por outro lado, há que cuidar da categoria *ter religião*, já que esta não diz muito sobre tipos de prática e comprometimento, podendo, também, estar entrelaçada a outros processos sociais, que não necessariamente a obediência a determinados princípios, dogmas, valores e rituais de comportamento. Para muitos jovens, se o *ter* associa-se à *prática religiosa*, esta pode ser também um tipo de sociabilidade, de estar com amigos, de ser parte de uma comunidade de referência quanto a pessoas e valores. Aliás, é significativo que o ter ou não religião possua menor efeito entre alunos do que entre os pais, quando se considera o beber em festas e ocasiões sociais.

Ter religião também pode estar sinalizando – além do sentido gregário – para os efeitos contrários ao envolvimento com o álcool, o sentido de pertencimento a uma comunidade de valores, projetos e ética de vida, nortes não necessariamente exclusivos de ideários e práticas religiosas.

2.1.11. Influência da mídia

Sendo um bem de elevado valor no mercado, pelos lucros conferidos aos que produzem e comercializam, as bebidas alcoólicas são alvo de intensa propaganda em diferentes mídias, com endereços variados, ou seja, para diferentes públicos.

No caso dos jovens, não somente há propagandas especialmente desenhadas, como faz parte do vocabulário subliminar associar-se bebidas à juventude, passando essa a ser um sedutor em si, em uma sociedade hedonística, que privilegia aparências e equaciona beleza com juventude ou um tipo de juventude. As bebidas alcoólicas são construtos de elixir de juventude e estão formatadas como brancas, de classe média ou alta, alegres e em situações de lazer, festa e esporte. Os jovens, portanto, mais que o público-alvo, é um capital simbólico, reelaborado nas propagandas de álcool e tabaco.

Na literatura sobre juventude e consumo de bebidas alcoólicas é lugar-comum culpar a mídia por incentivar os jovens ao uso, camuflando os efeitos nocivos. Segundo Pinski (1994), a sociedade induz ao uso de álcool e tabaco por intermédio da mídia, fazendo associações com o bem-estar e a

ascensão social. Também para Guerra de Andrade, referenciado por Bellinghini (2002), o apelo ao álcool está em toda parte, com a imprensa apontando para uma imagem favorável, principalmente entre os adolescentes: “A publicidade das marcas de cerveja, com a tartaruga ou o siri engraçadinhos, não é voltada para o público adulto, mas para os futuros consumidores, para crianças”.⁹

Segundo relatos de alunos, destaca-se que as propagandas usam sempre pessoas bonitas, em lugares paradisíacos, em que todos são bem-sucedidos, felizes, atraentes e sedutores, como se a bebida fosse um elemento capaz de realizar desejos e trazer felicidade: “É todo mundo lindo, saudável, lugar legal, como se ficasse assim com a bebida. É propaganda enganosa. Ninguém consegue tudo isso só porque bebe. É todo mundo lindo, saudável, lugar legal, como se ficasse assim com a bebida.”

Depoimentos de membros do corpo técnico-pedagógico das escolas também vão no sentido anotado entre alunos, sublinhando as propagandas de bebidas alcoólicas, em particular porque são apresentadas como não-prejudiciais à saúde: “Hoje é essa propaganda da cerveja redonda. Vai inculcando nos jovens que é bom beber (...)”.

Não haveria, portanto, necessariamente, a prevalência de *inocentes úteis*, entre os alunos, ou uma comunidade pedagógica não atenta a sentidos da influência da mídia sobre os jovens, potencializando o consumo, o que não significa que a crítica social à mídia e ao mercado seja, em si, eficaz ou atenta à complexidade dos sentidos simbólicos da propaganda e sobre a linguagem dessa que não manipula obrigatoriamente razão ou informações, mas fantasias, desejos e expectativas e, assim, opera com modelagens sociais de consumo.

2.1.12. Permissividade quanto ao álcool

Tendo como hipótese que a perspectiva de controle social, em particular sobre os jovens, possui alguma vigência no ideário – tanto de alunos como de pais e professores, mas não necessariamente com idêntica intensi-

⁹ In: <http://www.estadao.com.br/editoriais/2002cid027.html>.

dade – são analisados seus posicionamentos diante de alguns indicadores sobre restrições, proibições e permissividade em relação ao álcool.

Pais de alunos consideram que a *proibição* irrestrita do uso do álcool não surte efeito nos jovens. Tal discurso não se respalda em uma perspectiva liberal, mas sim, em uma ideologia sobre a forma como os diversos autores percebem/constróem o jovem, ou seja, como *naturalmente é transgressor* e contestador. Proibir é incentivar a curiosidade e o impulso à *transgressão*, no caso, ao consumo.

Ao impor limites, incorre-se num estímulo indireto ao consumo. Tais limites induzem os jovens a desafiá-los. Nessa linha é comum a defesa do que já foi referido como *liberdade controlada ou vigiada*, isto é, permitir que o jovem experimente e faça uso de bebidas alcoólicas em casa, em vez de fazê-lo com amigos. Tais práticas podem ser mutuamente excludentes e relacionadas de forma causal:

(...) Como eu nunca tinha deixado ele beber em casa, um dia ele foi para a boate bebeu até ficar completamente embriagado, justamente porque eu nunca deixava que ele tomasse em casa (...) Isso me serviu de lição, porque o pai bebe às vezes socialmente e não deixava ele beber, é contradição, tem que ter orientação (...) (Grupo focal com pais, escola privada, Distrito Federal).

Dados quantitativos da pesquisa indicam a posição de cada um dos atores sobre atitudes permissivas relacionadas ao álcool, e sugere haver percepções distintas – entre alunos, por uma parte, e pais e corpo técnico pedagógico, por outra –, tendendo os primeiros a posturas mais tolerantes ou permissivas. Os professores situam-se em uma perspectiva mais crítica, enquanto os pais a uma visão intermediária.

Quase 12% dos alunos, em todas as capitais, consideram normal que o comércio *venda bebida a pessoas com menos de 18 anos*. Já entre membros do corpo docente e pais, os percentuais são muito menores – de 2,4% e 3,7%, respectivamente, indicando menor concordância com tal tipo de infração.

As opiniões são divergentes quando se considera cada um dos atores, percebendo-se um nítido corte por geração. Trinta e três por cento dos alunos são mais favoráveis a que se permita aos jovens beber em festas. A proporção de pais que defendem tal conduta é de 8,5% e de apenas 4,8% para os membros do corpo técnico-pedagógico. Portanto, os alunos destacam-se em relação aos adultos de referência – como pais e os membros do corpo técnico-pedagógico – por posturas mais permissivas sobre esse consumo.

Entretanto, se em nível comparativo, os jovens advogam que as interações entre gerações sobre consumo de álcool deveriam pautar-se por alguma liberalidade, não necessariamente se pode afirmar que predominam, entre os alunos, posturas críticas ao controle dos adultos quanto a bebidas alcoólicas.

Apesar de serem os alunos, com maior probabilidade, os atores mais favoráveis a atitudes permissivas em relação ao álcool, alguns manifestaram, por meio de depoimentos, a necessidade de haver um maior controle sobre a venda de bebidas alcoólicas a menores, ressaltando que apesar de existir uma lei que proíbe a venda de bebidas a menores de 18 anos, essa é constantemente descumprida, por falta de eficiente fiscalização sobre esses estabelecimentos: “Tem que acabar com esse negócio de vender bebidas para menores (...). Existe a lei para a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores, mas não é cumprida. Em qualquer lugar que a gente vá, eles vendem para menores”.

Em resumo, desta seção sobre percepções em relação ao consumo do álcool destacam-se pistas para uma perspectiva preventiva, como: o fato de que o consumo tende a aumentar com a idade; a importância dos amigos na vida dos jovens; o consumo de álcool dá-se principalmente em festas e atividades sociais; a crítica à forma como a mídia glamouriza o uso de bebidas alcoólicas; e de que a maioria dos entrevistados percebe o álcool como droga, mas que uma significativa proporção não se alinha a tal perspectiva. Cerca de 30% dos alunos; 10% de membros do corpo técnico-pedagógico e 20% dos pais não consideram o álcool como droga.

2.2. TABACO

2.2.1. Introdução

Planta nativa das Américas, o tabaco começou a ser utilizado há aproximadamente mil anos a.C., principalmente em rituais mágico-religiosos espalhados por toda a América Central. O uso inicial do fumo e do cachimbo é atribuído aos maias, em rituais religiosos. Cultivado no sul dos Estados Unidos e no Caribe, o tabaco tornou-se o principal produto de exportação das colônias do Novo Mundo. No Brasil, a propagação da *nicotiana tabacum* deu-se pela influência dos índios das tribos tupi-guaranis, que o consumiam principalmente em rituais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o tabagismo constitui-se em uma *epidemia generalizada*, vitimando, anualmente, cerca de três milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, 32,6% dos adultos são fumantes, dos quais 11,2 milhões são mulheres e 16,7 milhões, homens.¹⁰

2.2.2. Frequência de uso

De acordo com estudos realizados no Brasil, o cigarro, juntamente com o álcool, é a droga de uso freqüente mais difundida entre os estudantes brasileiros (*e.g.* Carlini *et al.*, 1993).

A análise da Tabela 2.4 sobre a freqüência do uso de cigarro entre alunos dos ensinos fundamental e médio das 14 capitais pesquisadas indica que, a grande maioria – 89,1% ou 3,8 milhões – não fuma. Já a média para os que fumam (eventualmente e diariamente) é de 10,8%, o que representa uma soma de quase 466 mil alunos.

¹⁰ Dados retirados do *site* do Instituto Nacional de Câncer – www.inca.gov.br

Tabela 2.4 – Alunos dos ensinos fundamental (5ª a 8ª série) e médio, por frequência de uso de cigarro, segundo capitais das unidades da Federação, 2000 (%)

Capitais	Frequência de uso de cigarro por alunos			
	Fumam diariamente	Fumam eventualmente	Não fumam	Total
Manaus	2,2	9,1	88,7	100,0
Belém	1,8	9,6	88,6	100,0
Fortaleza	3,2	7,4	89,4	100,0
Recife	2,7	6,9	90,4	100,0
Maceió	2,3	7,2	90,5	100,0
Salvador	1,7	6,4	91,9	100,0
Vitória	3,2	7,8	89,0	100,0
Rio de Janeiro	2,6	7,7	89,7	100,0
São Paulo	4,2	7,4	88,3	100,0
Florianópolis	4,6	8,2	87,2	100,0
Porto Alegre	8,4	10,5	81,1	100,0
Cuiabá	3,7	8,1	88,3	100,0
Goiânia	3,8	7,1	89,1	100,0
Distrito Federal	3,1	6,6	90,3	100,0
Média	3,3	7,5	89,1	100,0
N.º Absoluto	143.114	322.859	3.818.457	4.284.430

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Você costuma fumar cigarro comum?”

Note-se ainda que, de acordo com a tabela, tem-se um alto número de alunos que declaram que *fumam diariamente* (143.114); bem mais alto é o número dos que indicam que fumam eventualmente (322.859). Ambos os casos implicam em *exposição ao fumo* e que, portanto, é alta a probabilidade de riscos à saúde. Esses dois dados apontam que mesmo o uso eventual já expõe o indivíduo a uma série de danos à sua saúde, não devendo, portanto, ser minimizado. Esses dados devem ser tomados como sinal de alerta.

2.2.3. Usuários segundo grupo etário

Várias publicações vêm chamando a atenção para o fato de que cada vez mais precocemente os jovens estão fazendo uso do cigarro e demonstram que há um aumento progressivo de fumantes de acordo com a idade e o ano escolar (Hijjar e Silva, 1991 *In*: Bordin, 1993).

O consumo de cigarro pode ou não estar relacionado com a idade e com o intuito de explorar se há, entre as variáveis, associação ou não, os dados de distribuição da frequência de uso do cigarro por faixas etárias indica que há um aumento progressivo com a idade. Assim, os alunos revelam um consumo menor na faixa de 10 a 12 anos, se comparado com os percentuais encontrados para faixas etárias maiores. Como demonstram outros dados da pesquisa, a média para exposição ao uso de cigarro (somatório das médias de *fumam às vezes* com a média de *fumam todos os dias*), para a faixa dos 10 a 12 anos é de apenas 2,5%; entre 13 e 15 anos, 8,9%; 14,9% entre 16 e 18 anos e 17,5%¹¹ entre 19 a 24 anos, representando um universo de 466 mil alunos que fumam com alguma frequência.

Para os alunos que declaram que *às vezes fazem uso de cigarro*, é mais significativa a faixa dos 13-15 anos (7,3%), pois se torna três vezes maior do que no grupo etário anterior (10-12 anos) – 2%. Já a fase crítica do *consumo regular* dá-se na passagem de 13-15 para 16-18 (passando para 9,4%), corroborando teses levantadas por meio da literatura, de que o uso de cigarro está ligado a ritos de passagem, representando para esses jovens uma espécie de passaporte para o mundo adulto.

Para as idades maiores, temos que, entre os 16-18 anos, das 14 capitais pesquisadas, oito obtiveram percentuais acima dos 14,9% de média e para 19 a 24 anos, nove das capitais relacionadas ficaram acima da média de 17,5%.

2.2.4. Usuários segundo sexo

A literatura especializada demonstra que as mulheres não apenas aderiram ao tabagismo, como já fumam mais que os homens. Para alguns autores como Schio *et al.* (1992), a tendência feminina em aderir ao cigarro estaria em ascensão na última década, enquanto o consumo entre os homens estagnou.

Os dados da Tabela 2.5 indicam que, na média das 14 capitais, a maioria dos alunos não fuma, sendo que 89,5% do sexo feminino e 88,7%

¹¹ Esses valores foram obtidos somando-se as categorias de fumam eventualmente e fumam diariamente, gerando uma terceira: exposição ao uso de cigarro

do masculino. Entretanto, de acordo com a literatura, como menciona Schio *et al.* (*op. cit.*), existe uma tendência de que a diferença marcante que existia entre o número de fumantes de ambos os sexos, tenda a desaparecer, com mais mulheres fumando atualmente.

A proporção de estudantes que admitem fumar diariamente é de 3% entre as alunas e 3,7% entre os alunos, o que pressupõe um contingente de 74 mil alunos do sexo masculino e de mais de 69 mil do feminino.

Tabela 2.5 – Alunos dos ensinos fundamental (5^a a 8^a série) e médio, por frequência de uso de cigarro, segundo sexo e capitais das unidades da Federação, 2000 (%) continua

Capitais e sexo	Frequência de uso de cigarros por alunos			
	Não usa	Diariamente	Às vezes	Total
Manaus				
Masculino	84,0	3,7	12,4	100,0
Feminino	93,3	0,8	5,9	100,0
Belém				
Masculino	85,9	3,2	10,9	100,0
Feminino	90,7	0,7	8,6	100,0
Fortaleza				
Masculino	87,6	4,5	7,9	100,0
Feminino	90,9	2,2	6,9	100,0
Recife				
Masculino	88,4	4,2	7,4	100,0
Feminino	92,5	1,1	6,4	100,0
Maceió				
Masculino	86,9	3,3	9,8	100,0
Feminino	92,9	1,7	5,4	100,0
Salvador				
Masculino	89,1	2,4	8,5	100,0
Feminino	94,4	0,9	4,7	100,0
Vitória				
Masculino	88,2	3,2	8,6	100,0
Feminino	89,9	3,1	7,0	100,0
Rio de Janeiro				
Masculino	90,0	2,7	7,3	100,0
Feminino	89,4	2,6	8,0	100,0
São Paulo				
Masculino	90,4	3,6	5,9	100,0
Feminino	86,3	4,8	9,0	100,0

Tabela 2.5 – (Cont.)

Capitais e sexo	Frequência de uso de cigarros por alunos			
	Não usa	Diariamente	Às vezes	Total
Florianópolis				
Masculino	87,6	4,8	7,5	100,0
Feminino	86,7	4,4	9,0	100,0
Porto Alegre				
Masculino	83,7	7,3	9,0	100,0
Feminino	78,7	9,2	12,1	100,0
Cuiabá				
Masculino	85,7	5,8	8,4	100,0
Feminino	90,4	1,8	7,8	100,0
Goiânia				
Masculino	86,7	5,1	8,2	100,0
Feminino	91,4	2,6	6,0	100,0
Distrito Federal				
Masculino	88,9	3,4	7,7	100,0
Feminino	91,8	2,5	5,7	100,0
Média				
Masculino	88,7	3,7	7,6	100,0
Feminino	89,5	3,0	7,5	100,0
Nº Absoluto				
Masculino	1.774.039	74.040	152.887	2.000.966
Feminino	2.054.106	69.477	172.767	2.296.350

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Você costuma fumar cigarro comum?” Esta tabela refere-se ao cruzamento dessas respostas com a variável sexo.

Nas capitais Goiânia, Florianópolis, Rio de Janeiro, Vitória e Distrito Federal não houve grau de associação estatística significativa entre frequência de consumo e consumo por sexo, indicando que não há diferenças dignas de nota entre os que fumam e não fumam por sexo.

O cigarro é sensível a gênero na juventude e também em outras gerações, como foi observado na literatura. Os padrões de comportamento relacionados ao gênero também seguem modelagens regionais ou locais, sendo que as maiores proporções de consumo de cigarro entre as mulheres concentram-se em capitais que são reconhecidas como metrópoles nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) e regionais (Porto Alegre), que se caracterizam pelo seu alto grau de urbanização e, conseqüentemente, sendo nesses centros, as mulheres submetidas a uma dose maior de estresse diário, característica de grandes centros urbanos.

2.2.5. Percepção do tabaco como droga

Os três atores estudados consideram o tabaco como uma droga, como o demonstram os dados da pesquisa quantitativa. Curiosamente, entretanto, são os alunos que apresentam um percentual perceptivo levemente superior (79,4%) que o do corpo técnico-pedagógico (78,5%) e dos pais (76,8%), em cada caso.

A construção social do cigarro enquanto droga agrega diferentes elementos; assim, enquanto alguns autores ressaltam que o cigarro seria uma droga, devido aos seus efeitos nocivos à saúde (Scivoletto e Andrade, 1999, entre outros), para os atores que participaram desse trabalho (pais, alunos e corpo técnico-pedagógico), o raciocínio é de que o “cigarro é igual à droga, mata só que demora mais”, o que convive com outras expectativas, que atribuem menor importância para os malefícios do tabaco.

De fato, apesar de alguns pais enfatizarem que o cigarro “é uma droga” e que “faz mal”, é comum optarem por postura de defesa de escolha ou para a liberdade individual: “O cigarro faz mal, não tenho nada contra, quem quiser fumar que fume.”

Os diretores enfatizam o mesmo, reconhecendo, entretanto, que, na tipologia das drogas, o cigarro possui um caráter diferenciado, provavelmente em função da licitude de consumo.

Cabe fazer diferenciações em termos das percepções apresentadas pelos participantes da pesquisa, se são ou não fumantes. Entre os alunos que não fumam, há uma percepção de que os fumantes naturalizam o ato de fumar, desconsiderando riscos: “Cigarro é a coisa mais natural, o pessoal tá fumando aí, banalizando.”

Nos discursos de alunos, podemos identificar uma preocupação com as conseqüências do uso de cigarro aos não-fumantes, demonstrando que entre esses atores, existe o conhecimento sobre os efeitos nocivos que o cigarro pode causar não somente ao organismo do fumante, como também ao das pessoas que estão próximas: “Vamos supor, um aluno fuma dentro da sala e o outro está, tipo com bronquite, essas coisas... aí faz mal pra pessoa.”

Em depoimentos de pais, professores e inspetores fumantes, evidencia-se que estes também possuem a mesma percepção do cigarro, tal qual o não-

fumante. No entanto, observa-se que aliam ao discurso da consciência do mal provocado, um outro relacionado com a dificuldade em deixar o vício.

Para um outro grupo de pais, relatar aos filhos sua própria experiência com o cigarro, constitui-se em uma forma de prevenção: “Mostro pro meu filho porque eu fumo. Na minha época eu tomei o gosto daquilo, era chique, então eu aprendi a fumar e é difícil deixar. Não permito que eles fumem, por enquanto não.” Para esses pais, o cigarro é percebido como uma droga, que deveria ser proibida – “Por eu ser fumante, eu acho que deveria ser proibido, porque cigarro é uma droga.”

2.2.6. O tabaco como “porta de entrada”

Os diferentes atores entrevistados possuem percepções bastante semelhantes sobre o cigarro, destacando o fato de este ser percebido, assim como o álcool, como uma porta de entrada para outros tipos de drogas, inclusive ilícitas.

Alguns alunos ressaltaram que o fato de colegas faltarem aulas, para ficar pelas ruas fumando, uma vez que essa não é uma prática permitida no interior das escolas, facilita o acesso e o contato com outras drogas, como por exemplo, a maconha. Para outros, o cigarro é visto como uma *fachada* ou seja, alguns usam o cigarro publicamente para encobrirem o uso que fazem da maconha: “O cigarro é o início. Cigarro é para disfarçar no meio de todo mundo, para não dizer que está fumando maconha.”

Na mesma linha, o corpo técnico-pedagógico percebe o cigarro como o primeiro passo na direção do consumo de outras substâncias, como pode ser percebido nos depoimentos abaixo:

(...) E que acaba, às vezes, ficando no vício do cigarro depois, mas isso não quer dizer que não esteja envolvido na droga, mas é um indício, eu acho que o cigarro é uma porta de entrada, facilita uma outra droga chegar nesse adolescente se ele já é fumante. Sabe que é um dos caminhos não somente esse, mas é um dos caminhos (Entrevista com diretora, escola pública, Porto Alegre).

Entre os pais, há a percepção de que a escola tem uma grande responsabilidade sobre a formação dos filhos: “Se tem um aluno aqui no colégio fumando cigarro logo ele vai usar outra coisa, então o que o diretor tem a fazer é chamar logo o pai e a mãe.” Porém, deve ser ressaltado que, para muitos, a escola pode e não deve ser entendida como a única responsável pela formação dos jovens, encargo este que, defendem alguns pais, tem de ser compartilhado entre a família e a escola.

Esta pesquisa constata a multiplicidade de posições dos atores em relação ao cigarro. Essa diversidade de posições pede cuidados com a tônica de campanhas contra cigarros, ou seja, a inferência de que há sentidos únicos no fumar, principalmente quando o seu principal alvo é o público jovem.

2.2.7. Primeira experiência e o lugar da família no consumo

De acordo com alguns autores (*e.g.* Scivoletto e Andrade, 1999), independente da presença de fatores de risco, quanto mais cedo se dá o início do uso de drogas, maior a chance de o indivíduo tornar-se um usuário regular e apresentar problemas decorrentes desse uso, pois quanto mais cedo uma substância psicoativa atuar num cérebro imaturo, maior a probabilidade de ocorrerem atrasos no desenvolvimento e prejuízos cognitivos, com suas respectivas repercussões.¹²

Nesta pesquisa identificam-se altas proporções de jovens que já na faixa dos 10 aos 12 anos declaram fazer ou ter feito uso (por experiência ou por brincadeira) de cigarro. Em média, para essa faixa etária, quase 16% desses responderam de forma afirmativa a essa questão, o que representa um total de 118.227 alunos.

Note-se que 39,1% dos estudantes, o equivalente a 638.834 do total, na faixa de 13-15 anos responderam que usam cigarros por brincadeira ou como uma experiência. Na faixa etária 16-18 este percentual corresponde a

¹² Estudo realizado pelo Centro Nacional de Dependência e Abuso de Substâncias da Universidade de Colúmbia (Casa), nos Estados Unidos, em 2001, coordenado por Bearman *et al.*, indica que, pessoas que informaram ter fumado pela primeira vez com menos de 15 anos de idade, tem 80 vezes mais chances de ter usado alguma outra droga ilegal, sugerindo que fumar em uma idade muito jovem é um forte componente do uso de outra droga ilegal.

mais da metade do universo total de estudantes pesquisados (55,1%, ou seja, 813.944 alunos). Já nos grupos etários mais velhos (19 a 24 anos), foi encontrado um percentual de 60,2% de alunos que já se expuseram ao tabaco por brincadeira ou por experiência.

Os depoimentos colhidos com os alunos, corpo docente e pais indicam casos em que o primeiro contato do jovem com o tabaco pode ocorrer no próprio ambiente familiar. De fato, as narrativas de alunos com pais fumantes foi recorrente, no sentido de o primeiro consumo ter-se dado na esfera doméstica, por meio dos *pitos* incentivados ou, na maioria das vezes, escondidos.

A influência familiar pode ser percebida até mesmo no ambiente escolar, onde muitas vezes a autoridade da escola é questionada, devido à permissividade existente no grupo familiar: “Muitos falam ‘meu pai e minha mãe compram e chega aqui você não deixa eu fumar? Ué, não pode fumar, a gente tem que ficar o tempo todo mandando apagar porque eles acendem. A gente dá as costas, eles vão lá e acende de novo.”

Por fim, estão os jovens, com uma postura mais crítica em relação aos males do cigarro, colocando que, independente da forma como os pais lidem com essa questão, por si só, eles não o usariam. “Mesmo se ela não tivesse controle sobre mim eu também não ia fazer isso, porque eu acho isso errado e só vou estragar minha vida, ela tem confiança em mim.”

É comum na literatura, como já se detectou, a chamada de que o comportamento paterno e materno pode influenciar o padrão de uso dos filhos. Por outro lado, em uma pesquisa realizada no Distrito Federal, com adolescentes escolares da rede privada de ensino, Bucher (1986) identificou que o hábito de fumar dos pais não interfere no mesmo hábito em seus filhos. Por outro lado, inquérito realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (Paho/Opas, 1977) alerta para o fato de que o hábito da mãe é o mais importante.

Também estudos realizados em países de língua inglesa (Horn e col., 1959; Salber e MacMahon, 1961; Cooreman e Perdrizet, 1980, In: Muza e Costa, 1993) e mesmo o inquérito da Opas de 1977 mostram evidente influência do hábito de fumar dos pais no hábito de consumir tabaco pelos

filhos adolescentes. Entretanto, trabalhos realizados no Brasil (Paine e col., 1985; Horta e col., 1988; Simões e Simões, 1976-77, *In: op.cit.*) não evidenciam qualquer influência do hábito de fumar dos pais no tabagismo dos filhos.

2.2.8. Sociabilidade e o uso do tabaco: o lugar dos amigos

Depoimentos colhidos com os alunos indicam que a primeira experiência com o cigarro ocorre em festas, bares e *shows*, locais que os jovens frequentam com os amigos. Desse modo, infere-se que a influência dos grupos com os quais interagem é importante, na medida em que, além de a *iniciação* se dar no grupo, há situações em que os jovens admitem que, para sentirem-se íntimos e aceitos, há a necessidade de um comportamento prestigiado ou padrão para o grupo – assim, se o grupo tende a ter o hábito de fumar como ritualmente valorizado, com mais possibilidade se imporá tal comportamento.

O consumo pode ser estimulado pela curiosidade ou, simplesmente, pelo fato de ter sido oferecido por amigos. E não aceitar as regras do grupo seria correr o risco de perder a amizade. De acordo com um depoimento percebe-se que o grupo é um *fator de pressão* muito importante na constituição do hábito de fumar, que é visto, dentro desse, como uma forma de padronização, de identificação e de identidade. Andar em grupo para alguns, é assumir para si as atitudes e os hábitos do mesmo: “(...) Eu, eu já fumei bastante tempo, mais de ano até, até porque um pouco assim era influência, porque quase todas as minhas colegas fumavam, eu convivi ali entre elas, eu comecei a fumar também, só que hoje graças a Deus eu não fumo mais.” Isso quer dizer que, mesmo não fumando, o aluno é rotulado de fumante porque os amigos com os quais ele anda fumam.

Alguns têm nos demais jovens o seu referencial de conduta. Nota-se que há um padrão de valorização, em que a idade dos membros do grupo – ou dos jovens, em geral – é relevante, com o comportamento dos mais velhos sendo seguido pelos mais jovens. Tudo se passa como se o jovem aprendesse com esses, mais velhos, sobre como proceder para inserção na vida adulta.

De todo modo, não foram raros os alunos que narraram não pautar suas decisões com base no comportamento dos demais e nem se sentem

influenciados por preferências alheias: “Uma vez umas meninas trouxe aqui na escola fumo e folha. A maioria, todo mundo aceitou, mas (...) eu e uma menina a gente não quis, tudo porque eu tenho raiva de cigarro.”

Para as pessoas envolvidas no processo educacional, o grupo seria o principal desencadeador do desejo, no jovem, de usar uma droga, seja ela lícita ou não. Assim, como se percebe nos depoimentos dos alunos, esses desejos são resultados de sua circulação por várias redes de relações e influências.

Insiste-se, sendo o estar em grupo também um significado de prazer, e com base em depoimentos de alunos, andar em grupo é assumir as atitudes e os comportamentos do mesmo. No entanto, isto não significa que necessariamente o jovem venha a fumar, pelo fato de alguns membros do seu grupo fazê-lo. Trata-se, antes de qualquer coisa, de um estímulo e não de uma relação imperativa. Por isso, os alunos questionam o fato de serem rotulados de fumantes, quando na verdade não o são, por relacionarem-se com pessoas que usam.

2.2.9. Influência da mídia

Durante muitos anos – principalmente entre as décadas de 50 a 80 –, os meios de comunicação funcionaram como canais de propagação da associação entre fumar e ter charme, *glamour* e sucesso na vida e com o sexo oposto. A imagem vendida pelo *marketing* da indústria tabagista contribuiu consideravelmente para a disseminação do uso de cigarro entre os jovens da época. Os adolescentes são os alvos preferenciais dessas propagandas das marcas de cigarro.

Em depoimentos de alunos é possível perceber a ênfase que dão à mídia como meio de induzir o consumo do cigarro e revelam que a propaganda, principalmente a televisiva, possui papel significativo para os jovens, uma vez que estes estão à procura de “modelos” de comportamento, sobretudo aqueles legitimados por valores de poder, juventude, virilidade, busca do prazer, costumes de países apreciados como modernos e símbolo de status – referências caras à sociedade: “Que no comercial, no comercial é assim, você está fumando, você vê tudo bonito, então, as pessoas acham que vai fumar não prejudica.”

No entanto, a contra-propaganda em relação ao fumo também contribui, em alguma medida, para a crítica e o distanciamento de muitos jovens de tal hábito. De fato, alguns alunos apresentam uma postura crítica quando se relacionam as imagens construídas pelos comerciais, em contraposição às consequências que o consumo do cigarro tem sobre o consumidor.

Diferente do que acontecia até algumas décadas atrás, o cigarro hoje tende a ser reconhecido pela população, com ressalvas, é claro, como uma droga. Apesar de não produzirem os mesmos efeitos imediatamente aparentes como os provocados pelas chamadas drogas ilícitas ou de uso ilícito, os atores pesquisados relatam uma série de efeitos que podem vir em consequência do uso continuado do cigarro, como câncer de pulmão e parada cardíaca.¹³

Tanto álcool como cigarro são consideradas drogas lícitas. Contudo, a pressão e as restrições legais parecem mais brandas em relação ao chamado uso moderado de bebidas alcoólicas – por exemplo, enquanto no rótulo das embalagens de cigarro adverte-se para o risco de tal consumo, o que se faz na propaganda do produto, o mesmo não se observa, necessariamente, nas garrafas de bebidas com algum teor alcoólico. Também hoje, há uma maior complacência ou menos recusa social ao uso de bebidas alcoólicas, principalmente em festas e ocasiões consideradas especiais, do que ao hábito de fumar em público. Mas os dados sugerem que, em termos comparativos, as bebidas alcoólicas são a droga de maior presença na vida dos jovens.

¹³ De acordo com os dados do Ministério da Saúde, o consumo de tabaco é atualmente a maior causa isolada de câncer. Ao tabagismo são atribuídos 90% dos casos de câncer de pulmão, 80% dos casos de enfisema pulmonar, 25% dos infartos do miocárdio, 40% dos casos de bronquite crônica e derrame cerebral. O câncer de pulmão, por exemplo, deverá causar a morte de 15.145 brasileiros (10.770 homens e 4.445 mulheres) este ano. O cigarro também está ligado à origem de tumores malignos em oito outros órgãos, além do pulmão: boca, laringe, faringe, pâncreas, rins, bexiga, colo de útero e esôfago.

2.3.DROGAS LÍCITAS DE USO ILÍCITO

2.3.1.Introdução

Nos últimos 80 anos, vem sendo tomada internacionalmente uma série de medidas que visam ao controle internacional do uso e do abuso de drogas/remédios/substâncias consideradas como narcóticos e psicotrópicos.

De acordo com dados do INBC (Comitê Internacional de Controle aos Narcóticos da ONU), são duas as categorias de drogas lícitas de uso ilícito, consideradas internacionalmente: a primeira refere-se às drogas narcóticas e a segunda às substâncias psicotrópicas.

Além do álcool e do tabaco, outras drogas lícitas, tais como os medicamentos – calmantes, anfetaminas, anticolinérgicos, barbitúricos, orexígenos e anabolizantes, além dos solventes/inalantes –, têm sido utilizadas de forma ilegal, e cujo abuso por parte dos jovens parece ser bastante preocupante. São fáceis de serem adquiridas e com baixo custo. Entretanto, a discrepância entre o uso e as opiniões sobre a facilidade de aquisição é explicada com referência ao estereótipo da representação social, que considera como *drogas* apenas os produtos ilegais. Desta forma, os medicamentos geralmente não são percebidos como drogas pela população, mas seu uso abusivo os torna ilícitos.

Galduróz (1996) aponta que os inalantes são de notória popularidade entre os nossos adolescentes e menciona que podem ser levantadas algumas hipóteses de explicação para o uso de inalantes, tais como a pobreza, que restringe o acesso ao álcool e outras drogas; a tolerância social aos inalantes pelos familiares e pela sociedade; a necessidade do uso destas drogas para integrarem-se no grupo; e o fácil acesso às mesmas uma vez que podem ser encontradas em sua própria residência, como a acetona, os esmaltes, remove-dores e também outros itens como os corretores de escrita que acompanham o material escolar, não sendo surpreendente que em vários levantamentos feitos no Brasil, os inalantes ocupam uma posição de destaque.

Vários estudos têm apontado uma associação entre abuso de algumas substâncias e sexo feminino. Sugerem que o maior consumo de tranqüilizantes ocorre entre as mulheres, relacionando esse consumo às tensões vivenciadas

no dia-a-dia.¹⁴ Em pesquisa realizada com estudantes dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas de dez capitais, Carlini et al. (1993) detectaram que as meninas usam muito mais os ansiolíticos e anfetaminas do que outras drogas, fato atribuído pelos pesquisadores à influência da própria mãe.

2.3.2. Percepção

A percepção dos diferentes atores em relação à questão de alguns produtos considerados drogas foi colhida com base nos questionários aplicados. Não foram encontrados depoimentos que se referiram especificamente a drogas tais como cola/inalantes, lança-perfume, deca/anabolizantes, anfetaminas e calmantes. Portanto, dispõe-se apenas dos dados quantitativos, relativos à percepção de alunos, corpo técnico-pedagógico e pais.

Colas e inalantes são percebidos de forma distinta segundo os atores. Entre os alunos, é de 85% a proporção daqueles que os consideram droga. Já entre o corpo técnico-pedagógico e os pais existe uma quase unanimidade, pois uma média de quase 94% de ambos os atores possui essa mesma percepção.

No quesito *lança-perfume*, existe uma percepção bastante diferenciada entre alunos, por uma parte, e pais e corpo técnico, por outra. Quanto aos primeiros, é da ordem de 65,3% a proporção dos que a consideram droga; enquanto que apenas pouco mais da metade dos alunos de Manaus possuem esta percepção. No outro extremo encontra-se Maceió, em que 80,2% dos alunos consideram lança-perfume droga. Entre pais e corpo técnico-pedagógico, é bem mais elevada esta proporção – 87,2 e 84,9%, respectivamente.

¹⁴ Estas podem estar ligadas tanto a fatores fisiológicos, como àqueles inerentes ao ciclo sexual (tensão pré-menstrual), até a ida a um dentista, onde o consumo antecipatório visa amenizar uma situação de estresse, provocada pela dor (Lima, 1991).

Os anabolizantes traduzem uma percepção um pouco mais unitária entre os três atores, talvez em função dos malefícios que têm sido veiculados pelas diferentes mídias. Enquanto 70,4% dos alunos referem-na como droga, esses percentuais são um pouco mais elevados no caso do corpo docente das escolas (74,3%) e dos pais (77,2%).

Já as anfetaminas apresentam três percentuais bastante diferentes de percepção. Entre os alunos, pouco mais da metade (55%) as considera na categoria de drogas, enquanto a proporção dos pais é de 65,7%, podendo ser considerada bastante baixa em função da percepção que os mesmos possuem em relação às demais drogas. Talvez uma possível explicação possa ser o uso que os próprios pais fazem destes medicamentos, não os considerando, portanto, como drogas. Para 72% do corpo docente as anfetaminas são igualmente percebidas.

Finalmente, em relação aos calmantes, também foi registrada uma diversidade de percentuais perceptivos. Assim, menos da metade dos alunos os têm na conta de drogas; são 58,5% os pais com esta mesma percepção, enquanto entre professores e supervisores esse se situa em 61,3%.

Em resumo, apenas em relação a alguns destes produtos e medicamentos existe uma percepção um pouco mais nítida de que os mesmos são drogas e, portanto, com um significativo potencial de efeitos maléficos, além de seu uso ilícito, seja na percepção de alunos, como na de pais.

2.3.3. Uso segundo sexo

A maioria absoluta dos jovens não faz uso dessas drogas – um contingente de mais de quatro milhões de alunos –, com proporções bastante semelhantes para ambos os sexos – de 97,9% para o masculino e 99,0% para o feminino.

Considerando o total de alunos que já fizeram uso de cola/inalantes ou o fazem no presente, destaca-se a participação masculina. O número de alunos que já fez (1,5%) ou faz uso (0,6%) dessas substâncias é praticamente o dobro do número de alunas que o disseram – 0,7% e 0,3%, respectivamente.

No que toca ao uso passado e presente de cola/inalantes, percebe-se uma maior incidência da primeira categoria de uso.

2.3.4. Drogas cujo consumo foi percebido

No quesito *colalinalantes*, é superior a proporção do corpo técnico que referiu ter visto estas substâncias serem consumidas do que os alunos – de 31,8% e 21,6%, respectivamente.

No caso das chamadas *drogas lícitas*, aqui representadas por álcool e tabaco, é de surpreender os baixos percentuais de alunos e corpo técnico que mencionou tê-las visto serem consumidas – 11,6% e 19,3%, em cada caso. Pode-se especular que as reduzidas proporções mencionadas de uso destas *drogas* lícitas talvez se deva ao fato de que estes atores não as percebem como *drogas*, uma vez que são socialmente aceitas.

Em relação a *outras drogas*, que inclui LSD, ópio, ecstasy, haxixe, calmantes, anfetaminas, heroína e drogas injetáveis, são muito reduzidas as proporções médias no caso de ambos os atores – 2,4 e 3,9%, em cada caso.

Finalmente, deve-se destacar que, ou existe uma percepção muito baixa por parte destes atores quanto ao uso destas drogas – em alguns casos bastante pesadas – ou, por outro lado, houve uma negação em responder a esta questão.

3. JOVENS E DROGAS ILÍCITAS

Neste capítulo identifica-se a presença de associações entre os padrões de uso das substâncias psicotrópicas e algumas variáveis sociodemográficas tais como: sexo, faixa etária, prática religiosa, inserção no mercado de trabalho, uso entre os amigos, relacionamento familiar, além da percepção dos alunos, membros do corpo técnico-pedagógico e pais pesquisados.

3.1. INTRODUÇÃO

Droga é definida, em um sentido amplo, como qualquer substância capaz de exercer um efeito sobre o organismo. As drogas chamadas psicotrópicas ou psicoativas – palavra originária do grego que pode ser traduzida como *aquilo que age sobre a mente* – alteram os sentidos, induzem à calma ou à excitação, potencializam alegrias, tristezas e fantasias.

Especialistas como Medeiros (1986), Vizzolto (1987), citados por Alencar (1988a) e Sanches et al.. (1982) advertem que praticamente em todas as culturas e povos encontram-se referências ao uso esporádico de drogas durante os ritos religiosos, cerimônias grupais (celebrações ou festas).

Existe uma unanimidade no fato de que as drogas estão longe de serem substâncias inócuas, considerando-se que o uso indiscriminado traz prejuízos e conseqüências negativas, impondo-se a necessidade de serem melhores entendidas. Para Osava (2002) as drogas só se tornaram um problema com o aparecimento da sociedade de consumo, que estimula o abuso, o exagero e o desequilíbrio.

A droga, em nosso país, como em outros, ainda é considerada primeiramente sob o prisma da ilegalidade e, portanto, como um problema de âmbito judicial, mais do que um problema sanitário ou social. É, porém,

uma questão que envolve aspectos psicológicos, sanitários, educativos, políticos e sociais, exigindo, portanto, integração entre ações preventivas, de controle e de tratamento.

3.2. FREQUÊNCIA DE USO

Esta seção analisa a frequência de uso de drogas ilícitas entre os alunos dos ensinos fundamental e médio nas escolas públicas e privadas, em dois momentos: o uso no passado – ou experimentação (*experimentou, usou e não usa mais*); e o uso no presente, caracterizado como habitual ou regular (*usa todos os dias, quase todos dias e finais de semana*) e o não-uso.

Os resultados deste trabalho revelam um uso de drogas entre a população estudantil que abrange muitos jovens. No entanto, dentre os que tiveram contato com as drogas, a maioria parece haver mantido uma relação apenas experimental, visto que o uso presente (140.802) é menor que o passado (228.631 alunos).¹⁵

Quanto ao uso passado, a maconha lidera a experimentação no conjunto das capitais pesquisadas, com uma média de quase 3%, e um contingente de mais de 135,6 mil jovens.

Os inalantes e a cocaína em pó aparecem em seguida, com percentuais semelhantes – de 1,1% e 1% em cada caso (com 50,5 mil e quase 47,8 mil alunos, respectivamente). Seguem-se o crack e a merla, com proporções de 0,5% e, em último lugar, as drogas injetáveis, com um percentual de 0,3% e quase 12 mil usuários.

Cabe ressaltar que esta experimentação foi temporalmente localizada, não seguindo para uma habitualidade de uso. Há que cuidar da leitura sobre

¹⁵ Considerando o estigma das drogas, é provável alguma subestimação; mas também pode haver algum grau de superestimação. A subestimação seria o resultado previsível de um comportamento socialmente condenável e muitas vezes ilegal, que poderia provocar, nos alunos, o medo de que o anonimato, garantido pelos pesquisadores, não ocorresse. Já a superestimação dar-se-ia na medida em que alguns parecem associar o uso de drogas (ou pelo menos de algumas delas) a características como coragem e independência, ou tendem a encarar este tipo de pesquisas como oportunidade para desafiar o mundo adulto, inventando respostas falsas. A subestimação, bem como a superestimação, foram detectadas por Carlini *et al.* (1987).

casos de uso passado, baseados nas respostas *já experimentou, usou e não usa mais*. A percepção de que a experimentação pode levar à dependência registra-se na fala de alguns entrevistados: *quem entra no mundo das drogas dificilmente sai – caminho sem volta, processo irreversível*.

Os dados de uso presente, ou seja, regular, indicam que em todas as capitais a proporção desse uso é sempre igual ou menor que no passado, para todos os tipos de drogas ilícitas, o que leva a pensar que muitos alunos foram apenas experimentadores e hoje não fazem mais uso. Apesar deste uso presente ser igual ou menor, não deixa de ser significativo, pois é um uso regular e contínuo (*todos/ou quase todos os dias e finais de semana*).

A situação de uso passado das diferentes drogas é, como mencionado, sempre maior que o uso presente. Entretanto, entre as drogas injetáveis, não são percebidas diferenças em ambos os percentuais, ou seja, as proporções de experimentação (com 11.829 usuários) e de uso regular (com 12.231 jovens) são as mesmas – 0,3%.

A droga mais utilizada no presente é a maconha, com 2% de média de uso no conjunto das capitais com 91 mil usuários, e continua sendo a droga ilícita de maior uso, tanto no passado (2,9%), como no presente (2%).

3.3. USO SEGUNDO SEXO

Há uma predominância do sexo masculino no consumo de drogas ilícitas, ditas *de rua*, tais como a maconha, a cocaína, etc. (ver, entre outros, Murad, 1982, citado por Alencar, 1988a). O padrão de uso feminino diverge quanto ao tipo e à forma de obtê-las. Assim, as alunas tendem a usar, mais que os jovens, tranqüilizantes e anfetaminas (moderadores de apetite), algumas vezes mediante receita médica.

Os jovens do sexo masculino possuem uma exposição ao uso de drogas (*usam com freqüência e já experimentaram*) – 9,7% – bem superior à observada entre as moças – 6,6%. Em números absolutos, isto significa 206 mil rapazes e de 160 mil jovens do sexo feminino, ou seja, 30% a mais de jovens do sexo masculino em relação às jovens.

A exposição ao uso de maconha por parte dos rapazes é o dobro da verificada entre as jovens – 6,7 e 3,3%, respectivamente. Os totais absolutos atingem mais de 143 mil alunos do sexo masculino e 81 mil do feminino.

Informações sobre a frequência de uso de cocaína em pó entre jovens do sexo masculino e feminino, indicam que, no caso da exposição ao uso (*já experimentaram e usam com frequência*), os dados informam que o percentual médio para o sexo masculino é de 2,4%, contra 1% para o feminino, com contingentes respectivos de pouco mais de 50 mil e 23 mil usuários.

Entre os que consomem cocaína *habitualmente*, a maior proporção é sempre observada para o sexo masculino em todas as capitais pesquisadas.

Ainda que a incidência de consumo de maconha seja maior que a de cocaína, os diferenciais entre os sexos são semelhantes. De fato, segundo o tipo de droga, o mesmo padrão de uso entre os sexos repete-se, ou seja, há maior representatividade de jovens do sexo masculino, tanto para a maconha como para a cocaína.

3.4. USO SEGUNDO GRUPO ETÁRIO

Os dados chamam a atenção para o fato de que crianças entre 10 a 12 anos e jovens na faixa de 13 a 15 anos declarem que *usam drogas com frequência*: 1,2% entre os de 10 a 12 anos, 9.698 crianças e 2,3% entre 13 a 15 anos, 37.745 jovens. A representação dos que indicam que *já experimentaram* é inclusive um pouco superior: 1,5% entre 10 a 12 anos, 12 mil e 4,5% entre 13 a 15 anos, 75 mil jovens.

Os dados indicam que, quanto maior a idade, maior a frequência de uso de drogas. A exposição às drogas (já experimentaram e usam com frequência) apresenta percentuais crescentes segundo as diferentes faixas etárias e situa-se em 2,7% para o grupo de 10 a 12 anos, no conjunto das capitais, com quase 22 mil alunos neste caso.

Entre os alunos de 13 a 15 anos o percentual médio ascende a 6,8%, significando 113 mil jovens, havendo um incremento de uso na passagem para a faixa etária de 16 a 18 anos, quando o percentual médio de exposição

é de 11,2% (173 mil jovens). É nesse grupo etário que se encontra a maior taxa de exposição ao uso de drogas, quando comparada às demais faixas.

Assim, nesta pesquisa observa-se também uma grande prevalência no consumo de drogas ilícitas na faixa dos 19 a 24 anos de idade, com 9,3% deles expostos ao uso (quase 57 mil).

Note-se também que mais 90% dos estudantes nas faixas de 10 a 12 anos (97,3%) e de 13 a 15 anos (93,2%) declaram nunca ter usado drogas ilícitas. Já nas faixas de 16 a 18 anos 88,8%, e na de 19 a 24 anos, 89,2% declaram não fazer uso de drogas.

Insiste-se que, embora a proporção de jovens que fazem uso de drogas não seja, relativamente ao total de alunos, elevada, essa já começa a ocorrer a partir dos 10 anos de idade, comprovando o que a literatura vem chamando a atenção – de que é cada vez mais precoce a iniciação que crianças e adolescentes vêm fazendo de drogas ilícitas.

Analisando os diferentes tipos de frequência de uso da maconha por faixas etárias, verifica-se que ela é onipresente em todas as idades.¹⁶ Existe um incremento constante nas proporções médias de exposição de uso, à medida que aumentam as idades. Há um salto quantitativo nos percentuais médios de exposição à maconha do grupo etário de 13 a 15 anos (3% ou mais de 49,5 mil jovens) para o de 16 a 18 anos de idade (8,4% ou quase 125 mil alunos). Neste, a proporção é quase três vezes maior do que na faixa etária anterior.

Com referência ao consumo de cocaína em pó entre os distintos segmentos etários, como nas demais drogas, verifica-se que o consumo atual ou passado cresce com a idade. Entre os alunos de 10 a 12 anos o percentual é de 0,3%, ascendendo a 1,1% entre os de 13 a 15 anos (15 mil jovens), duplicando entre os 16 a 18 anos (2,2%), com 34,1 mil alunos e atingindo os 4% entre os de 19 a 24 anos, 21 mil estudantes.

Destaca-se que, no caso de exposição às drogas, somando-se as categorias de uso freqüente com as de uso experimental (*experimentou, já usou*

¹⁶ Segundo informações da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), 49 mil (0,6%) crianças e adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos são dependentes de maconha (Internet: www.senad.gov.br).

e não usa mais), são muito próximas as proporções por tipo de droga entre os de 10 a 12 anos (0,5% para o caso da maconha e 0,3% para a cocaína).

No caso das faixas etárias mais velhas, o que se observa é uma exposição à maconha comumente o triplo da observada para a cocaína. Assim, enquanto 1% na faixa de 13 a 15 anos declara que *já experimentou* ou *está usando* cocaína, 3% dos jovens nessa mesma faixa o fazem para a maconha. Entre os de 16 a 18 anos, a exposição atinge 8,1% para a maconha e 2,2% para a cocaína. A proporção de exposição à cocaína, entre os alunos de 19 a 24 anos, é menos da metade da constatada para a maconha – de 4,0 e 8,6%, respectivamente.

3.5. USO POR CONDIÇÃO DE TRABALHO E ESTUDO

Nesta seção são analisadas as diferentes freqüências de uso de substâncias psicoativas e a probabilidade de consumo de drogas entre os jovens que trabalham e estudam e os que somente estudam.

Estudo realizado por Bachman (1983), com estudantes americanos de nível médio, revelou que é mais alta a proporção de usuários entre aqueles que trabalham em tempo parcial – de 15 a 20 horas semanais – que entre os que não trabalham, além de ter verificado uma associação positiva entre o número de horas trabalhadas em tempo parcial e o uso de drogas.

No Brasil, Carlini-Cotrim (1987) confirma, em suas pesquisas, hipóteses de uma tendência de maior uso de drogas entre alunos que trabalham e estudam, destacando sentidos que explicam a maior probabilidade de consumo de drogas por jovens que trabalham, como: a maior disponibilidade de recursos para serem investidos na compra de drogas; mais independência em relação à família e mais ampla circulação entre espaços e valores. Contudo, o elenco de possibilidades compreensivas para o fato de jovens que estudam e trabalham apresentarem maior probabilidade de consumo de drogas é amplo.

Segundo os dados da pesquisa, o uso de drogas possui, de fato, uma forte associação com a condição de trabalhar e estudar ou apenas estudar.

O percentual de exposição ao uso é maior entre aqueles que combinam o trabalho com o estudo – 8,3% – do que entre aqueles que apenas estudam – 3,7%.

O fato de trabalhar e estudar também apresenta maior incidência entre alunos que somente experimentaram drogas, em todas as capitais investigadas.

3.6. LOCAIS DE USO

Em média, mais da metade (54,9%) dos alunos das capitais pesquisadas declaram ter presenciado o uso de drogas perto de casa. Logo após foi citada a presença de drogas ilícitas em *shows*, festas e boates, com médias respectivas de 35,9 e 32,7%.

Em depoimentos, alunos mencionam festas e boates como locais de uso de drogas: “(...) eu já fumei, não direto, numa danceteria (...)” e inclusive há quem destaque o efeito- demonstração propiciado por este ambiente social: “Foi uma vez que a gente tava indo pro baile, pra sair, daí uma menininha fumava, fumava, fica assim experimenta, experimenta, daí fiquei curiosa, as outras todas fumando (...).”

Membros do corpo técnico-pedagógico dizem ter visto o uso de drogas, principalmente em *shows* – 49,3% –, seguido por festas e boates – 41,5% – e, finalmente, perto de casa – 37,6%.

O consumo de drogas foi percebido por alguns pais, sobretudo em festas: “(...) e sai para dançar, beber, curtir, transar, como eles falam assim para nós, quem sai na noite, é o uso de bebidas, droga, é o mundo noturno, todo mundo conhece, perigoso.”

3.7. DROGAS MAIS VISTAS E USADAS

Aqui são analisadas as drogas ilícitas mais vistas e utilizadas, na percepção dos diferentes atores. Estes dados são importantes, na medida em que poderão informar, para políticas e programas de prevenção, as drogas de uso mais difundido em nosso meio.

São utilizados, por uma parte, dados sobre drogas que os atores desta pesquisa já viram ser consumidas por outras pessoas, levando-se em conta que as mais vistas possivelmente são as mais consumidas. Por outra parte, também são contemplados os depoimentos de alunos que mencionam fazer uso de drogas ilícitas.

Para as 14 capitais pesquisadas, os estudantes informam que, dentre as drogas que mais viram ser consumidas destaca-se, em primeiro lugar, a maconha,¹⁷ com um percentual médio de 80,5%, seguida de longe pela cocaína em pó e pelos inalantes. A merla, o crack e as drogas injetáveis parecem ter um uso bem menor e são mais restritas a determinadas capitais.

A merla é uma droga mais comum no Centro-Oeste: “A mais comum que a gente tem encontrado aqui na área de Sobradinho é o uso da merla, merla e maconha, que é uma droga típica de Brasília.” O mesmo ocorre com a cocaína em pó no Sul/Sudeste e o crack em São Paulo.

Abramovay *et al.* (1999: 130) em estudo sobre jovens no Distrito Federal observam que “chama a atenção o número elevado de jovens entrevistados, de ambos os sexos, usuários de maconha e merla.”

As drogas, cujo consumo é presenciado, segundo depoimentos de alunos que se declaram usuários, são: maconha (a mais citada), thinner e cola; pílulas, rousphynol e *loló*. Também foram citados chá de cogumelo, benzina e lança-perfume: “(...) LSD, ecstasy calmante, só comprimido. O meu amigo chamado (...), ele rola (fornece), só vive tonto, todas vez que falo com ele aí legal e só vive com dor e cabeça.”

Diretores, professores, inspetores e agentes de segurança têm a mesma opinião que os alunos sobre o fato das drogas mais usadas pelos jovens serem a maconha, a cola e os inalantes, destacando que essas são mais baratas e acessíveis: “É maconha, principalmente maconha e cola.” E também: “Mas o que falam mais não é nem da maconha, é a tal da merla, que a merla é uma mistura que eles falam, a merla é mais barata.”

São escassos os depoimentos de pais que informam ter visto ou saber que seus filhos usam drogas: “(....) ele se envolveu com drogas no ano

¹⁷ Para Noto e Formigoni (2001), é significativo o crescimento do uso de maconha verificado dos anos 80 para a década de 90 – passando de 2,8 para 7,6%.

passado (...) ele tava usando droga, e eu levei ele numa psicóloga muito boa e graças a Deus eu tirei ele dessa (...).”

Em conformidade com esta constatação, os dados quantitativos também mostram que poucos são os pais que suspeitam ou afirmam que seus filhos fazem uso de qualquer tipo de droga. No conjunto das capitais pesquisadas, 96,3% dos pais declaram que seus filhos não fazem uso de drogas.

3.8. MOTIVOS DE USO

Os motivos percebidos para o uso de drogas são diversos e variam de pessoa para pessoa, sendo que a maior parte dos jovens declara que o faz de forma passageira e ocasional, o que se analisa neste item ao focalizar os motivos para consumo apresentados.¹⁸

Pesquisadores como Medeiros (1986), Murad (1982), Kalina (1986), Vizzolto (1987), citados por Alencar (1988a), e Sanches *et al.* (1982), afirmam que as principais causas para o uso de drogas são a fuga de problemas de natureza moral, psicológica ou material; a independência; a auto-afirmação; o modismo; a imitação; o inconformismo; o desafio; e a pressão de grupos.

Essas hipóteses, que apontam para uma lógica psicossocial do interesse pelo uso de psicotrópicos, contrastam com outras visões socialmente difundidas, de que o jovem é, *per se*, presa fácil do uso de drogas, bastando para tanto ter acesso a elas. Isso não significa que esse acesso não tenha seu peso, mas ele é, possivelmente, apenas um fator facilitador, e não o determinante.

A percepção dos diferentes atores (alunos, membros do corpo técnico-pedagógico e pais) sobre os motivos de uso das drogas agrupa-as em quatro categorias: *ajuda a esquecer os problemas, modismo, auto-afirmação e diversão*.

¹⁸ Pesquisa realizada por Johnston e O'Maley em 1986 (Johnston, 1998) com estudantes americanos revelou que adolescentes em estágios iniciais de uso afirmaram que tiveram a sua aproximação com as drogas somente para experimentar, para saber o que poderia acontecer. Em estágios um pouco mais avançados, obteve-se como justificativa o divertimento com os amigos e o “sentir-se bem”. Aqueles que faziam uso pesado assumiram que buscavam nas drogas a superação do tédio, da raiva e da frustração.

É importante destacar a diversidade de opinião, por uma parte, entre pais e corpo técnico-pedagógico, que consideram em primeiro lugar o *modismo*, seguido por *ajuda a esquecer os problemas* e, por outra, pelos alunos, que consideram o principal motivo para o uso de drogas *ajuda a esquecer os problemas*, seguido pelo *modismo*. Em relação à *auto-afirmação* e *diversão*, os três atores situam esses motivos, em ordem de importância, logo após os demais referidos anteriormente.

O motivo *ajuda a esquecer problemas* é percebido de formas distintas pelos atores. Os dados da pesquisa indicam que uma média de 63,7% dos alunos o destaca, enquanto uma maior proporção é referida pelo corpo técnico-pedagógico das escolas (75,3%) e sendo de apenas 55% no caso dos pais.

Segundo os jovens entrevistados, entre os motivos declarados para o uso de drogas são referidos conflitos internos e externos, tais como, *problemas pessoais e familiares*: “as pessoas estão com problemas em casa, alguém oferece, fica mais fácil de aceitar” e a *fuga da realidade*: “eu acho que elas usam droga pra fugir de alguma realidade ou problema.”

Note-se que o comum são referências, não a uma, mas a várias possibilidades de motivos ou estímulos ao consumo de drogas:

Muitas vezes as pessoas entram nessa por várias conseqüências, eu penso, por exemplo, no caso do adolescente, não é porque ele esteja entrando na droga, será que é por que ele quer, será que é questão da estrutura familiar, a questão social, um emprego muito bom, muito bem remunerado, muita cobrança, acaba querendo fugir um pouco (Grupos focal com professores, escola privada, Vitória).

De fato, a culpabilização da família para o envolvimento dos jovens com drogas é presente em diversas falas de membros do corpo técnico-pedagógico. Um professor cita seu próprio exemplo para argumentar que a orientação vinda dos pais, no seu caso, além do ambiente de diálogo, pode afastar os jovens das drogas: “Meus pais são jovens e nós sempre tivemos muito diálogo.” E mais: “Porque meus pais me falavam tudo abertamente, e eu sabia que aquilo não servia para mim.”

Não somente os professores, mas também os pais relacionam a questão das drogas ao que consideram *problemas familiares* vivenciados pelos jovens.

Problemas de ordem familiar é outro motivo destacado, em particular pelo corpo técnico-pedagógico: “Olha, tem tantos motivos, o desajuste familiar é o principal.”

O *modismo* é a segunda razão mais apontada pelos alunos como motivo do uso de drogas (61,9%), enquanto para corpo técnico-pedagógico e pais ela aparece em primeiro lugar. No caso dos alunos, são bastante semelhantes os percentuais das capitais. No caso do corpo técnico-pedagógico, em mais da metade das capitais pesquisadas esta proporção é superior a 80%.

Na opinião de Miranda Rosa (1980), citado por Alencar (1988a), a influência dos modismos, a promoção indireta pelos meios de comunicação e a atuação de grupos atentos às possibilidades de expandir o mercado consumidor de drogas explorando as vulnerabilidades dos jovens, podem ser motivos pelos quais as pessoas fazem uso de drogas.

O terceiro motivo de uso é a *auto-afirmação*. Dentre os três atores, a maior proporção cabe ao corpo técnico-pedagógico – 62,4% –, contra 57,5% dos alunos e 48,3% dos pais.

A necessidade de ser valorizado pelo grupo pode levá-lo ao envolvimento com as drogas, conforme depoimento a seguir:

(...) e outra coisa que eu queria falar (...) você já tem um grupinho viciado lá e acaba se envolvendo porque eles te dão valor “sacô, pô esse cara é gente fina esse cara é uma beleza”, aí você entra (...) daqui a pouco, às vezes você pode até escapar da primeira vez que te (...) mas depois você acaba (...) “entendeu”? (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória).

Segundo um diretor, a droga consiste em um meio de o jovem se auto-afirmar diante de um grupo ou, ainda, da família, o que deixa transparecer uma insegurança em relação a seus vínculos sociais: “(...) auto-afirmação isso que eu acho, todo mundo tem que se sentir estimado, se

sentir valorizado, se ele não o é em casa, é através de quê?” E mais: “(...) e o meio dele se afirmar é a galera (...).”

Os depoimentos de pais sobre a necessidade de auto-afirmação por parte dos filhos são bastante escassos, pois a preocupação daqueles está muito mais centrada em temas como a influência dos amigos e a imaturidade dos jovens. O grupo de pais afirma que os jovens usam drogas para se mostrar: “Eu também acho que eles usam pra mostrar que podem ser alguma coisa, que eles podem fazer alguma coisa (...)”

A *diversão* como motivo de uso também apresenta percepções distintas entre os atores. Uma média de 34,5% dos alunos referem-na, sem grandes diferenciações entre as capitais. Pouco mais da metade do corpo técnico-pedagógico das escolas refere esse motivo. Em relação aos pais – cuja média é da ordem de 45,4% –, os percentuais são semelhantes entre as capitais.

A diversão tem vários sentidos na vida do jovem, como a busca de canais de expressão de criatividade. Em muitos casos, consideram a vida rotineira e desagradável, podendo levar à busca de novas sensações no mundo das drogas, pois o jovem, com seu potencial criativo, pode utilizar a droga na esperança de encontrar inspiração, vivências e formas distintas de perceber o mundo.

A *busca por prazer* por meio das drogas é parte do repertório de motivos ao qual se referem vários atores. Mas observam também os membros do corpo técnico-pedagógico, como já assinalado, que os jovens parecem não perceber a transitoriedade da felicidade e que a droga nada mais faz do que proporcionar uma falsa sensação de prazer, pois, uma vez passados os seus efeitos, a frustração e a desmotivação retornam.

Nos grupos focais, os alunos citam várias outras razões para o uso de drogas, além do elenco que faz parte dos dados quantitativos, sendo principalmente referidas a *curiosidade*, a *influência dos amigos e do grupo*, a *pressão do grupo*, os *conflitos familiares e existenciais*, a *busca por novas experiências*, a *personalidade fraca* e a *ingenuidade*.

Em menor escala, aparecem a opção pessoal e a falta de informação como orientações atribuídas aos jovens que optam pelo consumo de drogas. Além do mais, referem-se também os alunos que, apesar de conscientes dos danos produzidos pelas drogas, mesmo assim as usam.

Note-se que comumente os atores entrevistados tendem ao consenso sobre a importância dos amigos na vida dos jovens. Entretanto, destaca-se certa tendência dos adultos de referência – em particular os professores e diretores de escolas – a considerar que os jovens necessitam de tutela e que são influenciáveis. Tal perspectiva não necessariamente encontra eco entre os testemunhos dos jovens.

De fato, nem todos os alunos culpam os amigos pela sua iniciação ou de outros jovens nas drogas. Alguns defendem o uso de drogas como opção pessoal, mencionando que os jovens estão bem conscientes dos danos, mas, que mesmo assim, as utilizam. Há, portanto, entre os vários discursos sobre drogas, os que ressaltam o livre arbítrio, por *opção pessoal*. Mas note-se que esta não é propriamente uma postura dominante.

Para alguns, a orientação para as drogas associar-se-ia a uma *doença*.¹⁹ Tal *origem* do uso de drogas é uma hipótese levantada por alguns professores. Há a tendência para uma explicação biológica ou de defesa da predisposição.

Tal constituição biológica, para alguns se realizaria sem substrato de motivos sociais, já que, por exemplo, alguns jovens, aparentemente sem problemas (familiares, financeiros ou afetivos) envolvem-se, enquanto outros, com problemas, não o fazem. O depoimento a seguir retrata bem a questão, abordada por alguns professores e pais: “Eu acho que é uma doença, eu vejo assim, depois da dependência é uma doença. No início é uma fuga, depois é uma doença.”

Assim como o *desvio* é comum no discurso sobre consumo de drogas, os atores apontarem para efeitos e motivos, de origem negativos, derivados de tal prática. Assim junto com a referência às drogas, a referência à transgressão e à violência.

Alunos e professores, também apontam que se recorreria à droga com o intuito de alguma *transgressão*. A transgressão pode assumir, considerando depoimentos de alunos, com propósitos os mais diversos, tais como a paquera, ou para estar *doidão*.

¹⁹ Segundo a Organização Mundial de Saúde, essa doença é denominada “dependência”. A predisposição biológica não é causa ou motivo para entrar nas drogas, e sim motivo para permanecer.

Por um lado, se os atores ressaltam que as motivações do uso de drogas entre os jovens estariam relacionadas às suas formas de interação social, por outro há aqueles que atribuem o uso de drogas a fatores externos aos indivíduos, ou ainda a processos macrossociais.

Enquanto nessa linha, alguns atores citam pobreza, desemprego e o ter que lidar com problemas de uma sociedade pautada por desigualdades sociais, há alunos que não acreditam que a *exclusão social* ou uma situação financeira menos favorável sejam causas de uso de drogas, pois, como lembram, há jovens de classe média e alta que fazem uso:

(...) por mais que uma pessoa tenha dificuldade na vida, ou financeiramente, ou com os pais, acho que não influencia ninguém estar fumando, porque tem gente que vive tão bem com a família, tem dinheiro, tem isto, tem aquilo, filho de papai, que necessidade tem? (Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador)

Mas para outros, o interesse dos jovens pelas drogas decorre, como comentado, da exclusão social por eles vivenciada. A droga, nesse caso, seria um meio de ganhar dinheiro fácil, de modo a possibilitar o acesso a bens materiais daqueles que detêm maior poder aquisitivo, como boas roupas: “Falta de perspectiva de futuro. Eles estão buscando a felicidade, agora que eles acham que através da droga eles vão, porque momentaneamente eles ficam mais excitados, eu acho que aquilo para eles é o auge...”

Ainda que os discursos sobre o porquê das drogas entre jovens tenda a privilegiar uma outra dimensão, há quem reconheça que a questão é complexa e que seriam vários os fatores que se entrelaçam formando uma constelação de agentes que desencadeiam o consumo, a busca de drogas pelos jovens.

Em síntese, sobre motivações ao uso de drogas pelos jovens, é amplo o leque de posições, tendendo alguns adultos a enfatizarem que as drogas estariam mais afinadas com formas de uma geração, suas buscas, fantasias e ritos de sociabilidade, como querer ser parte do grupo. Já outros, enfatizam faltas, problemas, frustrações, quer existenciais, quer institucionais (culpando muito a família, por exemplo). Não há propriamente identidades singulares

nas falas de jovens, que destaquem as posições dos alunos como diferentes das dos adultos, quando o tema é motivação para drogas.

3.9. QUEM USA

Nesta seção analisa-se as diferentes pessoas – amigos, parentes, namorados e conhecidos em geral – que os atores (alunos, corpo técnico-pedagógico e pais) referem usar drogas ilícitas.

Os alunos, como já discutido, citam os amigos e colegas como as fontes mais fáceis de abastecimento – têm a droga e ensinam como utilizá-la –, seguida pelos passadores (aviões e laranjas) ou traficantes, farmácias, fabricação caseira, etc. Mas o grupo é mais destacado.

Alguns alunos, tanto de escolas particulares quanto de públicas, conhecem – ou até mesmo mantêm um maior contato – com usuários de drogas. A partir de alguns depoimentos, foi possível perceber que a existência de parentes (pais, irmãos, tios) ou amigos usuários parece ter um efeito ambíguo sobre os jovens, na medida em que alguns se afastam das drogas, justamente devido a tais exemplos, enquanto outros seguem usando por influência.

Por outro lado, há também os que os relatam experiências negativas vividas com pessoas próximas, em função dos problemas decorrentes do uso:

(...) eu não consumo porque já sofri muito com isso (...) eu perdi um namorado por causa disso, não porque ele tenha morrido, mas porque ele não aceitou, eu não aceitei o lado dele por ele ser um viciado extremamente viciado, então isso estraga a vida das pessoas (...). (Grupo focal com alunos, escola privada, Porto Alegre)

Mas assim como alguns alunos, também há professores que acreditam ser a presença de parentes usuários, uma razão do consumo, enfatizando que o exemplo está vindo de dentro da própria família:

(...) muitos adolescentes hoje, cujos pais são dependentes, então o pai era

dependente, então às vezes o exemplo está vindo de dentro da própria família e os pais quarentões são ‘hipongas’ hoje (Grupo focal com professores, escola privada, Distrito Federal).

Há, entre os pais, quem admita já ter consumido ou experimentado drogas, como pode ser constatado a partir do depoimento a seguir.

(....) eu já usei várias drogas, experimentando e curtindo socialmente, você pode beber socialmente, ou pode fumar maconha socialmente, sem que isso gere nenhuma violência, nenhum crime, nenhum problema maior dentro da sociedade, eu acho que é esse balanço que tem que ser descoberto por cada um individualmente e até no grupo que você está (Grupo focal com pais, escola pública, Salvador).

3.10. PERCEPÇÕES SOBRE DROGAS, SUAS CONSEQÜÊNCIAS E O USUÁRIO

As drogas fazem parte do universo de quase todos os entrevistados, sendo comentadas em casa, com amigos e na escola. Por outro lado, é interessante chamar a atenção para a ênfase em cada abordagem. Os pais, na maioria das vezes, falam com o objetivo de alertar para os perigos; a escola, por sua vez, prioriza a informação; já no grupo de amigos conversa-se sobre os efeitos das substâncias e o comportamento dos usuários.

3.10.1. O que são drogas

A percepção dos alunos sobre os produtos considerados drogas é clara. A maconha, a cocaína em pó e o crack são as mais referidas, com percentuais em torno dos 95%. Os inalantes são considerados drogas por 85% dos alunos entrevistados, seguidos por lança-perfume, com 65,3%. É interessante destacar que a merla – um subproduto da cocaína e altamente tóxico – não é tão conhecida na grande maioria das capitais. Provavelmente isto se deva ao fato de que este produto, atualmente, está concentrado, e

é mais conhecido, em Goiânia e no Distrito Federal, onde atinge o mesmo patamar de reconhecimento que a maconha, a cocaína e o crack. A merla, por sua vez, é considerada a “droga de Brasília”. Segundo Abramovay *et al.* (1999: 179): “As drogas, principalmente o álcool, os remédios e a maconha, são utilizadas constantemente. Porém, a merla é mal vista pela maioria dos entrevistados, apesar de também ser muito utilizada.”

Situação semelhante é encontrada na percepção de membros do corpo técnico-pedagógico e dos pais pesquisados, diferenciando-se apenas a maconha, a cocaína em pó, o crack, cola/inalantes e o lança-perfume, com percentuais ligeiramente superiores aos encontrados entre os alunos.

3.10.2. Como percebem o uso e suas consequências

Quase 86% dos estudantes consideram, em primeiro lugar, o uso de drogas como *um problema, um perigo, uma ameaça*; em segundo lugar, como *uma doença* (11,3%) e, por último, alguns as percebem como algo *normal* (2,9%).

Quando se relaciona a *freqüência de uso* com a *percepção deste uso* pelos alunos observa-se que, quem *nunca usou ou experimentou e não usa mais* e mesmo quem *usa regularmente*, em sua grande maioria considera as drogas um perigo.

Vale ressaltar que uma média de 68,7% dos jovens que fazem uso freqüente têm a percepção do *problema/perigo/ameaça*, contra apenas 24,1% que encaram como *normal* e reduzidos 7,2% os que compreendem ser uma *doença*.

Na categoria dos que *já experimentaram*, não foi observada diferença nos percentuais referentes aos que consideram *uma coisa normal* e *uma doença* – é de 8,9% em ambos os casos. Esses mesmos experimentadores referem ser um *problema/ameaça/perigo* em 82,2% dos casos.

É possível perceber que os alunos, independente do fato de serem ou não usuários, informam que o consumo de drogas faz mal à saúde e condenam as drogas. Percebe-se, também, uma certa assimetria entre prática e percepção, uma vez que, apesar de muitos a considerarem *uma ameaça/um perigo*, mesmo assim as usam.

Considerando as percepções sobre os efeitos das drogas, os alunos destacam a dependência, a autodestruição, a destruição da família e a violência: “Eu acho que droga só usa aqueles que não são fortes, que não sabem o risco que ela está causando ou que se deixam levar, porque droga não vai levar você a lugar nenhum, só ao desespero da família, à morte, à doença, ao desgaste”.

Corroborando o depoimento acima, na visão dos diretores, entre as consequências advindas do uso estão não só a destruição dos usuários, como também a da própria sociedade. Nesse sentido, 84,8% do corpo técnico-pedagógico do conjunto das capitais destaca o uso de drogas como um problema, um perigo e uma ameaça, enquanto para 14% destes, é uma doença.

Em um grupo focal, mães referem-se, em seu depoimento, que o uso de drogas é uma doença: “Isso é uma doença, é o que eu falo, não pode fazer a primeira vez desde o momento que fez.”

A maioria do corpo técnico-pedagógico, de fato, não vê com naturalidade o uso de drogas por parte dos jovens diferindo, portanto, da perspectiva expressa por alguns jovens que defendem ser normal o uso de drogas entre eles. Porém, há membros do corpo técnico-pedagógico que se espantam ao perceber o quanto elas fazem parte do cotidiano de seus alunos, pois não imaginam que estejam presentes no ambiente escolar de forma tão normal.

3.10.3. Percepção sobre os usuários

Para 76% dos alunos das capitais pesquisadas os jovens usuários de drogas são *peessoas com problemas e que necessitam de ajuda*, o que relativiza a idéia de que os jovens consideram normal o uso ou quem as usa. Também pouco mais da metade dos alunos considera os usuários como *otários, que vão se dar mal*. Finalmente, um pouco menos de um quarto dos estudantes opinam que *não são diferentes dos outros jovens*.

A percepção de que o usuário de drogas precisa de ajuda é encontrada também em depoimentos de alunos: “Eu acho que essas pessoas precisam de ajuda. (...) Porque elas são pessoas que não vão ter um futuro, eu acho que não. Eu conheço um cara que fuma, mas eu já estou acostumado, ele fuma e tudo, mas tem o trabalho dele” (Grupo focal com alunos, escola pública, Recife).

3.11. USO E RELACIONAMENTO FAMILIAR

Não necessariamente encontra respaldo na literatura a ênfase na família como importante condicionante ao consumo de drogas. A falta de diálogo em casa e as brigas familiares não necessariamente levam os jovens a procurar as drogas. Porém, tal contexto, associado a outros fatores como a influência e a pressão dos amigos, a curiosidade e os conflitos existenciais, pode fazer com que aumente a possibilidade de os jovens virem a usar drogas.

Conger (1998), resumindo propostas de diversos autores, enfatiza que a família é apenas um entre os vários contextos que interagem entre si e que afetam as trajetórias juvenis, não sendo, portanto, fator de influência determinante para uso e abuso de drogas e do comportamento delinqüente em jovens.

No Brasil, estudos revelam a existência de risco para uso de drogas, tanto para os jovens oriundos de famílias divorciadas quanto daquelas cujos pais não são separados, desconstruindo, assim, um imaginário de que o tipo de família, como a de pais separados, é mais propícia na indução dos filhos para as drogas. Mas não há consenso sobre o lugar da família na trajetória de jovens quanto às drogas.

O seguinte depoimento de um aluno, colhido para esta pesquisa, ilustra o mesmo que a literatura menciona, ou seja, a relação entre violência familiar e uso de drogas pelos jovens, e, principalmente, a falta de diálogo no âmbito familiar:

Bom, eu acho que quem usa drogas (...) na maioria das vezes é pra fugir dos problemas familiares porque eu tenho um parente que usa, desde pequeno, a gente conversando com ele pergunta porque você começou a usar drogas. Ele fala, eu comecei a fumar, mais por causa do meu pai que era muito rígido, me batia muito, aí eu corria pra rua. Aí vivia mais com os amigos do que com a família. Em casa ele não tinha aquela liberdade de chegar e falar "Pai, fumar isso e isso é errado? Fazer tal tipo de coisa é errado?" Ele não teve isso, não teve essa liberdade devido o pai trabalhar muito, a mãe é uma pessoa muito retraída, não dá liberdade para ninguém, não conversa sobre certos tipos de assuntos com os filhos. Aí devido à

influência de amigos começou. Hoje é viciado e dá o maior problema para a família. Não só pra família, mas (risos) pra sociedade toda. Pra família em geral (Grupo focal com alunos, escola pública, Cuiabá).

Note-se, também, que, na percepção expressa por membros do corpo técnico-pedagógico, assim como em alguma literatura, menciona-se a família, mas junto com outros fatores, o que relativiza determinismos ou relações de causalidade únicas.

Entre alunos que referem ter pais que dialogam em situações de desentendimento, mais de 92% declaram nunca ter usado drogas, nível similar entre os que declaram não ter diálogo com os pais. Analisando os dados de existência ou não de diálogo por parte dos pais com filhos usuários habituais, observa-se que, à medida que existe diálogo, é um pouco menor o uso freqüente de drogas.

Contudo, os dados também sugerem significativa ocorrência de casos de jovens que usam com freqüência drogas, embora declarem ter diálogo com os pais.

De fato, considerando, no conjunto da população de alunos, os que declaram que usam com freqüência drogas, 140.802 no conjunto das capitais focalizadas, tem-se que 72,2 mil alunos, correspondendo a 51,2% atestam que têm diálogo com os pais em casos de desentendimento, enquanto entre esses consumidores, 68,6 mil estudantes, ou seja, 48,8% afirmam que não têm diálogo com os pais nessas situações de desentendimento. Há que, portanto, relativizar o lugar do diálogo com os pais como fator associado ao não envolvimento com drogas, ainda que haja alguma associação quando se consideram alunos já consumidores.

Os alunos que nunca usaram drogas somam 4.263.867 no conjunto das capitais estudadas, ou seja, 92% do total de alunos do universo dos entrevistados. Entre os que não usam, é muito mais expressiva a proporção dos que declaram ter diálogo com os pais, ou seja 2.594.258 alunos (60,8%) do que os que afirmam não ter diálogo com os pais que são 1.669.610 estudantes (39,2%), sugerindo que o diálogo com os pais tem mais força, possivelmente preventiva, entre os que não usaram do que entre os que usam.

No caso de frequência de uso de drogas pelos filhos e diálogo familiar ou não, a média observada de diálogo, no caso de exposição às drogas (*já experimentaram e usam com frequência*) é de 7,3%, correspondendo a um contingente de quase 205 mil jovens nesta situação. Entretanto, com esta mesma frequência de uso pelos jovens, a falta de diálogo pelos pais situa-se apenas um pouco acima do percentual anterior – 8,9% –, mas em termos absolutos é inferior ao anterior (165 mil alunos).

A violência praticada pelos pais, quando do uso de drogas pelos filhos (*já experimentaram e usam com frequência*) em situações de desentendimento, apresenta uma média de 14,2%, com 53 mil jovens expostos àquela situação. Por outra parte, pouco mais de 316 mil alunos – ou 7,5% – mencionam que os pais não fazem uso de violência.

Enfatiza-se que mais que a não existência de diálogo entre pais e filhos em situação de desentendimento, com mais probabilidade quando em tais situações ocorrem violências de pais contra os filhos, potencializam-se as ocorrências de consumo de drogas entre os jovens. Entretanto, não se tem claro se a associação entre posturas violentas dos pais e uso de drogas decorre porque tal postura desencadeia revolta e busca por drogas, por parte dos filhos, ou se aquela postura se dá porque os filhos usam drogas.

Note-se que entre os alunos que declaram que nunca usaram droga, quase 93% afirmam que os pais não recorrem à violência em casos de desentendimento. No entanto, nesta mesma categoria, 86% dos alunos admitem que seus pais usam de violência em situações de desentendimento. É, portanto, duas vezes mais expressiva entre os que usam ou já usaram drogas os casos em que os pais recorrem à violência em caso de desentendimento (7,5%) que entre os que não usam (14,2%).

Tem legitimidade, considerando as falas dos entrevistados, a idéia de que não são apenas pais com menor poder aquisitivo ou menor nível de escolaridade que podem ter filhos usuários de drogas. O depoimento a seguir é ilustrativo, no sentido de mostrar a situação de pais que, apesar de *altamente esclarecidos*, não perceberam a mudança de comportamento do filho, decorrente do envolvimento com drogas.

O ano passado nós tivemos um jovem aqui, que o pai e a mãe são doutores, moraram no exterior muito tempo, são pessoas altamente esclarecidas, e o menino tinha vendido o revólver do pai, a bicicleta, um monte de coisas de dentro de casa e o pai não percebeu. Eu falei olha ele está conseguindo dinheiro pra comprar droga. Depois nós descobrimos por ele mesmo, pelo menino, olha, o senhor não deu falta da sua arma, o pai não tinha dado falta de nada (Entrevista com diretora, escola privada, Distrito Federal).

Notam-se outras orientações quanto à percepção sobre o lugar da família no envolvimento com as drogas. Também há depoimento de pais indicando uma certa impotência por parte da família em prevenir o uso pelos filhos.

A função didática sobre o problema das drogas é concebida como não exclusiva da família, e há casos em que os pais reconhecem a importância de utilizar outros meios, como a mídia, para o maior exercício do diálogo sobre o assunto com os filhos.

3.12. USO E RELIGIÃO

Para Climent (1989), referenciado por Lima (1991), a prática religiosa tem sido apontada como uma variável de importância no comportamento das pessoas, principalmente em relação ao uso de substâncias que possam alterar sua conduta.

Já para Carlini-Cotrim (1992), participar de atividades religiosas associa-se a um menor consumo de drogas, resultado que talvez possa ser explicado por um código moral subjacente aos grupos religiosos. Desta forma, a *religião* funcionaria como rede protetora em relação ao uso de drogas.

No mesmo sentido da literatura, esta pesquisa observou uma associação entre prática religiosa regular e não uso de drogas ilícitas. Em todas as capitais pesquisadas, entre os alunos que freqüentam alguma igreja, é de 44 mil – ou 6% – a proporção daqueles expostos ao uso de drogas

(que referem *já ter experimentado/usam com frequência*), porcentual que se eleva a 8,9% entre os que não possuem o hábito de ir à igreja (quase 183 mil jovens).

Por outra parte, uma média de 94% dos alunos que freqüentam alguma igreja, nunca usou drogas. Essa proporção reduz-se ligeiramente – para 91,1% – quando os jovens informam não freqüentá-la.

A referência à religião como inibidor do uso de drogas adquire diversas qualificações ou sentidos. Percebe-se que, para alguns alunos, a ênfase maior é em uma ética de vida, em que se acentua a questão da espiritualidade, já para outros, na sociabilidade ou uso do tempo: “(...) dia de domingo eu aproveito e vou à igreja. Quando não tem aula eu vou para a igreja.”

Alguns diretores de escolas públicas e particulares – dentre essas, algumas religiosas – defendem que o envolvimento de jovens com as drogas decorre, em alguma medida, da falta de espiritualidade. Referem que, se os alunos cultivassem mais o lado espiritual, o problema das drogas certamente seria menor.

Para outros, a religião, além de funcionar como um sistema de valores e de espiritualidade, atuaria também como referência e amparo, elemento de segurança. Nota-se em depoimentos a menção a Deus como *amigo* e a religião como forma de suprir carências.

3.13. USO E LAZER

O uso de drogas pelos alunos, segundo a frequência a bares e boates, indica uma associação, seja em relação aos usuários regulares, como aos experimentadores. Segundo dados quantitativos da pesquisa, o uso habitual, somado à experimentação, é maior entre os que declaram freqüentar bares do que os que indicam não freqüentá-los – de 20,3% contra 6,2%.

Também deve ser enfatizado que o porcentual de experimentação é mais elevado que o uso habitual (respectivamente de 12,6% e 7,7%), provavelmente porque os jovens freqüentam os bares em função da diversão, estando mais expostos à oferta de drogas.

Bares, danceterias e *shows* como locais de uso são referidos por alunos e membros do corpo técnico-pedagógico nos grupos focais. Os jovens fazem menção ao uso em festas e boates, assim como o corpo técnico-pedagógico que declara ter presenciado o uso nesses mesmos locais: “(...) eu já fumei, não direto, numa danceteria (...) Eu acho que esse divertimento, hoje, não é uma coisa saudável. Os jovens se estragam. Drogas, bebidas, o alcoolismo em geral.”

3.14. COMPORTAMENTOS DE RISCO

A análise sobre os comportamentos de risco é realizada a partir de duas dimensões: uma primeira, referente à questão do uso de drogas injetáveis e compartilhamento de seringas, e uma segunda, contemplando as transgressões em relação à lei, praticadas em função do uso de drogas. Neste sentido, os comportamentos de risco são entendidos como uma questão de vulnerabilidade.

Um dado importante deste estudo diz respeito ao uso de drogas injetáveis no presente. Cerca de 0,3% dos alunos das capitais pesquisadas referem fazer uso da via endovenosa, sendo a cocaína a principal droga injetada.

Cerca de 12,2 mil jovens fazem uso de drogas injetáveis. Destes, pouco mais da metade (50,6%) referem compartilhar seringas e/ou agulhas (6,2 mil jovens). Para 28,6%, – um contingente de 2.546 jovens – o principal motivo de compartilhamento de seringas é porque não tinha seringa e agulhas para todos. Em segundo lugar, referem o costume da sua turma, com uma média de 22,7%, enquanto em terceiro lugar aparece porque não sabia ser perigoso (20,2%). Os demais motivos citados possuem taxas médias bastante semelhantes e são: pela emoção, coragem e risco (14,6%) e é um costume pessoal (13,8%). Também existem referências de que o compartilhamento obedece à impulsividade, na medida em que a injeção da droga corresponde a uma compulsão. Desta forma, a impulsividade levaria a pessoa a se descuidar dos aspectos higiênicos do uso de seu material.

Um aluno de escola particular opina, em um grupo focal, que o uso de drogas mais pesadas é conduzido pelas mais leves – geralmente, quando

começam, não ficam só na maconha; vão para a cocaína, o crack e, finalmente, começam a se injetar, deflagrando um processo de progressividade e risco. Também alerta para o perigo de contrair Aids, com o uso de drogas injetáveis, por conta do compartilhamento de seringas. Em sua concepção, o usuário, inconsciente do que faz, acaba por se expor a situações mais graves.

O segundo tema analisado no comportamento de risco diz respeito às transgressões em relação à lei e normas sociais praticadas pelos jovens, quando do uso e abuso de substâncias psicoativas.

O uso de drogas ilícitas, assim como de bebidas alcoólicas, é visto por vários entrevistados como mecanismo facilitador/deflagrador de violência e agressividade. Mas quando questionados a respeito da existência ou não de uma relação entre drogas e violência, alguns participantes de grupos focais de alunos respondem que não há necessariamente uma relação direta entre ambos: “Não eu acho que não, porque tem muito que usa droga, que fica na dele lá, não faz nada.”

A relação entre transgressões – em particular a leis e normas de convivência –, violência e drogas, para muitos entrevistados, estaria associada à intenção de sustentar o seu uso:

Compram drogas, fazem de tudo que podem, nós já acompanhamos um caso aí de vender jóias, relógios, roubar do pai, roubar da mãe, para vender, para ter dinheiro. Para comprar drogas roubam relógio do pai, da mãe, óculos, a maioria dos adolescentes que não trabalha faz isso (Entrevista com segurança, escola privada, Florianópolis).

Muitos diretores – a maioria de escolas públicas – acreditam que o uso de drogas acirra a violência em suas diversas modalidades. Atos ilícitos e prostituição são, segundo eles, as principais formas encontradas pelos usuários de ganhar dinheiro para sustentar sua dependência: “Os jovens

²⁰ Transgressões perguntadas: roubar; não pagar passagem de ônibus; riscar pintura de carros; pegar dinheiro escondido; falsificar; dirigir sem carteira com consentimento; dirigir sem carteira sem consentimento; mentir com prejuízo e mentir sem prejuízo.

fazem qualquer coisa para conseguir drogas. Vendem objetos que ganham, depois ele parte para pegar coisas em casa.”

Na análise quantitativa, um elenco de comportamentos, comumente considerados como *transgressões*, foi apresentado aos alunos.²⁰ Os dados apontam que a grande maioria (92%) dos jovens expostos às drogas (*usam todos os dias/finais de semana e experimentou, já usou e não usa mais*) já cometeu pelo menos um tipo entre as transgressões pesquisadas, o que supõe um contingente de 337 mil alunos.

Mas a proporção dos que cometeram algumas das transgressões pesquisadas e que *nunca experimentaram* drogas, ainda que inferior ao caso dos jovens que já usaram ou usam drogas, é também alta (75%). Tais dados sugerem que, ainda que haja associação entre exposição às drogas e cometer algum tipo de transgressão, como as aqui consideradas, não necessariamente as drogas seriam um fator determinante e único, explicando comportamentos de transgressão.

Alguns tipos de transgressões são mais comuns entre os que usam droga com frequência, como mentir sem prejuízo - cerca de 63% dos que usam droga com frequência declaram que cometem ou cometeram tal transgressão. Cerca de 73% dos que já experimentaram drogas indicam também ter cometido tal tipo de transgressão. Tais proporções são superiores ao encontrado entre os que nunca experimentaram drogas, ainda que também entre estes se identifique uma alta proporção (59%).

Além de mentir sem prejuízo (cerca de 63%), as transgressões mais comuns entre os jovens que indicam que usam droga com frequência, são pegar dinheiro escondido (cerca de 33%) e falsificar assinatura em documentos da escola (prova, boletim, carteirinha, advertência etc.) – cerca de 40%.

Observa-se que as drogas ocupam lugar especial no conjunto de causas de comportamento de risco apontadas pelos jovens nos grupos focais, assim como de membros do corpo técnico-pedagógico e pais. Constatou-se um leque extenso de formas de como as drogas estão associadas às práticas de transgressões na percepção dos atores.

4. DROGAS E AMBIENTE ESCOLAR

As drogas estão presentes em todos os espaços da sociedade, inclusive no universo escolar. O objetivo deste capítulo é constatar como as drogas fazem parte do cotidiano da escola e quais são as implicações e interferências nesse cotidiano de acordo com a percepção dos atores.

4.1. O IMAGINÁRIO SOBRE A ESCOLA

A escola é vista, pelos alunos, como um meio para a obtenção de um maior capital social e cultural. Entretanto, para que a escola continue exercendo sua função e seja capaz de propor ações concretas na resolução dos conflitos que se dão no seu ambiente – os quais refletem problemas internos e externos a ela, tais como a presença, a venda e o consumo de drogas –, é necessário que ela seja capaz de lidar com novos valores e novas idéias que surgem com as constantes transformações sociais.

Para Abramovay e Rua (2002), a escola apresenta-se aos jovens como um instrumento para o exercício da cidadania, na medida em que funciona como um dos “passaportes de entrada e aceitação na sociedade” e como oportunidade de uma possível vida melhor. Entretanto, ressaltam, ainda, que a escola também é um dos mecanismos por meio do qual se operam a exclusão e a seleção social. Isso tem desdobramentos específicos na cultura, na educação, no trabalho, nas políticas sociais, nas relações étnicas e de gênero, na identidade e em outras esferas, atuando em cada uma delas de forma diferenciada.

Segundo Dubet (1991), a escola, mesmo diante das tensões existentes, e que, de forma direta ou indireta, interferem em sua rotina, ainda funciona como um espaço público no qual os alunos discutem e internalizam os

conhecimentos escolares. Assim, ela é um local, por excelência, de formação de sujeitos, a partir das relações que se estabelecem entre alunos e professores. Essas transcendem a simples relação pedagógica, uma vez que a escola deve estar comprometida com os projetos de vida e as aspirações dos jovens nela inseridos.

Debarbieux (2001) ressalta que a escola viveu durante muito tempo como um mundo fechado, um oásis de calma e de razão, protegida em si mesma. Porém, a expansão do ensino e o ingresso de um novo tipo de contingente de personagens nos estabelecimentos escolares geraram, evidentemente, novas formas de interação e novas formas de *desordem*. Esse processo de massificação fez com que as desigualdades sociais acolhidas na escola e reforçadas por ela entrassem na ordem do dia. O resultado é que a democratização do recrutamento escolar não se dá concomitantemente à democratização do acesso à escola.

Em um contexto no qual os discursos coletivos são marcados pela sua reduzida efetividade, a escola passa a ser questionada, na medida em que não fornece aos jovens as ferramentas necessárias à sua inserção no mercado de trabalho e ao ensino de qualidade.

Mesmo que a escola continue sendo uma esperança, um local privilegiado de socialização, de formação de atitudes e opiniões e de desenvolvimento pessoal, ela revela sua perplexidade diante das dificuldades cotidianas, as quais resultam das tensões internas existentes na escola, de problemas relacionados à sua gestão e do próprio modelo de escola universal e gratuita.

Paralelamente à crise interna, a escola reflete a sociedade, os fenômenos exteriores a ela, mas que interferem diretamente em seu cotidiano, tais como a exclusão social, o desemprego, a violência, entre outros. Assim, a escola torna-se objeto de críticas e acusações, passando a ser percebida como causa, consequência e espelho de problemas aos quais, muitas vezes, não consegue responder e nem está ao seu alcance solucionar. Portanto, é perceptível a complexidade do lugar da escola na sociedade atual e há que cuidar sobre como enfocar a questão das drogas nesta ambiência.

Deve-se ressaltar também que a constatação da existência de drogas no ambiente escolar não deve ser utilizada para estigmatizar um

estabelecimento escolar ou os alunos. Esse tratamento implicaria pensar a eliminação do problema por meio de uma visão negativa da escola, o que significa utilizar a marginalização, a transferência e a expulsão de alunos como alternativas para solucioná-lo. É importante ter em mente que a questão das drogas é um problema social e, por isso, não deve ser tratada de forma individualizada, particular. Ao contrário, requer uma visão ampla do contexto no qual se insere e dos elementos que o constituem.

Segundo Devine (2001), desenvolveu-se, durante os últimos anos, uma literatura importante sobre os fatores de risco, mostrando que alguns adolescentes encontram-se em uma situação mais vulnerável que outros. Esses estudos foram importantes na medida em que puderam tratar de problemas de concentração, depressão e suicídio. No entanto, esse mesmo tipo de análise também pode chegar a isolar os alunos ao mostrar, por exemplo, que a droga pode ser uma *doença contagiosa*, que se expande principalmente em bairros mais pobres, com indivíduos mais vulneráveis.

A crítica a essa visão se dá porque ela desconsidera a presença de fatores estruturais no tratamento da questão das drogas, tais como a pobreza, o racismo, o desemprego, a falta de cuidados médicos e a desigual distribuição da riqueza, que também atuam como fatores que alimentam a condição de vulnerabilidade dos jovens. Nesse quadro, deve-se considerar que, para lidar-se com a questão das drogas de maneira adequada, a exigência primordial é compreender a crise social, uma vez que há um conjunto de situações diversas, que envolvem problemas profundos, atuando, inclusive, como indutor do consumo dessas substâncias (Costa e Gonçalves, 1988).

É um passo indispensável à contextualização da problemática discutida, dar ênfase aos processos socioculturais que interferem tanto nas motivações que levam ao uso de drogas como no agravamento dos efeitos desse consumo (Hopenhayn, 1999), a fim de que se possa contribuir à discussão a partir de premissas destituídas de determinismos, rotulações e estigmas.

4.2. A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS

4.2.1. A presença de drogas nas imediações da escola

As informações fornecidas por alunos, pais e integrantes do corpo técnico-pedagógico apontam, em uma maior escala, a presença das drogas nas imediações da escola – o que não significa que eles não identifiquem a existência dessas substâncias e o uso delas no interior da escola e até mesmo na sala de aula.

De acordo com depoimentos de alunos, a entrada das drogas nas escolas é precedida pela presença das mesmas em seus arredores – “fora rola”. Alguns ressaltam ainda que o consumo, muitas vezes, ocorre próximo às escolas: “na esquina tem bastante.”

Considerando o universo amostrado de alunos, uma média de 33,5%, ou seja, um terço do total, afirma ter presenciado o consumo de drogas perto do ambiente escolar, o que corresponde a 1.551.609 estudantes, como pode ser visto na Tabela 4.1.

Tabela 4.1 – Alunos, membros do corpo técnico-pedagógico dos ensinos fundamental (5ª a 8ª série) e médio e pais, por ter presenciado uso de drogas perto da escola, segundo capitais das unidades da Federação, 2000 (%) continua

Capitais	Atores que presenciaram o uso de drogas perto da escola		
	Alunos	Corpo técnico-pedagógico	Pais
Manaus	25,7	27,1	28,1
Belém	18,6	27,8	22,6
Fortaleza	28,3	33,9	22,9
Recife	28,4	28,2	18,4
Maceió	31,8	18,4	19,8
Salvador	29,7	26,5	23,1
Vitória	30,6	23,3	18,9
Rio de Janeiro	25,8	18,9	19,2
São Paulo	41,1	43,6	33,7
Florianópolis	42,2	43,3	23,7

Tabela 4.1 – (Cont.)

Capitais	Atores que presenciaram o uso de drogas perto da escola		
	Alunos	Corpo técnico-pedagógico	Pais
Porto Alegre	45,6	43,1	38,0
Cuiabá	32,8	27,1	21,0
Goiânia	31,4	33,3	26,9
Distrito Federal	39,1	35,8	34,4
Média	33,5	30,5	24,5

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Você já viu alguém usando drogas: dentro da escola; em festas, boates; perto da escola; em shows; perto de sua casa; em outro lugar?” (marque todas que forem verdadeiras).

Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: “Em que lugares você já viu alguém usando drogas: dentro da escola; em festas, boates; perto da escola; em shows; perto de sua casa; em outro lugar?” (marque todas que forem verdadeiras).

Foi perguntado aos pais: “Você já viu alguém usando drogas dentro da escola do seu filho, ou nas proximidades? Sim, dentro da escola; sim, perto da escola; não, nunca vi.”

A elevada proporção de declarações sobre a existência de drogas nos arredores da escola ganha um sentido de consciência e de percepção do problema pelos alunos.

Assim como entre os alunos, o discurso de membros do corpo técnico-pedagógico, de escolas públicas e privadas, dá indícios de que o consumo de drogas por parte dos jovens ocorre com maior frequência *fora das quatro paredes do prédio escolar*. Com maior recorrência, eles citam a maconha: “Mas eu sei que eles usam é baseado mesmo. Perto da escola.”

Ressaltam que o uso já se deu dentro do perímetro escolar, mas que, atualmente, isso não acontece mais, protegendo as suas escolas de forma contundente: *Fora da escola, lá rola. E tem menino que é aluno que lá fora ele pega o baseado dele*. Nos roteiros de observação, também, se anotou que em vários Estados, há pontos de venda de drogas perto das escolas.

Além dos diretores e professores, inspetores e seguranças confirmam a existência do uso de drogas: “fora da escola.”

Comparando os dados apresentados para cada um dos atores envolvidos nesta pesquisa, percebe-se que as proporções de alunos e membros do corpo técnico-pedagógico que se referem à existência de drogas perto das

escolas são bastante próximas – respectivamente, 33,5% e 30,5%. Menos significativa é a proporção de pais que constata o mesmo (24,5%), embora 9.648 pais (72,1%) afirmem nunca ter presenciado esse tipo de situação, como já foi dito anteriormente.

Cabe enfatizar que os alunos são os que mais percebem a existência das drogas em todos os contextos, seja dentro da escola ou em outros locais, pois estão abertos para um mundo que não se restringe somente à escola e à família, e que envolve um emaranhado de relações sociais no qual compartilham idéias, sentimentos, experiências, emoções e valores, principalmente com seus pares.

O corpo técnico-pedagógico ocupa uma posição intermediária entre alunos e pais no que se refere aos percentuais de percepção das drogas nas imediações da escola, o que pode ser atribuído à necessidade que sentem de proteger o ambiente escolar, transferindo, assim, a constatação dessa realidade (o consumo de drogas), com maior frequência, para o ambiente externo à escola. É uma forma de compartilhar com a sociedade a responsabilidade pela conscientização e prevenção em relação a este problema.

Portanto, assim como foi constatado por Abramovay e Rua (2002) no que toca à questão da violência, o tema das drogas é controverso e delicado. Membros do corpo técnico-pedagógico assumem a tendência de amenizar a responsabilidade da instituição escolar, tanto diante do fenômeno das drogas em si quanto diante do seu enfrentamento.

4.2.2. O tráfico no entorno da escola

Considerando as interferências do meio social do qual faz parte, a escola aparece como um alvo potencial das ações dos traficantes, que podem ultrapassar os limites do muro escolar, tornando-as, segundo a expressão de Guimarães (1998), escolas sitiadas. O tráfico tem, muitas vezes, influência no cotidiano escolar, não somente rondando a escola, como afirma um segurança: *Existem traficantes rondando a escola sim*, mas também chegando a seu espaço interior.

Para alguns inspetores, escolas muito próximas a áreas socialmente vulneráveis à difusão de drogas – como aquelas reconhecidas como pontos

e bocas-de-fumo –, naturalmente estão mais suscetíveis à presença de drogas e à interferência delas em seu cotidiano escolar: “Olha, senhora, a maioria dos alunos aqui moram no morro, coisa mais fácil de eles conseguirem [drogas]. A nossa clientela aqui é basicamente do (...)”

Paralelamente, a literatura aponta que algumas escolas são historicamente problemáticas e há outras que passam por dificuldades conjunturais que podem ser contornadas. Esse contexto de dificuldades é passível de mudanças por meio de ações, diálogo, proteção e prevenção, o que mostra que a escola também pode contribuir no combate às drogas.

Além da localização das escolas, os alunos afirmam que informações acerca dos locais de venda também funcionam como um dos fatores que facilitam o consumo por parte dos jovens, como pode ser visto no depoimento que se segue:

Por exemplo, você vai numa esquina, (...) ele está com o cigarro na boca, com o braço cruzado altas horas. Chega pra pessoa, é só perguntar: “E aí, véio? Você tem?” Se ele tiver pra vender, ele vende. Se ele já está ligado, todo mundo já sabe onde se compra, onde se vende. Ele vai dizer onde é que vende. Ele vai e informa (Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador).

Os professores atribuem o fácil acesso às drogas pelos alunos não só à existência de vários pontos de venda espalhados pelas cidades, mas também à presença de traficantes nas imediações das escolas, o que possibilita ao jovem a compra a qualquer momento: “Eu acho que é porque não podem fazer [ponto de venda] aqui na escola, por isso é que não tem. Mas eu já observei ali na esquina. Pode ser um ponto também.”

Abramovay e Rua (2002) analisam a interferência dos bares na rotina escolar quanto à venda de bebidas alcoólicas. No que se refere aos locais de venda de drogas, os bares também aparecem como ponto de referência, o que torna preocupante a sua vizinhança com as escolas, segundo depoimentos levantados entre os diversos tipos de atores entrevistados: “Aqui na escola, já tivemos suspeita de ter traficantes nas proximidades da escola. Inclusive,

tem um bar aqui perto que falaram que é de traficantes e sempre está mudando de dono. Não temos certeza de nada”.

Nos discursos revela-se a posição de vulnerabilidade, e até mesmo de impotência das escolas, perante a presença do tráfico em suas redondezas:

Bem, pelo nosso conhecimento aqui nesse colégio, não [há traficantes]. Mas, com certeza, eles estão perto, aqui no perímetro escolar. Com certeza, dentro dessas quadras aqui. Com certeza, lá tem. Até porque a (...) é aqui atrás, e o consumo de maconha na (...) é impressionante (Entrevista com policial, escola pública, Distrito Federal).

A facilidade, por parte dos jovens, para adquirir drogas é citada por todos os informantes entrevistados. Constata-se que, entre eles, há um claro consenso, no que toca a essa questão, ou seja, acreditam que os jovens têm fácil acesso às drogas. A droga pode ser comparada à facilidade de comprar pão ou leite, podendo ser conseguida pelo telefone, e até por meio de um *motoboy*.

Diante do fácil acesso às drogas, Abramovay e Rua (2002) constataram que alguns diretores estão sempre alerta à presença de possíveis mediadores do tráfico nos arredores da escola, como donos, funcionários e frequentadores de bares, bem como baleiros/bombonzeiros que, segundo esses diretores, conseguem atrair a confiança dos alunos, em função da sua proximidade com eles.

Percebe-se também uma certa preocupação com indícios da atuação dos traficantes nas imediações da escola. Para alguns diretores, “um carro de som parado em frente à escola pode ser uma pista”, um indício dessa presença. Mostram-se alertas também quanto à presença de pessoas suspeitas, que podem ser as mais inusitadas, como idosos e gestantes.

Em alguns casos, os diretores, por estarem preocupados com esta questão, acabam confirmando suas suspeitas. Buscam a intervenção das autoridades e conseguem, efetivamente, algum tipo de controle, como mostra o depoimento a seguir: “Há, sim, traficantes que transitam nas proximidades da escola. Nosso trabalho é proibir que eles se aproximem da escola e isso está sendo feito com bastante eficiência.”

Considerando a possibilidade da presença desses mediadores nas proximidades da escola, alguns pais de alunos, tanto de escolas privadas quanto públicas, preocupam-se em alertar seus filhos quanto a uma possível abordagem de estranhos, de pessoas desconhecidas, uma vez que esses *estranhos* podem vir a ser *aviões* disfarçados.

Além da oferta gratuita e constante de drogas, alguns diretores percebem também a utilização de outros recursos. Em um depoimento, ressalta-se a presença de *meninhas bonitinhas* na porta das escolas, funcionando como um dos elos na ligação dos jovens às drogas.

Entretanto, é importante destacar que a proximidade de traficantes no ambiente escolar não é o único fator que influi para um maior uso de drogas nos arredores da escola. Conforme informado por alguns seguranças, muitos jovens vão aos morros comprar drogas – informação dada também por inspetores, orientadores e diretores. Ou seja, há uma multiplicidade de caminhos pelos quais os jovens chegam às drogas e as drogas chegam aos jovens: “Geralmente, eles vão ao morro.”

Diante do exposto, verifica-se a multiplicidade de formas de apresentação das drogas aos jovens, por meio de fatores facilitadores do acesso a essas substâncias e de estratégias desenvolvidas com esse objetivo, o que requer não somente da escola, mas da família e da sociedade em geral, um maior esforço no desenvolvimento de ações voltadas para minimizar a influência que a droga pode exercer sobre os jovens.

4.2.3. A presença de drogas dentro do ambiente escolar

Além da sua presença nas imediações da escola, as drogas também permeiam esse espaço, ainda que em menor proporção do que possivelmente ocorre em festas, *shows* e boates.

Considerando os dados da Tabela 4.2, uma média de 23% dos alunos (o equivalente a 1.070.393 deles) informa a existência de drogas dentro dos limites da escola.

Tabela 4.2 – Alunos, membros do corpo técnico-pedagógico dos ensinos fundamental (5ª a 8ª série) e médio e pais, por observação de uso de drogas dentro da escola, segundo capitais das unidades da Federação, 2000 (%)

Capitais	Atores que presenciaram o uso de drogas dentro da escola		
	Alunos	Corpo técnico-pedagógico	Pais
Manaus	18,6	6,2	3,1
Belém	15,7	6,7	2,7
Fortaleza	21,0	9,7	3,0
Recife	22,1	13,4	5,5
Maceió	22,8	4,4	3,2
Salvador	25,5	14,3	3,0
Vitória	22,7	10,4	2,4
Rio de Janeiro	18,6	4,6	1,5
São Paulo	24,7	13,6	3,2
Florianópolis	35,1	17,6	4,4
Porto Alegre	29,1	14,8	5,0
Cuiabá	27,0	13,7	5,0
Goiânia	21,7	13,4	3,1
Distrito Federal	27,3	13,9	2,6
Média	23,1	10,8	3,4

Fonte: UNESCO, Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, 2001.

Foi perguntado aos alunos: “Você já viu alguém usando drogas: dentro da escola; em festas, boates; perto da escola; em *shows*; perto de sua casa; em outro lugar?” (marque todas que forem verdadeiras).

Foi perguntado aos membros do corpo técnico-pedagógico: “Em que lugares você já viu alguém usando drogas: dentro da escola; em festas, boates; perto da escola; em *shows*; perto de sua casa; em outro lugar?” (marque todas que forem verdadeiras).

Foi perguntado aos pais: “Você já viu alguém usando drogas dentro da escola do seu filho, ou nas proximidades? Sim, dentro da escola; sim, perto da escola; não, nunca vi.”

Os depoimentos de alguns alunos vão no sentido de confirmar estes achados: “Eu sei. Eu já vi os alunos aqui deste colégio usando, aqui dentro da escola.” Alguns foram enfáticos ao afirmar terem visto colegas fazendo uso dentro da escola. Admitem, ainda, que alguns o fazem de maneira mais discreta: “Acho que discretamente há drogas na escola”, e outros, de maneira abusiva, chegando mesmo a serem levados para o hospital.

A presença de drogas também pode ser constatada nos depoimentos de alguns professores: “Eu já presenciei dentro da escola. Bem escondido, mas eu já presenciei.” Diretores e inspetores também viram drogas serem usadas dentro das escolas: “Se eu falar que não existe drogas na escola, estarei mentindo.”

Poucos são os atores assertivos na negação da existência de drogas nas escolas. No entanto, existem alunos que dizem nunca ter presenciado o seu consumo: “A gente não tem conhecimento de drogas”, apesar de já terem ouvido falar: “Aqui dentro não, que eu saiba disso. Se rola, ninguém sabe. É tudo escondido.”

Professores e diretores admitem que o seu conhecimento sobre a existência de drogas é relativo: “Se tem, está muito bem escondida, por que não consegui ver ainda. A gente sabe, de ouvir eles falarem, que alguns usam, certo? E, no caso mais comum, é a maconha. Agora, aqui dentro, realmente, nunca teve um desse.”

Parte do corpo técnico-pedagógico garante que, em suas escolas, *com certeza, não existem* drogas, que nunca viu alunos com nenhum tipo de droga e que essas substâncias nunca interferiram no seu cotidiano escolar: “Nós não temos nenhum aluno que é viciado não. Nunca tivemos problema de pegar drogas na escola. Isso não existe aqui.”

Alguns diretores, tanto de escolas públicas quanto privadas, informam que alguns alunos já chegam drogados nas escolas e um dos indícios seria o comportamento passivo que apresentam – *isolando-se, permanecendo quietos* e dormindo na sala de aula: “Acredito que existe, pela postura de alguns alunos. Às vezes, o aluno está na aula todo dormindo. Ele está com comportamento muito estranho.”

Comparando os dados referentes aos alunos e ao corpo técnico-pedagógico (Tabela 4.2), percebe-se que o número de jovens que afirmam ter presenciado o uso de drogas é duas vezes superior (23,1%) ao de membros do corpo técnico-pedagógico (10,8%) que dizem o mesmo, o que pode estar refletindo uma certa dificuldade dessas pessoas em aceitar uma realidade que fragiliza a imagem da escola como um lugar seguro, afastado dos perigos das drogas.

No que toca à percepção dos pais de alunos, uma média de 3,4% (454) deles diz ter presenciado o uso nesse local. O fato de serem os pais os que menos percebem o problema das drogas nas escolas pode ser explicado pelo fato de não estarem inseridos no contexto e de não acompanharem o cotidiano da escola.

Mesmo assim, em alguns casos, as informações de que existem drogas no ambiente escolar chegam aos pais por meio de seus filhos, que comentam situações como o uso de drogas por colegas do colégio, como mostra o depoimento abaixo:

Há uns dias atrás a T. presenciou [o uso de drogas na escola]. Daí ela falou. Alguém comendo “brownie” [bolo de maconha] aqui no pátio. Ela também me contou. Agora a pouco, no jantar, eu provoquei a conversa. [Ela] disse: “Olha, mãe, eu fiquei chocada porque eu vi a (...) fumar”. E disse que foram parar quatro ou cinco da classe. [Ficaram] depois completamente drogados porque tinham comido o biscoito prensado (Grupo focal com pais, escola privada, São Paulo).

Dentro do estabelecimento escolar evidencia-se que o uso das drogas é, geralmente, camuflado, escondido e acontece nos locais de menor circulação ou de maior privacidade nas mesmas: “Há poucos dias aconteceu até um caso engraçado aqui. Os alunos ali no telhado da escola estavam usando maconha. O cheiro chegou até aqui na sala dos professores. O negócio estava tão próximo!?”.

São os banheiros os locais mais utilizados pelos alunos para fazerem uso de drogas: “Eu já tive presente. O colega usando aqui no vestiário. Maconha. Acho que muitos alunos pulam o muro e vêm para dentro do colégio. Fingem que vêm assistir aula e ficam no banheiro usando”.

Para os pais, os banheiros são também um dos locais preferenciais para o uso dessas substâncias: “Droga mesmo, maconha, eles fumavam dentro do banheiro; assim como para os professores: Eles vão ao banheiro. É pertinho. Aquele monte de gente em volta. Nós nunca pegamos.”

Os seguranças das escolas confirmam testemunhar o uso de drogas nos banheiros: “Eu mesmo já entrei no banheiro duas vezes e já peguei o pessoal fumando lá dentro.” Declaram ser impotentes para coibir e punir os alunos encontrados nessa situação, uma vez que, em sua grande maioria, os seguranças não pertencem ao quadro administrativo das escolas, mas são funcionários de empresas terceirizadas.

Ainda que o banheiro seja o local mais citado como espaço de uso de drogas, as salas de aula – de maior exposição pública – também são mencionadas: Em relação à droga, já aconteceu de nós pegarmos. (...) Já conseguimos pegar dentro de sala de aula.

No roteiro de observação feito por um pesquisador, um professor mostra-se perplexo e sem saber o que fazer diante dessa situação: “interessante, a gente não pode fumar aqui dentro, mas o que fazer com aluno está na sala de aula ‘chapado?’” (Roteiro de observação, escola pública, Florianópolis).

Considerando que inspetores e seguranças são os que mais se referem às drogas na escola – já que cuidam da disciplina e são responsáveis pela preservação de seu ambiente –, seus relatos mencionam que o forte odor é um indicador de uso e que os estudantes geralmente preferem locais mais escondidos. Ressaltam que, diante do possível flagrante e da possibilidade de identificação, os alunos tendem a fugir: “(...) quando a gente sente [o cheiro], eles já correm. E eles sabem disso também. Então, não é muito comum, mas nós sabemos que tem gente aqui que faz isso. Nós sabemos disso.”

Em relação ao tipo de droga consumida na escola, alunos e corpo técnico-pedagógico de escolas públicas e privadas destacam a maconha como a mais utilizada: “Olha, o que eles mais usam é o baseado mesmo.”

Além disso, apontam o uso de outras drogas, principalmente a cola: “Já tivemos casos de alunos fazendo uso de drogas. É muito raro, mas há casos, principalmente de cola. Eu, inclusive, flagrei diversos alunos, e não somente uma vez, cheirando cola escondido.” Referem-se também ao loló, ao esmalte e ao lança-perfume: “Eles falam assim que fazem de esmalte, de cheiro de cola, um cheirinho bom, loló, que parece que é uma mistura de éter.”

Finalmente, cabe aqui fazer uma última comparação entre o consumo de drogas perto da escola e dentro delas. Existe uma unanimidade entre os atores de que o uso é visto, mais freqüentemente, nas imediações da escola.

Tomando como ponto de partida os dados de alunos pesquisados, a comparação das proporções apresentadas para estas duas categorias de uso – perto e dentro das escolas – aponta para diferenças bastante significativas em algumas delas.

No caso do corpo técnico-pedagógico, a proporção dos que afirmam que existem drogas perto da escola é três vezes maior que a daqueles que percebem o consumo em seu interior, considerando as médias das Tabelas 4.1 e 4.2. Isto indica, mais uma vez, uma maior presença de drogas nos arredores das escolas em termos de pontos porcentuais entre as médias constatadas para dentro e fora das mesmas.

Assim como para alunos e corpo técnico-pedagógico, foram comparados os dados obtidos com os pais sobre a presença de drogas dentro e fora do ambiente escolar. No caso desses atores, a diferença entre ambas as proporções constatadas é surpreendente, uma vez que a proporção de pais que constata o uso perto do ambiente escolar (Tabela 4.1) é sete vezes maior que a daqueles que afirmam sobre o consumo dentro das escolas (Tabela 4.2).

A complexidade que envolve a presença de drogas (de alguma forma) é maior do que a mera constatação de que um ato ilícito ocorre dentro das escolas, ferindo os princípios da educação e da escola como local seguro e de formação para a cidadania. Como a escola é um lugar de sociabilidade, destaca-se o risco de difusão e propagação do uso de drogas entre os estudantes, já que os que são *consumidores* podem vir a influenciar aqueles que não o são: “Tem as pessoas que passam a ser consumidoras e tem aquelas que já entram na escola que já são consumidores.”

4.2.4. Tráfico dentro da escola

O tráfico surge para os jovens como um caminho para sair da pobreza e da falta de possibilidades de desfrutar dos bens de consumo que a sociedade apresenta a eles. Em um contexto de crise de representatividade

e legitimidade das estruturas políticas e sociais, os modelos de gratificação imediata – como o oferecido pelo tráfico – são atrativos. Principalmente entre aqueles de segmentos menos favorecidos, que conseguem resistir somente com muito esforço (Castells, 1998).

Nesta pesquisa, constata-se que a inserção dos jovens no mundo do tráfico é uma estratégia utilizada para satisfazer necessidades de consumo socialmente construídas, tendo como valores fundamentais o dinheiro, o poder e, muitas vezes, a violência.

O depoimento abaixo vai no sentido de mostrar que, de fato, muitos jovens, diante da vontade de obter bens inacessíveis a eles, acabam inserindo-se no mundo do tráfico e ficando suscetíveis a um ambiente no qual a violência é um elemento presente. Isso faz com que as drogas ocupem um lugar especial no conjunto de causas da violência apontadas pelos jovens nos grupos focais, como constatado por Abramovay e Rua (2002). No que toca à inserção dos jovens na economia do tráfico, em muitos casos, ela é definitiva: “Entrou para o tráfico, não sai mais. Se sair você é morto (....) Você tem que ter muito conhecimento para você sair sem sofrer nada. Você tem que conversar muito, você tem que ter muito contexto para você sair ileso.”

Na percepção de professores e pais, outra razão para a entrada dos jovens na criminalidade é a necessidade de comprar drogas, levando-os a cometer pequenos delitos: “(....) para conseguirem comprar drogas, fazem pequenos furtos. Primeiro, eles usam tudo que eles podem da família, já que, geralmente, eles não trabalham. Outros roubam dentro da escola.”

No que toca à constatação da participação de jovens na estrutura do tráfico, alguns depoimentos mostram que essa presença nas escolas se dá por meio de *aviões* que se passam por alunos, os chamados *alunos eternos*, como, por exemplo, um rapaz que repetia o ano a fim de traficar na escola. Durante anos, ele conseguiu conduzir o tráfico no interior do colégio sem ser percebido:

Essa escola é muito famosa também por causa disso aí. Tinha um rapaz aqui nessa escola aqui há muito tempo atrás. Aí, ele ficou cinco anos

estudando. Ele sempre, todo ano, ele reprovava. Só teve dois anos que ele passou. Ele passou do primeiro para o segundo, reprovou, e aí depois ele passou para o segundo. Depois passou pro terceiro, porque estava ficando muito na pinta. (...) ele vendia droga aqui dentro da escola, até que descobriram (Grupo focal com alunos, escola pública, Vitória).

Para alguns seguranças e inspetores, existem alunos que *preferem reprovar* e que o intuito deles não é estudar, mas ser um ponto focal no repasse da droga:

Quadro 4.1 – Pessoas que se infiltram na escola

Entrevista com segurança, escola pública, Distrito Federal; entrevista com inspetor, escola pública, Salvador

Praticamente 85% das escolas têm o tráfico de drogas. Não assim que seja visto. Porque é muito difícil você ver. Tem caso de escola que o aluno prefere reprovar para continuar o tráfico naquela escola. Ele é usado pelo traficante para fazer o tráfico dentro da escola.

Através dos traficantes. De tantos lugares que surgem esses traficantes. A gente sabe que existem pessoas infiltradas em todos os lugares só pra isso. A gente sabe que aqui na escola existem pessoas que se infiltram só pra isso, no intuito de passar. De vez em quando, a gente descobre que tem um que está aqui dentro. Mas que o intuito dele não é de estudar, mas de passar droga.

A circulação de drogas nas escolas, em muitos casos, dá-se por meio dos próprios estudantes, que passam *uns para os outros*, o que é confirmado em depoimento de um professor que afirma que: “A droga aqui ela é distribuída pelos próprios alunos. Eu conheço aqui um grupo de 1.º ano. Tem gente do grupo que traz a droga e distribui.”

Quando se discute a existência de drogas nas escolas, é comum que se ressalte o caso de alunos que atuam como intermediários no repasse dessas substâncias. Entretanto, pode-se perceber também na narrativa de um

policial do batalhão escolar a indicação da participação de professores: “É porque existem casos em que o próprio professor leva droga pra escola. Trabalhando aqui com entorpecentes, nós já lidamos com vários casos assim.” Tal acusação é também feita por alguns alunos: “Eu conheço bastante cara, até professor, que também estava ligado a esse negócio.”

Evidencia-se, assim, que o fornecimento de drogas ao jovem não se dá somente por profissionais especializados, ou seja, por traficantes. Depoimentos de distintos atores sugerem que o negócio e a circulação das drogas se dá, também, pela intermediação de alunos, de amigos e de conhecidos, indicando que essa atividade encontra-se cada vez mais disseminada, o que possivelmente dificulta o controle e a repressão ao tráfico.

Tais achados contradizem a versão de que o jovem é uma presa fácil nas mãos dos traficantes, minimizando, assim, o papel da sociabilidade como fator estimulador do uso de drogas. Há algum arbítrio no consumo inicial, não se podendo afirmar que o jovem tenha sido forçado ou coagido a fazer uso.

4.2.5. As drogas e sua interferência no ambiente escolar

A escola situa-se em um espaço social e territorial cujas características afetam a sua rotina, suas relações internas e as interações dos membros da comunidade escolar com o ambiente externo. É de se esperar que o tráfico dentro da escola e em suas redondezas interfira na rotina escolar.

A possibilidade de disputas violentas por causa da ação do tráfico ronda a escola, principalmente quando algum membro da comunidade escolar está diretamente envolvido no tráfico, seja como integrante ou como usuário. Contudo, como sugere o depoimento a seguir, a preocupação com a vulnerabilidade da escola vai além do fato de ter alunos relacionados com o tráfico:

Numa rua onde passa gente de tudo quanto é tipo, para um lado e para o outro, nós ficamos muito expostos. Aqui, você vê que se houver algum problema de algum aluno nosso envolvido com tráfico, que porventura faça alguma coisa que desagrade o grupo de traficantes, lá de fora da rua

ele vê o aluno aqui dentro com a maior facilidade, sem problema nenhum. E o que nos separa da rua é apenas uma gradinha, quando deveria ser um muro. E um muro alto (Entrevista com inspetor, escola pública, Rio de Janeiro).

Entretanto, cabe ressaltar que um muro alto, por si só, não é capaz de fazer com que a escola sofra uma menor interferência por parte do tráfico, uma vez que um diretor afirma que, em sua escola, os traficantes “abriram um buraco no muro que foi feito especialmente para isso.” Os alunos, em seus depoimentos, também dão indicações de que um muro não faz com que a escola esteja mais protegida da presença das drogas dentro do seu ambiente.

Algumas escolas buscaram soluções tecnológicas, como a instalação de câmeras com o objetivo de possibilitar um maior controle não só do uso, como do tráfico de drogas dentro e fora: “O (...) chegou a instalar câmeras fora do colégio, no muro, porque tinha gente fumando maconha.”

Porém, é importante considerar que a utilização desse recurso, por si só, não se mostra como uma alternativa eficaz para lidar com a magnitude do problema do consumo e do tráfico de drogas.

Além da instalação de equipamentos tecnológicos, outras medidas de segurança podem ser identificadas em depoimentos. Algumas escolas afirmam que a exigência do uso do uniforme e o controle da entrada e saída dos alunos deveriam ser algumas das estratégias utilizadas para garantir que regras básicas sejam respeitadas nas escolas, protegendo-as: “O controle do aluno, a disciplina da escola, o uniforme, o controle da entrada, do horário, da saída, carteira estudantil, seria por aí. O controle escolar tem que funcionar.”

Considerando as estratégias listadas acima, pode-se constatar que é na escola particular que o controle é maior e as regras são mais efetivas. Nela, a vigilância constante por agentes de segurança e porteiros transcende os muros da escola. Eles controlam até mesmo, em alguns casos, os grupinhos que ficam na rua, perto da escola.

No que toca ao tema da segurança nas escolas, alguns professores, diretores, e mesmo pais informam, em seus depoimentos, que o policiamento

dentro da escola e o “cumprimento de penas severas por parte dos traficantes” são as únicas medidas que impõem segurança e respeito: “É o problema da segurança dentro da escola. Policiamento. Quando o pessoal vê o policiamento, respeita mais. Deveria ficar, por exemplo, dois policiais dentro do colégio.”

Entretanto, o policiamento dentro da escola nem sempre é bem visto pelos alunos, uma vez que alguns fazem menção à presença da polícia nas escolas, acompanhada de cães farejadores de drogas, estabelecendo um clima de pânico e terror entre os alunos suspeitos de estarem envolvidos em brigas e na comercialização de drogas no estabelecimento escolar.

Alguns alunos ressaltam que a presença da polícia dentro dos estabelecimentos escolares a fim de coibir o uso e o repasse de drogas não significa que as escolas estejam realmente protegidas, uma vez que afirmam conhecer casos de policiais “que são corruptos e que recebem propina de traficantes.”

Além das alternativas tecnológicas e repressivas, outras medidas, como a expulsão de alunos, também não se mostram eficazes. Em uma escola da rede privada, professores declaram que três alunos foram expulsos da escola por portar drogas: “Pegaram no banheiro; só um garoto do ano passado, que ficava fumando aqui dentro da escola. Estudava aqui e ficava fumando. Só que foi expulso da escola.”

Por fim, convém enfatizar que outras escolas assumem uma postura diferenciada no tratamento da questão da droga. Alguns diretores afirmam que apostam no diálogo com os envolvidos com drogas, pois acreditam que medidas repressivas e que estigmatizam alunos não são a solução mais acertada: “Nós não eliminamos da escola ninguém por esse motivo. A não ser que seja um caso patológico. Se não, procuramos ajudá-los. Às vezes, mandar o aluno embora não adianta nada. Fica pior.”

Conforme informado por alguns inspetores, as escolas onde trabalham não só atentam para o consumo de drogas entre seus alunos, como também procuram ajudar aqueles que se revelam dependentes químicos. Uma escola particular, inclusive, vem acompanhando o tratamento de dois alunos:

Eles foram orientados quando nós descobrimos. Eles já chegaram na escola viciados. Nós percebemos a diferença no comportamento deles. Então, o vice-diretor chamou os pais, conversaram, orientaram. Eles estão em tratamento médico. Nós os acompanhamos para saber como está o tratamento. Eles estão se cuidando, mas não deixa de ser um risco para a escola ter viciados conosco (Entrevista com inspetor, escola privada, Distrito Federal).

Agentes de segurança ressaltam que disponibilizar informações sobre as drogas e suas implicações na vida individual e coletiva já seria um grande passo no tratamento desse problema nas escolas. Além disso, afirmam que as ações devem ser resultado de uma aliança entre “pais, professores e diretores. Tem que ser em conjunto para poder dar certo. Um só não faz nada.”

Diante do exposto, percebe-se claramente a necessidade de a escola estar preparada e munida dos meios mais adequados para que possa fazer frente ao poder das drogas e suas conseqüências no cotidiano escolar, tornando-se cada vez menos vulnerável às suas interferências.

Quando se trata das disputas entre traficantes, a vulnerabilidade da escola é ainda mais perceptível. De acordo com o depoimento de um segurança, as brigas entre traficantes acontecem com frequência no entorno da escola, porque este é um *ponto de tráfico*. Os membros da escola ficam expostos a um quadro de extrema violência, acontecendo, em alguns casos, até tiroteios: “Dentro da escola não temos confrontos entre grupos. Mas ao redor tem, de vez em quando, tiroteio. Porque aqui tem muito ponto de tráfico. Por isso, tem muitas brigas e tiroteio.”

No depoimento a seguir, um agente de segurança destaca a participação de gangues altamente organizadas no comércio de drogas e armamentos no interior dos bairros onde se localizam as escolas pesquisadas. Diante de tamanha organização, a escola mostra-se *impotente* para intervir e propor soluções:

Não, bem ao redor da escola não tem traficantes. Mas no bairro todinho tem pontos. São quatro gangues organizadíssimas. Porque, normalmente, é uma gangue por bairro. Aqui nós temos quatro. Essas quatro têm seus

pontos, com arma, com droga. A escola é impotente para resolver esse problema (Entrevista com agente de segurança, escola pública, Fortaleza).

Um fator que inibe a investida contra os traficantes é o medo generalizado de denunciá-los. As ameaças – não raras vezes, de morte – feitas a seus delatores potenciais constituem-se um obstáculo à denúncia da ocorrência do tráfico nas escolas.

A cultura do medo alimenta-se de estratégias que dificultam a denúncia e, conseqüentemente, o enquadramento legal do tráfico de drogas. Por exemplo, um diretor entrevistado, embora admita a possibilidade da presença de traficantes nas imediações de sua escola, baseando-se em algumas evidências, declara que uma intervenção na economia do tráfico e uma ação de combate só podem ser acionadas mediante provas de que este tipo de atividade ocorre no entorno escolar.

Diante do exposto, fica clara a vulnerabilidade das escolas frente ao tráfico e à violência, expressa, sobretudo pela ação de grupos organizados, marcados por condutas delinqüentes, cujas ações, muitas vezes, acabam por se concretizar em atos violentos, protagonizados por “jovens sob uma dupla representação: vítimas e partícipes da violência” (Debarbieux, 1998:39). Esta situação agrava-se quando as escolas e seus membros sentem-se impotentes, principalmente por não terem o respaldo das autoridades para o enfrentamento dos problemas de segurança experimentados no ambiente escolar.

4.2.6. A “lei do silêncio”

São vários os fatores que fazem com que a *lei do silêncio* estabeleça-se, não só em relação ao tráfico de drogas, mas também ao seu consumo. O parentesco com integrantes do tráfico, a conivência e a solidariedade entre os alunos, acompanhados do medo e da ameaça que demonstram as tênues fronteiras entre a droga e a violência, são alguns desses fatores.

Assim como nos casos de violência na escola, documentados em Abramovay e Rua (2002), o ocultamento ou não-menção à extensão da

presença das drogas nas escolas, em grande medida obedece a essa lei, pela qual não se comenta o visto ou o sabido, por temor à represália ou ao estigma contra o informante, fortalecendo a cultura do medo. Debarbieux (1998) afirma existir uma tensão social que desencadeia um sentimento de insegurança nas pessoas, fazendo com que, mesmo que elas não sejam diretamente afetadas pela violência que o tráfico traz inerente em si, são tomadas por uma angustiante sensação de vulnerabilidade.

Alunos, tanto de escolas públicas como privadas, confessam que sentem *medo de falar* e não denunciam os atos ilícitos que presenciam porque temem represálias, uma vez que os envolvidos *ameaçam*. Preferem esperar que a pessoa se entregue a ter de falar alguma coisa. O ideal é fingir que não viu, sendo que o medo pode silenciar não só em relação às drogas, mas também em relação a outros fatos que envolvam pessoas do mundo das drogas (traficantes e consumidores) e da violência:

É o seguinte: a gente tem medo de falar. Às vezes presencia, mas tem medo de falar. Eu já presenciei alguma coisa aqui também de aluno. Mas eu não falei porque se a pessoa viu que eu vi, entendeu? Se eu falasse, com certeza, ficaria na minha mira. Aí, eu fingi que não vi (Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador).

Os professores também reconhecem que entre os alunos há cumplicidade e impera a *lei do silêncio*: “Na escola privada, se fala na lei do silêncio. (...) Em relação às drogas lícitas e ilícitas, existe essa lei. O outro sabe que ele está bebendo, mas se cala.”

A postura de negação e, ao mesmo tempo, de ambigüidade em relação à afirmação da existência de drogas no ambiente escolar por parte do corpo técnico-pedagógico, reflete o temor, o medo, o não-saber o que fazer diante desta realidade. Alguns professores são explícitos em declarar que a “gente não pode se comprometer”, assim como outros admitem que há uma recusa em expor o problema.

Também os pais preferem não se pronunciar, por medo de que algo possa acontecer a suas famílias. Um pai enfatiza que sabe da existência

do tráfico na comunidade, que tem conhecimento do envolvimento de policiais, mas não diz os nomes das pessoas porque “ninguém vai se meter com traficante, uma vez que tem família para proteger e refere que a gente não vai dizer qual é porque é a lei do silêncio.”

Esta lei é mencionada por diversos atores e para alguns seria, inclusive, uma espécie de convivência. De acordo com os inspetores, “existe essa coisa do silêncio, da convivência. Sempre tem alguém. Talvez pela sua formação, talvez pelas orientações que recebem na escola, pela orientação que recebem em casa.” Os seguranças sabem de ameaças que alunos, professores e diretores sofrem, mas não se sentem responsáveis em coibir este tipo de agressão.

Alguns diretores, principalmente de escolas públicas, lembram que, muitas vezes, ou os próprios alunos são traficantes, ou, então, guardam com estes alguma relação de parentesco ou afinidade – *filhos, cônjuges* – o que inibe, de certa forma, a iniciativa da escola em abordar, em sala de aula, a temática das drogas. Esta atitude também contribui, de certa forma, para que a *lei do silêncio* não seja rompida: “Muitas vezes um traficante é da família de um aluno. Então, eles não falam nada.”

O corpo técnico-pedagógico reconhece que os alunos dificilmente denunciam atos ilícitos cometidos por colegas ou estranhos. Entretanto, observa-se que, à medida que a confiança do aluno é conquistada, ele sente-se mais à vontade para, sigilosamente, procurar a direção da escola e contar o que sabe. Assim, obter a confiança do informante é a solução mais acertada para, pelo menos, minimizar o poder da referida lei.

Mas, por outro lado, há também um movimento de contestação. Seguranças mencionam que instruem os alunos a não acatarem tal lei, mas reconhecem que a maioria prefere se calar, enfatizando que a própria polícia não oferece segurança àqueles que resolvem denunciar.

No que toca à *lei do silêncio* não foi possível observar diferenças marcantes entre os discursos dos atores de escolas pública e privada – a preocupação de todos é a mesma, ou seja, o medo das ameaças.

4.3. CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS E RENDIMENTO ESCOLAR

A relação entre drogas e rendimento escolar envolve uma multiplicidade de fatores internos e externos ao indivíduo e ao meio social no qual ele insere-se, fazendo com que a linha que separa as causas e as consequências do desencantamento com a escola – que podem repercutir no uso de drogas – sejam muito tênues.

Bearman *et. al.* (2001) constataram a existência de uma correlação inversa entre desempenho escolar e uso de drogas. Uma das conclusões é a de que, quanto mais altas as notas do aluno, menor é o risco de experimentar e usar drogas.

Exemplo disso são os levantamentos nacionais sobre o uso de drogas entre estudantes dos ensinos fundamental e médio, realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), cujos resultados têm evidenciado uma associação positiva entre defasagem escolar (incompatibilidade entre faixa etária e série) e experimentação de drogas. Entretanto, os pesquisadores ressaltam a existência de um quadro geral de ensino deteriorado, condições que repercutem igualmente na vida de estudantes usuários e não-usuários.

Os dados desta pesquisa contribuem para o enriquecimento da discussão a respeito da relação entre rendimento escolar e consumo de drogas, a partir da análise das categorias de reprovação e expulsão.

Dados quantitativos indicam a existência de associação entre o uso de drogas ilícitas e a frequência de reprovações. Considerando as médias para o conjunto das capitais, percebe-se que a proporção de alunos que já experimentaram drogas e/ou usam com frequência e que já reprovaram são relativamente maiores do que a proporção daqueles que já reprovaram, mas que não fizeram uso de drogas.

Considerando o universo de alunos que reprovaram mais de uma vez, constata-se que uma média de 16,2% deles afirma nunca ter feito uso de drogas, enquanto que a média daqueles que as utiliza frequentemente é duas vezes maior (31,3%). Reforçando a associação entre consumo

de drogas e reprovação escolar, tem-se que uma média de 21,7% dos alunos que já reprovaram, experimentaram drogas.

Pelos dados percebe-se que a média de alunos que usam drogas com frequência e que já reprovaram uma vez e a média daqueles que nunca fizeram uso delas, nessa mesma situação, são, respectivamente 27,5% e 23,5%.

Finalmente, cabe ressaltar a existência de associação, mas não de uma relação direta, entre a reprovação e o uso de drogas, o que é perceptível quando se consideram as médias para o conjunto das capitais. Assim, tem-se que 41,1% dos alunos que nunca passaram pela experiência da reprovação, usam drogas com frequência, enquanto que outros 60,3%, nesta mesma condição, nunca fizeram uso delas.

Assim sendo, é necessário cautela no tratamento do tema. Apesar de haver associação entre as categorias número de reprovações e uso de drogas, não se pode assumir uma postura determinista, associando o aluno que reprova à imagem do usuário, uma vez que os percentuais de reprovação, no Brasil, são bastantes altos, independentemente de qualquer tipo de associação com uso de drogas.

Além disso, os percentuais de reprovação para o conjunto dos alunos podem estar refletindo uma baixa qualidade do ensino e uma certa ineficiência da instituição escolar em se adequar à realidade dos alunos, levando-os a achar o ensino equivocado e sem atrativos e, conseqüentemente, desmotivando-os.

Nessa perspectiva, Cruz Neto *et al.* (2001) chamam a atenção para a necessidade de considerar os vários fatores que contribuem para o desencantamento dos alunos com o ensino. Ressalta que, para compreender as razões que levam os alunos a apresentar um desempenho escolar insatisfatório, deve-se transcender a postura culpabilizante, segundo a qual o aluno é percebido como irresponsável e desinteressado.

Esses fatores, segundo o autor, vão desde aspectos materiais, como uma infra-estrutura escolar deficitária, até questões como falta de estímulos ao corpo docente, o que, por sua vez, se associaria ao baixo investimento público na área da educação.

Assim, o desencanto com a escola, com a educação, o desinteresse pelos estudos podem ser estímulos para a busca do envolvimento com as

drogas, o que pede mais atenção às ambiências e relações sociais vividas pelos jovens como possíveis estruturas de vulnerabilidades, que potencializam a recorrência às drogas.

Para melhor avaliar a relação entre consumo de drogas e rendimento escolar, recorre-se, a seguir, às análises referentes à expulsão/transferência escolar.

Considerando somente o número de alunos que afirmam ter sido expulsos da escola ou transferidos para outra, os dados mostram que 15,2% deles são usuários frequentes de drogas, enquanto que outros 2,7% nunca tiveram qualquer experiência com estas substâncias, indicando uma associação entre consumo de drogas e expulsão/transferência escolar.

Por último, assim como no caso da reprovação, pode-se estabelecer uma associação entre expulsão e consumo de drogas, mas não uma relação direta. Considerando o conjunto de alunos que nunca foram expulsos, tem-se que grande parte deles nunca fez uso de drogas, o que se expressa por uma média de 97,3%. No caso daqueles que fazem uso frequente de drogas, mas que não foram expulsos, esta média é de 84,8%.

Portanto, assim como na questão da reprovação, quando se analisa a expulsão e sua associação com o consumo de drogas, não se pode chegar a conclusões deterministas a respeito do efeito das drogas sobre o rendimento escolar.

Além disso, é importante considerar que a condição de expulsão pode ser tanto um estímulo ao uso de drogas quanto um resultado da mudança de comportamento do jovem em função do uso dessas substâncias.

Ainda sobre este tema, é importante ressaltar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a expulsão deve ser o último recurso utilizado pelas escolas. Como pode ser constatada na pesquisa *Violência nas escolas, da UNESCO, de acordo com membros do corpo técnico-pedagógico, a transferência do aluno ou a sua expulsão* dão-se somente nas “ocorrências tidas como de máxima gravidade pela direção da escola, como, por exemplo, ameaças ao corpo docente” (Abramovay e Rua, 2002: 151). Nesses casos, o recurso é utilizado de forma não-arbitrária, com o consentimento dos pais dos alunos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da circulação das drogas na sociedade e dos fatores condicionantes do envolvimento dos jovens no seu consumo foi documentada em diversas partes deste trabalho, assim como a presença do tráfico no entorno da escola, sua infiltração no espaço escolar. Também foi mostrado que existem diversas estratégias de sedução dos jovens, acionadas por diferentes protagonistas, inclusive o próprio consumidor. Foi discutido também o papel de várias instâncias de sociabilidade que facilitam ou não o acesso às drogas.

Tanto os atores ouvidos, como a literatura de referência do trabalho, sugerem que cenários macrossocioculturais propiciam a expansão do consumo. Fatores como a exclusão social, o desencanto político-cultural-ético, a perda de referências coletivas e a ausência de projetos de vida dão lugar a situações propensas ao consumo de drogas. Tais situações podem ser pensadas tanto em nível de suas particularidades locais como por meio das grandes redes em nível global.

Documenta-se a diversidade de percepções, sugerindo, como ressalta Velho (1999: 24), que “não há como pressupor comportamentos e atitudes homogêneos dentro do que se costuma chamar ‘mundo das drogas’”.²¹ Insiste-se, na pesquisa, em registrar várias tendências discursivas.

Uma das tendências, verificada entre os diversos atores entrevistados, é associar drogas à violência. O consumo de drogas ilícitas, assim como de

²¹ “A existência de um ‘mundo das drogas’ vincular-se-ia à observação de redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo, bem como a conjuntos de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressariam modos particulares de construção social da realidade” (Velho, 1999, p. 23).

bebidas, pode ser visto como um coadjuvante deflagrador de diversas formas de violência.

Contudo, muitos desses discursos não se apóiam, necessariamente, em fatos presenciados de agressões por usuários. Também são ambíguas as referências que estabelecem nexos entre violência contra terceiros e uso de drogas. Nota-se certa transferência de medos e inseguranças generalizados nesses tempos, quando o não-controlado, o *estranho* – como as drogas (no caso do uso) – seria considerado a principal causa da insegurança e da violência.

Outra forma de associar drogas à violência ocorre quando se remete às relações que os jovens estabelecem com o tráfico – muitas vezes para garantir o consumo –, um ambiente extremamente violento, no qual a inserção tenderia a ser definitiva. Uma terceira forma é a referência ao comércio de drogas como forma de os jovens pobres obterem recursos e bens inacessíveis a eles, o que pode levá-los, também, à prática de roubos e assaltos.

A tese que associa droga à violência encontra respaldo em alguns estudos, principalmente do tipo experimental, nos Estados Unidos, relacionados com a compreensão da natureza e gênese da violência entre os jovens. Consideram-se tais fenômenos como as causas de todos os males sociais, omitindo sua relação com outras categorias de vulnerabilidades e alimentando um imaginário de inseguranças.

Hopenhayn (2001), refletindo sobre estes tempos e focalizando a América Latina, refere-se a *vulnerabilidades cruzadas*: quando se conjugam exclusões relacionadas à cidadania, ao emprego e ao acesso a serviços sociais de qualidade em um movimento que, paradoxalmente, traz o aumento do reconhecimento de direitos de identidades específicas, como a dos negros, das mulheres e dos jovens. Hopenhayn (*op. cit.*) também se refere a assimetrias, que se manifestam em um imaginário em que convivem, contraditoriamente, o apelo ao consumo, de orientação hedonista, e a falta de bases materiais para satisfazer o sugerido e estimulado por uma cultura de eterno presente. Fantasmas, medos e frustrações realimentar-se-iam, estimulando, inclusive, a eleição de alguns temas como prioridade tanto

para as políticas sociais como para as notícias.

No entrelace de vulnerabilidades reais e imaginadas, fantasmas são produzidos por um imaginário coletivo sobre as realidades. Por exemplo, drogas e violência são, concomitantemente, realidades e fantasmas eleitos como prioridades de notícia e de políticas em tempos de incertezas, segundo Hopenhayn (2002).

As vulnerabilidades sociais, as inseguranças e os processos macrosociais podem levar à inferência de que a escola seria impotente para lidar com a questão das drogas, já que ela apenas refletiria um problema que lhe passa, que se ancora em complexos processos e em um poder criminoso, que vem ganhando expressões, que alarma a sociedade – o tráfico de armas e de drogas. Ou seja, a questão das drogas não se restringe somente aos jovens, nem à escola.

Assim, sobre a repercussão dessa questão na escola, ou seja, o consumo pelos alunos e mesmo o tráfico nas suas dependências, restaria à escola – quando se admite uma postura fatalista diante do quadro traçado – tão somente acionar medidas de repressão ou de eliminação dos envolvidos com o uso e o tráfico de drogas. A estratégia, nesse caso, seria apelar para expulsões e transferências, bem como ações localizadas de cunho protetor e de tendência policial (como murar e isolar a escola das comunidades adjacentes).

Contudo, a pesquisa remete a uma leitura positiva – mesmo quando se considera o número de alunos das escolas de ensino fundamental e médio no Brasil envolvidos com drogas preocupante. Observa-se que a maioria nunca esteve envolvida com drogas ou, se já as experimentou, não o faz mais. E, mais importante, a pesquisa aponta que muitos têm uma postura crítica sobre drogas e que não necessariamente estigmatizam os consumidores. Ao contrário, consideram que eles precisam de colaboração, ajuda.

Por outro lado, como também se afirma nesta pesquisa e em outros trabalhos da UNESCO (ver, entre outros, Abramovay e Rua, 2002), em que pese as críticas à escola, vários atores consideram sua potencialidade para acionar uma formação por uma cultura de paz e contribuir para o desenvolvimento de crítica social e de escolhas por meio de uma razão ética em favor do eu e do nós.

A escola pode acionar a auto-estima e o comprometimento social e incentivar formas de sociabilidade pautadas no respeito e na solidariedade. Em muitos casos, predomina no imaginário social, como vontade, uma valoração positiva da escola. Ainda que esta seja criticada, insiste-se, a escola goza de legitimidade na comunidade de relações sociais primárias na família, e, em particular, entre os jovens.

A escola é um lugar onde os jovens socializam-se, fazem amizades e onde podem ter uma interação com adultos significativos (como os professores). É também um lugar que possui como massa/objeto, conhecimentos, valores e afetos. Vários vetores sociais contam a favor da escola como um lugar privilegiado para acionarem-se programas preventivos e de atenção. No caso dos consumidores, faz-se necessário o apoio de serviços e profissionais especializados.

Contudo, alguns depoimentos registrados nesta pesquisa alertam que, entre membros do corpo técnico-pedagógico e pais, há percepções pautadas por preconceitos e estereótipos em relação à juventude e aos consumidores de drogas. Para alguns professores e, inclusive, para alguns jovens, os usuários de drogas são pessoas *doentes* ou de *personalidade fraca*. Alguns chegam a qualificar o consumo de drogas como um *desvio*.

Muitos não consideram, por exemplo, que são construtos da droga, entre outros: a compulsão socialmente alimentada pelo prazer (ver, entre outros autores sobre droga e prazer, Sissa, 1999)²² e a curiosidade em relação ao novo, e em relação àquilo que é muito falado e condenado. Vários entrevistados refletem sobre a associação entre drogas, frustrações e buscas, mas poucos ressaltam o estatuto dado às drogas de caminho para o prazer e a diversão, em si, e como um rito de sociabilidade e a sua sedução.

A tendência predominante é enfatizar o mal das drogas, ignorando os múltiplos sentidos dados às drogas pelos jovens e as relações com suas biografias diversas.

²² “A plenitude que o produto causa – quietude, ataraxia ou euforia – elimina o mal-estar de se ver obrigado a fazer-se responsável porque sua vida seja conduzida por uma coisa que estabilize. Agarra-se, fixa-se, transforma-se. Isso enche a existência, mas fura o corpo. Transforma a pessoa em um buraco. Eis a necessidade de mais e pela sua versão mais dura” (Sissa, 1999, p. 17).

Mas há de se advertir que também foram encontrados vários depoimentos em outra linha, inclusive sobre experiências que estimulam os jovens a participar de projetos preventivos e de atenção a consumidores, o que sugere que os educadores têm condições e vontade para atuar na prevenção e no acompanhamento de situações que envolvem o consumo de drogas.

Comprova-se, em vários aspectos e itens pesquisados, a distância entre as percepções de alunos e membros do corpo técnico-pedagógico e pais sobre questões até factuais, como o nível de consumo de drogas nas escolas – o que sugere que faltam vivências e informações compartilhadas, diálogo e conhecimento reflexivo, o que pode prejudicar a construção de escola cidadã, onde exista a possibilidade de diálogo e sentimento de pertencimento.

Reconhece-se que não se faz suficiente acionar programas específicos de caráter preventivo somente no âmbito da escola. Mas defende-se a propriedade de apresentar recomendações para programas e ações, a maioria de caráter preventivo, que tenham a escola como agente propulsor, não somente visando à proteção do seu público, mas, também, pelo seu efeito de multiplicação em distintos espaços sociais.

A perspectiva da UNESCO é combinar programas de prevenção na escola com a construção de uma *escola protetora/escola protegida*, ou seja, escolas voltadas à proteção integral, o que passa por lidar com o tema de drogas não somente por meio de programas específicos, mas por uma outra concepção de escolas que estimulem outras buscas, novos conhecimentos e a ênfase no lúdico em outros sentidos do prazer (que não as drogas), na solidariedade, no conhecimento de qualidade, na idéia de pertencer e de ser sujeito de projetos individuais e sociais.

Têm-se dois eixos de preocupação que se entrelaçam quando se desenvolvem as recomendações seguintes:

Primeiro, no plano de ter o jovem como foco, investir para que este desenvolva sua criatividade crítica e que venha a construir seus próprios mecanismos alternativos às drogas e uma postura reflexiva sobre significados subjetivos e sociais das drogas, em particular, via atividades associativas. Isso visa diminuir os riscos associados ao consumo de drogas. Enfatiza-se, portanto, a construção do conhecimento crítico, a modelagem ética e a escolha

informada e reflexiva. É comum nas escolas não se ressaltar a importância do trabalho no plano afetivo e crítico, dando prioridade ao cognitivo, às informações, sem o necessário envolvimento subjetivo dos alunos.

O segundo eixo das recomendações é enfatizar a escola como ponto de referência, sua excelência e o seu clima, ou seja, que as políticas sobre drogas nas escolas pautem-se pelo resgate da sua qualidade e por uma maior democracia, sem tutela e pretensão de controle sobre os jovens.

Enfim, a escola é o local propício para ajudar na prevenção das drogas, no sentido de que reúne várias qualificações que colaboram para a difusão de tal perspectiva na comunidade e na sociedade. Como bem mostram as características que a escola abrange, citadas em *Violências nas escolas* (Abramovay e Rua, 2002, p. 325):

- por ser um lugar de encontro da diversidade cultural, o que aumenta sua capacidade de amalgamar conflitos que vêm de fora e, também, a habilidade para formas criativas de solidariedade;
- por seu potencial estratégico para tecer relações com a comunidade e, especialmente, com a família, já que diversas avaliações de programas de prevenção nas escolas vêem os pais como importantes parceiros para tal fim;
- pela possibilidade de experimentar medidas de prevenção e acompanhar tanto a população-alvo como as experiências implantadas de políticas públicas;
- pela sua importância junto aos alunos quanto à formação de valores e transmissão de conhecimento, o que tem prosseguimento nos processos de interação não somente entre professores e alunos, mas entre os próprios estudantes.

5.2. RECOMENDAÇÕES

A seguir, lista-se recomendações gerais e específicas que devem ser acionadas nas escolas e por elas. Algumas foram resgatadas nos relatos

dos atores entrevistados – alunos, seus pais e membros do corpo técnico-pedagógico das escolas –, outras foram extraídas de diversas fontes.

Ressalta-se que lidar com drogas significa também lidar com processos sociais amplos. Varia, portanto, o nível de intervenção e sua especificidade.

Mais importante do que programas pontuais – ainda que estes também sejam válidos – são as posturas pedagógicas, a vontade de mudança da cultura escolar (Debarbieux, 2001), tornar mais simétrico o diálogo entre professores e alunos, explorando a comunicação, e aumentar o investimento feito pelo Estado na melhoria das condições de vida dos professores e sua capacitação (tanto substantiva, em nível da qualidade de ensino, quanto em termos de posturas ético-valorativas).

5.2.1. Linhas de recomendações

5.2.1.1. Gerais

- A atração das drogas para os jovens pode ser indiretamente desconstruída se outras referências firmarem-se na vida deles e se for estimulada uma perspectiva crítico-reflexiva sobre os sentidos do vivido. As escolas podem vir a suprir tais necessidades existenciais e sociais, tornando-se *lugares protegidos*, o que, de acordo com teses desenvolvidas por Debarbieux (2001) e colaboradores, implica estar alerta contra *fatores de risco* e desenvolver *fatores de proteção*. Implica investir em ambientes de prevenção, o que se desdobra em vontade e em ações para que as escolas sejam, de fato, fontes de conhecimento de boa qualidade, lugares agradáveis de se estar, de estímulo à criatividade, de convivência solidária, participante, de maior relação entre professores e alunos e de exercício democrático do diálogo. As escolas também devem transmitir um *sentimento de segurança* e contribuir para o desenvolvimento da auto-estima (Blaya, 2001)²³. Nessa linha, enfatiza-se a auto-estima dos alunos como um fator de

²³ Note-se que, segundo Blaya, escolas em que os professores permanecem mais tempo, em que os professores conhecem melhor os alunos e que desenvolvem mais atividades extracurriculares, apresentam um menor índice de violência, além de um melhor nível de aprendizagem. A autora enfatiza a importância de uma relação mais humana e próxima dos professores para com os alunos, a fim de que estes desenvolvam um sentimento de segurança e proteção e que, na escola, se desenvolva uma “cultura de códigos compartilhados” e que se possa “influenciar positivamente” (Blaya, 2001, p. 70).

proteção e a competência da escola como um fator que colabora para que ela seja uma referência positiva para os jovens. Haveria, segundo esses autores, escolas mais vulneráveis a riscos, como o do envolvimento com drogas, e outras que funcionam como referências de proteção. Em tal perspectiva, por *repensar culturas pedagógicas*, o foco das políticas públicas e sociais de prevenção ao consumo de drogas desloca-se do indivíduo para a instituição, a escola. Por outro lado, amplia-se o conceito de prevenção para que, ademais de ações diretamente endereçadas para evitar o consumo de drogas – *prevenção ativa* –, de forma mais contínua, se remodele o ambiente escolar integralmente – *prevenção passiva* (Debarbieux, 2001).

- A construção da escola como lugar protegido requer vontade de intervenção em um processo no qual a escola desenvolva *mecanismos de mediação*, trabalhando com o corpo técnico-pedagógico, alunos e demais membros da escola, para reconhecer os sinais de risco (como, por exemplo, de iniciação às drogas) e atuando prontamente, preventivamente, inclusive por meio de negociações e de uma atenção especial aos casos detectados. Essa atenção deve ser individualizada, considerando a variedade de trajetórias e de condicionamentos ao envolvimento com drogas (ver Royer, 2001, autor que elabora tal argumento sobre violência nas escolas).

- Investimento continuado na adoção de posturas em favor de uma *cultura de paz*, com ênfase no respeito ao outro, no reconhecimento da diversidade, no trabalho em conjunto, na cooperação, na solidariedade, em princípios compartilhados, pela vida e pelo sentimento de pertencimento a um projeto civilizatório ético de defesa da justiça social. Dessa forma, combate-se, implicitamente, atitudes individualistas, autodestrutivas, bem como o desencanto e descomprometimento nas relações sociais.

- A cultura de paz, além de ser amparada por princípios a serem adotados em distintas disciplinas, como vetor curricular, deveria tomar a forma de atividades de sociabilidade e pertencimento, como os programas de *abertura de espaços*, quando se promove nas escolas, principalmente nos finais de semana, atividades culturais e de educação para a cidadania – entre as quais, o debate sobre drogas – não só para alunos, mas para membros da comunidade em geral (ver sobre o programa Abrindo Espaços, UNESCO, 2000).

- Para que a escola possa melhor desenvolver um trabalho de envolvimento integral do jovem, recomenda-se que a escola organize atividades de extensão, extracurriculares, atrativas e sem o sentido de obrigatoriedade. Mas que estimulem os jovens à participação nelas, recorrendo a linguagens atrativas, atividades esportivas, cultura e lazer, considerando a potencialidade preventiva e substitutiva em relação às drogas, do envolvimento em atividades com tal teor (ver Castro *et al.*, 2001).

- As escolas devem ter programas de âmbito social que comportem atividades lúdicas, medicina preventiva, acompanhamento psicológico e devem desenvolver atividades culturais e de cunho profissionalizante, providenciando sentidos de pertença e de sociabilidade positiva, além de incentivar o desenvolvimento da criatividade e estímulo à auto-estima.

- Estabelecer *nexos entre escola e família*, envolvendo pais, mães e responsáveis no debate sobre programas de prevenção. Estes nexos envolvem a montagem de ações de acompanhamento de alunos; o desenvolvimento de formas de identificação do envolvimento dos alunos com drogas; o estímulo à reflexão contra posturas repressivas e a potencialidade de posturas compreensivas e de diálogo com os jovens consumidores, considerando seus distintos estágios de envolvimento. Tais nexos serão tão mais efetivos quanto mais se questionar orientação, comum entre professores e diretores, de culpabilizar as famílias. Estas, de sua parte, não devem transferir para as escolas suas responsabilidades em relação aos jovens. Esse jogo de mútuas transferências culmina em um sentido de orfandade ampliada pelos jovens.

- Promover um maior contato com a família, o que requer criatividade e recursos que não as tradicionais reuniões com os pais na escola. Cabe à escola *estimular o diálogo entre os pais e os jovens*, inclusive sobre drogas, passar informações e questionar estereótipos e estigmas.

- Assumir que, quer nas relações na escola quer nas relações na família, as interações sociais baseiam-se na compreensão, mas também em responsabilidades mútuas e *limites*. Há que explicitar tais limites, o permitido e o que não é tolerado, na medida em que a vida em comunidade pauta-se por recíprocas observações sobre o esperado socialmente de cada um. Os limites devem ser acertados pelas vias da comunicação/compreen-

são. Contudo, atitudes permissivas, no tocante às drogas, longe de ajudar, colaboram para um individualismo autodestrutivo, o qual repercute negativamente também em outros membros, tanto da escola como da família. Há que colaborar para que o jovem consumidor assuma um pacto de querer abandonar o uso.

- Desenvolver, nas escolas, atividades de debates com especialistas e com a participação de ex-usuários. Mas cuidar para *não se limitar a atividades esporádicas* e por didática impositiva, considerando os limites de comunicações puramente informativas que não envolvam a participação dos jovens nos debates.

- Desenvolver *parcerias entre a escola e outras instituições, em particular no nível da comunidade*, que podem colaborar tanto para a conformação de lugares seguros no entorno da escola como para lidar com a questão das drogas no interior delas. Assim, é importante que as associações de moradores, clubes de mães, pastorais, autoridades policiais no bairro, agências do Estado e da sociedade civil que atuam em nível da comunidade onde se localiza a escola, sejam acionadas para que, juntamente com a escola, tracem programas de prevenção e de fiscalização, não-repressivos voltados para os usuários. E, nos termos da lei, *juntem-se esforços no combate ao tráfico*. Em tal parceria, deve-se considerar tanto programas específicos, afins com a realidade das drogas na comunidade e nas escolas – como aqueles voltados para desenvolvimento comunitário – que enfoquem ações mais estruturais como a criação de alternativas de trabalho para os jovens da comunidade e de ampliação dos espaços de lazer e de cultura.

- Estabelecer *redes entre escolas* para debates sobre os problemas comuns e promover “*discussão pública* sobre a questão da droga e do tráfico” (Zaluar, 1994), assim como, participar de fóruns ampliados sobre tais temas. Há que contribuir para que vários setores sociais assumam problemas vividos pela escola como problemas de todos.

- O alcance da escola para lidar com as drogas é limitado, se o governo e a sociedade civil não atacam a questão do tráfico de drogas e do uso de armas em vários níveis e se não se assume a responsabilidade pela melhoria das condições de vida dos jovens em bairros onde se concentram os pobres.

- Importa incentivar a discussão pública sobre drogas, em particular sobre drogas no ambiente escolar, e envolvendo o público jovem, mas *evitando o pânico moral* entre as famílias (Body-Gendrot, 2001), a demanda por medidas repressivas e a redução da questão do consumo ao apelo por segurança pública policial.

- A questão das drogas nas escolas relaciona-se com a questão do uso indevido de drogas pelos jovens, independentemente do lugar de consumo e tráfico. Portanto, tem propriedade a tese de que a escola deve se preocupar pelos hábitos dos jovens, suas percepções quanto às drogas e suas referências quanto a valores, estimulando posturas preventivas e assumindo uma “*postura de proteção*” dos jovens (Debarbieux e Blaya, 2001).

- A maioria das ações recomendadas para serem acionadas pela escola requer vontade política e delimitação de políticas públicas específicas, ou seja, *envolvimento direto dos governos federal, estadual e municipal*, assim como a delimitação clara de recursos para capacitação de professores, de pessoal no campo da segurança, para a realização de eventos culturais e esportivos, o suprimento de material didático e a montagem de pesquisas de avaliação sobre a presença de drogas na escola e a eficácia dos programas em curso.

- Políticas sobre uso indevido de drogas de nível nacional devem ser operacionalizadas por *programas mínimos*, ou com metas definidas e atividades claramente desenhadas, que tenham a escola como lugar privilegiado. Cabem, nessa linha de ação, *parcerias* e o envolvimento de diversas entidades, tanto em nível ministerial como Secretarias de Educação, de Saúde, Ação Social, Segurança e Universidades, entre outras. Importa, também, garantir o envolvimento de entidades em nível municipal, como os conselhos, para somar esforços.

- As políticas e programas que contemplem a questão das drogas nas escolas devem ser amparados por *avaliações*. Importa acompanhar de forma quantitativa e qualitativa – inclusive por observação de situações em sala de aula e em outros ambientes da escola – tanto o caso de escolas bem-sucedidas como as que apresentam maior exposição ao risco de serem lugares inseguros, propícios à disseminação do uso indevido de drogas e atuação do tráfico.

- Nas pesquisas e avaliações sobre drogas nas escolas, deve-se garantir que se conheça a *percepção dos diversos atores*, como os alunos, seus pais e os membros do corpo técnico-pedagógico das escolas.

5.2.1.2. Específicas

- *O Programa Brasileiro de DST e Aids*, que engloba ações de prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio, é um programa do Ministério da Saúde, internacionalmente considerado referência, que deve ser disseminado de forma participativa, ou seja, por meio de debates com membros do corpo técnico-pedagógico, alunos e pais e ser objeto de periódicas avaliações, em processo e de resultados (ver, neste sentido, avaliação publicada pela UNESCO, e realizada por Abramovay e Rua, 2001).

- Há que fazer valer como lei a proibição de bares e de lugares de *venda de bebidas nas proximidades das escolas* (artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

- *As atividades que focalizam diretamente as drogas na escola* devem evitar abordar o tema por uma orientação puramente informativo-científica; de amedrontamento²⁴ ou de demonização das drogas, sem *assumir seus atrativos*, como: prazer aos sentidos, ser símbolo de estar na moda, ser imaginada como transgressora e de mediação de sociabilidade. Há que desconstruir os diversos sentidos das drogas, evitando autoritarismos didáticos e adotar, como postura, alinhamentos, tais como:

- debater sobre as diferentes formas de drogas, a ambigüidade da separação dessas em *lícitas e ilícitas*, fazendo com que os jovens, por si sós, elaborem críticas sobre os riscos e as conseqüências do uso de diferentes tipos de drogas e *assumam uma perspectiva preventiva*;

- discutir estigmas sociais sobre usuário e o curso da *trajetória do envolvimento* com as drogas, ou seja, como em muitos casos, se no início a

²⁴ Segundo Carlini-Cotrim (1992: 104) "(...) Ignora-se, assim, uma das raras unanimidades entre as publicações especializadas no assunto: a de que o medo é pouquíssimo eficaz no sentido de afastar adolescentes dos psicotrópicos".

droga é vivenciada somente pelos efeitos de prazer, a dependência vai aos poucos sendo desenvolvida, afetando a auto-estima, a segurança e as relações sociais.

– nas abordagens diretas sobre drogas, há que se evitar retórica por ajuizamentos e generalizações, selecionando-se análises de casos próximos à *realidade conhecida e vivida* pelos jovens, para que, de forma coletiva, se façam oficinas de exercício de resolução de problemas e animem *grupos de reflexão* sobre conhecimento e com o *sentido de ação*, abordagem que Debarbieux et al. (2001: 163)²⁵ enfatizam como *mediação sociológica*.

- O destacado lugar dos amigos e dos grupos na socialização dos jovens deve ser vetor acionado para as estratégias programáticas de multiplicação de posturas de prevenção. Devem ser incentivados e apoiados institucionalmente, inclusive com recursos para suas atividades lúdicas e de debate, grupos de *jovens organizados* que em sua agenda incluam debates e programas com tal teor.²⁶

- Mais que disciplinas específicas sobre o tema drogas, importa que *professores e diretores*, assim como outros membros do corpo técnico-pedagógico das escolas, participem de atividades de *capacitação contínua*, o que requer a recorrência a especialistas e debates diversos. Drogas não são um tema que possa ser delegado a uma disciplina específica ou propriedade curricular de uma matéria, já que sua abordagem requer também sensibilidade e confiança, o que nas relações entre professores e alunos pode ser desenvolvido por todos. A capacitação dos professores deve ser contínua, *evitando-se ficar em cursos-pacotes*.

²⁵ Por “intervenção sociológica” compreende-se trabalho com grupos que se orientam para pesquisa sobre um tema e que, além de focalizar conhecimentos, analisa formas de intervenção, e cujas atividades são, por sua vez é acompanhadas por outros que as analisam. Tal metodologia seria tão mais efetiva quanto se possa fazer participar jovens relacionados ao objeto – no caso, o consumo de drogas – e atores com posturas diferenciadas para que se possa cumprir o requisito sociológico de trabalhar a diversidade de sentidos, as contradições e as relações sociais (Debarbieux et al., 2001: 165).

²⁶ O desafio da escola “é justamente trabalhar para inverter esse discurso, de modo a que nos apropriemos da curiosidade juvenil, da necessidade de pertencer a grupos e a transformemos em algo que não se canalize para o uso de drogas, o que realmente pode complicar” (Carlini-Cotrim, 2000: 78).

- Também as atividades específicas sobre drogas na escola devem ser bem *distribuídas durante o ano letivo*, evitando que, por um lado, seja tema apenas de eventos pontuais e que, por outro, se banalize de tal forma que drogas sejam o tema, a referência mais privilegiada nas escolas, contudo sem atenção reflexiva.

- O *material didático* sobre drogas, a ser usado quer na capacitação de professores quer entre jovens alunos, que for elaborado por secretarias de governo e ministérios deve se pautar pela participação democrática da possível clientela desse material, evitando-se, assim, a formulação de material distante da realidade, dos interesses e das linguagens de tal clientela.

- Deve-se incentivar a preparação de *material pelos próprios alunos*, baseando-se em pesquisas, entrevistas com especialistas diversos, e elaboração de cartazes por debates em equipes.

- Estimular os *alunos a organizar atividades* em que participem pessoas de outros meios que vivenciam problemas de dependência às drogas, aqueles que saíram dessas situações, bem como com organizações governamentais e da sociedade civil com projetos de prevenção e de reabilitação.

- Cabe, inclusive, à escola difundir *informações sobre os serviços* disponíveis de aconselhamento e terapia sobre o uso indevido de drogas.

- *Atividades artísticas, culturais e desportivas*, entre outras, têm, como já foi comentado, lugar privilegiado na competição com a sedução exercida pelas drogas. Contudo, aquelas que são usadas em si como linguagens para veicular o tema devem ser desenhadas de forma tal que se evite tons didáticos, reducionistas e panfletários, o que pode comprometer sua potencialidade como veículo para a reflexão e construção de postura crítica ao uso indevido de drogas.

- Tanto o material didático como as atividades desenhadas para serem realizadas com os alunos devem considerar a *diversidade de juventudes* e a singular vulnerabilidade e realidade de cada uma delas, desenhando-se, portanto, atividades e material específico para o caso, por exemplo, *de jovens do ensino médio do turno noturno e que trabalham e estudam*; como as *diferenças por gênero*, como a mais alta tendência das jovens para o consumo de certas drogas (*e.g.* o uso de medicamentos) e os jovens, para o uso da cocaína e da maconha.

- Considerar, nos programas de prevenção, as variações de consumo *por idade* entre jovens, como a mais baixa proporção entre os de 10 a 12 anos e 13 a 15 anos, sendo, portanto, tais ciclos estratégicos para investimentos na prevenção orientada nas condições de ensino e na conscientização crítica ou na informação e formação do arbítrio pela diminuição de riscos de uso indevido de drogas.

- Investigar mais profundamente o sentido da *associação entre reprovação e baixo desempenho escolar e o consumo de drogas*, considerando, inclusive, a possibilidade de que um ensino desinteressante, que adota padrões autoritários e pouco sensíveis aos interesses dos alunos, possa estimular o sentido de estranhamento em relação à escola, à baixa auto-estima e ao consumo de drogas.

- A escola deveria contar com *serviço especializado de orientação* sobre drogas, com o apoio de especialistas, que atendam a alunos, professores, pais, mas que não tenha o estatuto de lugar para o qual se encaminham consumidores ou os considerados fora da *normalidade desejada*. Tal serviço de orientação deveria ter o caráter de opção, ou seja, ser procurado pelos que assim o quiserem.

- Se, no plano do usuário, as propostas são no sentido de atenção integral, inclusive médica e psicossocial, e pautadas na compreensão, já no *caso do tráfico*, recomenda-se a capacitação profissional dos agentes de segurança para o controle e fiscalização do tráfico, assim como rápida intervenção, de acordo com a lei, no sentido de punição e afastamento dos indivíduos relacionados ao tráfico do ambiente escolar, quando for o caso.

- Os casos de jovens *alunos no tráfico* devem ser analisados, considerando a diversidade de situações que podem ocorrer, devendo a escola estar atenta às possibilidades de recuperação, inclusive pelo diálogo e compreensão dos condicionantes de tal participação. Contudo, há de se ter claros limites sobre o possível, nesses casos, evitando convivência e permissividade, em particular nos casos de reincidência, e os prejuízos para a vida coletiva.

- A escola deve promover atividades de conscientização para setores relacionados à *segurança pública* que atuam na escola e na comunidade, a fim que de bem se demarque as *fronteiras entre consumidor e traficante*, evitando estigmas e tratamento repressivo contra aqueles.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

ABRAMOVAY, Miriam (*et al*). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Avaliação das ações de prevenção de DST/Aids e o uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras*. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Grupo Temático UNAIDS, UNDCP, 2001.

_____. *Violências nas escolas*. Brasil: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ACSELRAD, Gilberta (*et al*). *A questão das drogas nas escolas: um projeto de atenção primária*. Rio de Janeiro, 1986.

ACSELRAD, Gilberta. “A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre o uso de drogas”. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.). *Avessos do prazer: drogas, aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p. 161-188.

ALBEHY ANDRE, Simone; VINCENTINI, Maria Cristina Gonçalves. “A droga, o adolescente e a escola: Concorrentes ou convergentes?”. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 67-81.

ALENCAR, Regina Lúcia Brandão. “Formação de educadores em valores e cultura de prevenção”. In: *Educação e prevenção do abuso de drogas*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1992. p. 67-78. Monografias do CEDUSU. Série Prevenção 01.

_____. *Tóxicos e a escola de 1º grau: percepção e ação dos educadores*. 1988a. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ALMEIDA FILHO, Naomar (Coord.). *Consumo de drogas entre escolares de Salvador*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Departamento de Medicina Preventiva/Programa de Estudos Epidemiológicos e Sociais, 1988.

AQUINO, Julio Groppa (Org.). *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

ASSUNÇÃO JÚNIOR, Francisco B. *Alcoolismo e adolescência*. São Paulo: Sarvier Editora de Livros Médicos Ltda., 1991.

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina B. “Educar para prevenir o uso indevido de drogas por adolescentes”. In: *Caderno EDIPUCRS*, Série Toxicologia 1. Porto Alegre, 1993.

AZEVEDO E SOUZA, Valdemarina B; RAHDE, Maria Beatriz F. “Prevenção ao uso abusivo de drogas como processo educacional de desenvolvimento humano”. In: *Cadernos EDIPUCRS*, Série Toxicologia 4. Porto Alegre, 1994.

BACHMAN, Jerald G. “Premature affluence: do high schools students earn too much?” In: *Economic Outlook USA*, vol. 10, nº. 3, Summer 1983.

BARBOSA, Maria Tereza Serrano (*et al*). “O uso de tabaco por estudantes de primeiro e segundo graus em dez capitais brasileiras: possíveis contribuições da estatística multivariada para a compreensão do fenômeno”. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 23(5): 401-9, 1989.

BARROS, Raquel da Silva (*et al*). “Avaliação dos efeitos da maconha por usuários da população estudantil”. In: *Ciência e Cultura (Revista da SBPC)*, São Paulo, 41(7): 652-667, julho/1989.

BAYCE, Rafael. “El estigma de la droga: particularidades y rasgos comunes en el caso uruguayo”. In: HOPENHAYN, Martín (Org.). *La grieta de las drogas: desintegración social y políticas públicas en América Latina*. Santiago de Chile: Naciones Unidas / Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1997.

BEARMAN, Peter (*et al*). *National survey of american attitudes on substance abuse VI: Teens*. Columbia University: The National Center on Addiction and Substance Abuse – CASA, 2001.

BELLINGHINI, Ruth Helena. “Pesquisa com jovem realça risco de drogas legais”. *O estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 de maio de 2002, seção Cidades. Disponível em: www.estadao.com.br/editoriais/2002cid027.html. Acesso em: 19/06/2002.

BLAYA, Catherine. “Climat scolaire et violence dans l’enseignement secondaire en France et en Angleterre”. In: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. *Violence à l’école et politiques publiques*. Paris: ESF Editeur, 2001. p. 154-177.

BODY-GENDROT, Sophie. “Les violences à l’école: regard comparative sur les politiques publiques de gouvernance”. In: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. *Violence à l’école et politiques publiques*. Paris: ESF Editeur, 2001. p. 117-131.

BOLOGNA, José Ernesto. “Referenciais e drogas”. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia; SPOSITO, Marília Pontes (Orgs). *Juventude em debate*. São Paulo: Editora Cortez, 2000. p. 79-95.

BORDIN, Ronaldo (*et al*). “Prevalência do tabagismo entre escolares em municípios da área metropolitana da Região Sul, Brasil, 1991”. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9(2): 185-189, abril/junho 1993.

BRAGA, Dorvalino F; ROCHA, Maria do Socorro R. “Aspectos psicopatológicos da adolescência”. In: *Revista de Saúde Mental*, São Paulo, 1: 14-17, 1978.

BRASIL. *Política Nacional Antidrogas*. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas, 2001. p. 14-17

BUCHER, Richard. “A ética da prevenção”. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, UnB, vol. 8, nº. 3, setembro/dezembro 1992.

_____. “O jovem e a transgressão”. In: *Revista Humanidades*. Brasília: UnB, nº 14, p.16-21, 1987.

_____. “A abordagem preventiva”. In: BUCHER, Richard (Org.). *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo: EPU, 1988.

BUCHER, Richard (*et al*). “Drogas utilizadas por jovens de Brasília”. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília, UnB, vol. 6, nº. 1, p.75-85, 1986.

BUCHER, Richard; TOTUGUI, Márcia L. “Conhecimento e uso de drogas entre alunos de Brasília”. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília: UnB, vol. 3, nº. 2, p. 178-194, 1985.

CAMARGO, Oswaldo. “Juventude e problema das drogas”. In: *Revista de Psiquiatria*, vol. 19, p. 53-70, dezembro/1975.

CARDOSO, Ruth; SAMPAIO, Helena. *Bibliografia sobre juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CARLINI, E.A. “Uso ilícito de drogas lícitas pela nossa juventude. É um problema solúvel?” In: CARLINI, E.A. Medicamentos, drogas e saúde. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 130-141.

CARLINI, E. A.; CARLINI-COTRIM, Beatriz; SILVA-FILHO, Armando Ramos; BARBOSA, Maria Tereza Serrano. *II Levantamento nacional sobre o uso de psicotrópicos entre estudantes de 1º e 2º graus*. São Paulo: Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, 1989.

CARLINI, E.A; CARLINI-COTRIM, B.; SILVA FILHO, A.R. *Sugestões para*

programas de prevenção ao abuso de drogas no Brasil. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicolótropas – CEBRID, 1990.

CARLINI, E. A.; D’ALMEIDA, Vânia; CARVALHO, Vera; GALDURÓZ, José Carlos F. *III Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em dez capitais brasileiras*. São Paulo: Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, 1993.

CARLINI, E.A.; NAPPO, S.A.; GALDURÓZ, J.C. “A cocaína no Brasil ao longo dos últimos anos”. In: CARLINI, E.A. *Medicamentos, drogas e saúde*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

CARLINI, E. A.; NOTO, Ana Regina; GALDURÓZ, José Carlos F. *IV Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em dez capitais brasileiras*. São Paulo: Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, 1997.

CARLINI, E. A.; GALDURÓZ, José Carlos F; NOTO, Ana Regina; NAPPO, Solange A. *I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil*. São Paulo: Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID : Universidade Federal de São Paulo, 2002.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. “Dados sobre o consumo de drogas por adolescentes no Brasil”. In: *Revista ABP-APAL*, São Paulo, vol. 9, nº 3, pp. 99-102, 1987.

_____. “Drogas: prevenção no cotidiano escolar”. In: *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, (74), agosto/1990.

_____. “O consumo de substâncias psicotrópicas por estudantes secundários: o Brasil frente à situação internacional”. In: *Revista ABP-APAL*, São Paulo, 13 (3), 1991.

_____. *A escola e as drogas*. 1992. Volume I: Realidade brasileira e contexto internacional. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. “As drogas, a escola e a grande imprensa: um estudo nos arquivos de O Estado de São Paulo”. In: CARLINI-COTRIM, Beatriz. *A escola e as drogas*. 1992. Volume II: Pesquisas de apoio. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. “Drogas: estranhando o óbvio”. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 71-79.

CARLINI-COTRIM, Beatriz; ROSEMBERG, Fúlvia. “Os livros didáticos e o ensino para a saúde: o caso das drogas psicotrópicas”. In: *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 25 (4): 299-305, 1991.

CARLINI-COTRIM, Beatriz; PINSKY, Ilana. “Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente”. In: *Cadernos de Pesquisas*, São Paulo, vol. 69, maio/1989.

CARLINI-COTRIM, Beatriz; CARLINI, E.A. “O consumo de solventes e outras drogas em crianças e adolescentes de baixa renda na cidade de São Paulo. Parte I: Estudantes de primeiro e segundo graus da rede estadual”. In: *Revista ABP-APAL*, São Paulo, vol. 9, n°. 2, p.49-58, 1987.

CARVALHO, Vera; CARLINI-COTRIM, Beatriz. “Atividades extra-curriculares e prevenção ao abuso de drogas: uma questão polêmica”. In: *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 26 (3): 145-9, 1992.

CASA. *Substance abuse and the american adolescents*. Columbia University: The National Center on Addiction and Substance Abuse – CASA, 1997.

CASA. *So help me God: substance abuse, religion and spirituality*. Columbia University: The National Center on Addiction and Substance Abuse – CASA, 2001.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura. Volume III: Fin de milenio*. Barcelona: Alianza Editorial, 1998.

CASTRO, Mary (et al). *Cultivando vida, desarmando violências: experiência em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecon, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. “Cultura, Identidades e Cidadania: Experiências com adolescentes em situação de risco”. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Vol. 2. Brasília, 1998.

CEBRID. “Drogas:uma visão interdisciplinar”. Disponível em: <http://intranet.epm.br/cebrid/index.php3>. Acesso em: 22/03/2002.

CEPAL. “Agenda Social: As drogas na América Latina”. In: *Panorama Social de América Latina: 1999-2000*.

CHOMBART DE LAWUE, Marie-José. *Un monde autre: L'enfance*. Paris: Payot, 1979.

CONEN/RS. *Plano estadual de prevenção contra o uso do álcool, tabaco e outras drogas*. Rio Grande do Sul, 1996.

CONGER, Rand D. “The social context of substance abuse: a developmental perspective”. Disponível em: <http://www.nida.nih.gov/PDF/Monographs>. Acesso em 26/06/2002.

COSTA, Ana Carolina L. L.; GONÇALVES, Elizabeth Costa. “A sociedade, a escola e a família diante das drogas”. In: BUCHER, Richard (Org.) *As drogas e a vida: uma abordagem psicossocial*. São Paulo: EPU, 1988. p. 49-54.

CRUZ, Amadeu Roselli. “Prevenção ao abuso de drogas pela educação formal”. In: *Educação e prevenção ao abuso de drogas*. Rio de Janeiro: Editora Santa Úrsula, 1992. p. 29-44. Monografias do CEDUSU. Série Prevenção 01.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. *Nem soldados, nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

DEBARBIEUX, Éric (Coord.). “La violence à l’ école: approaches européennes”. In: *Revue Française de Pédagogie*, Institute National de Recherche Pedagogic, n° 123, mai-juin, 1998.

_____. *L’oppression quotidienne – Recherches sur une délinquance des mineurs*. Rapport á: Institut des Hautes Etudes de la Sécurité Intérieure – IHESI; Conseil Regional Aquitaine; DSU Nor Littoral – Marseille; DSU 15ème Sud – Marseille, 2001.

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. *Violence à l’école et politiques publiques*. Paris: ESF Editeur, 2001.

DEBARBIEUX, Eric; GARNIER, Alix; MONTOYA, Yves; TICHIT, Laurence. *La Violence en milieu scolaire. 2–De desordre dès choses*. Paris: ESF Editeur, 2001.

DEVINE, John. “Lê marche de la violence scolaire”. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. *Violence à l’école et politiques publiques*. Paris: ESF Editeur, 2001. p. 147-157.

DONATO, Ausônia F. *Alguns aspectos educacionais do problema da toxicomania*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1970.

DUBET, François. *Les lycéens*. Paris: Éditions dul Seuil, 1991.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1972.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGUITA, Mariano F. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESTATUTO. *Direitos da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069 13/07/1990 (DOU Seção 1 – 16/07/90 – ret. 27/09/90). Art. 243, p. 73. Prefeitura de Palmas. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2000.

GALDURÓZ, José Carlos F. *O uso de inalantes (solventes) entre estudantes de 1º e 2º graus em dez capitais brasileiras – 1993*. 1996. 185f. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Paulista de Medicina / Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

GALDURÓZ, José Carlos F.; NOTO, Ana Regina; CARLINI, E.A. “A adolescência, o ensino e o abuso de drogas: reflexões”. In: *Revista TEMAS*, São Paulo, vol. 25, nº 49: 48-57, 1995.

GALDURÓZ, José Carlos F.; NOTO, Ana Regina; CARLINI, E.A; NAPPO, Solange A. *I Levantamento domiciliar nacional sobre o uso de drogas psicotrópicas. Parte A: Estudo envolvendo as 24 maiores cidades do estado de São Paulo – 1999*. São Paulo: Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID : Universidade Federal de São Paulo, 2000.

GODOI, Alcinda M. M.; MUZA, G.M.; COSTA, M.P; GAMA, M.L.T. “Consumo de substâncias psicoativas entre estudantes da rede privada do Distrito Federal”. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 25 (2):150-6, 1991.

GREa – Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas. Disponível em: <http://www.usp.br/medicina/grea/drogasmain.htm>. Acesso em: 24/05/2002.

GUIMARÃES, Eloisa. *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 1997.

HOPENHAYN, Martín. “Nuclearse, resistirse, abrirse: las tantas señales em la identidad juvenil”. In: *Revista Chilena de Temas Sociológicos*, Santiago del Chile, nº 03, dezembro/1997.

_____. *Perfil finisecular: juventud globalizada, juventud desintegrada*. São Paulo: reunião sobre a Juventude / Kellogs Institute, 1997.

_____. *El estigma de las drogas ilícitas: una lectura desde la cultura*. Montevideo: Universidad de la República – Fundación Rockefeller, 1999.

_____. *La vulnerabilidad reinterpretada: asimetrías, cruces y fantasmas*. CELADE, 2001a. Reunión sobre Vulnerabilidad.

_____. *Ciudadanía descentralizada em tiempos de globalización*. México: Colégio de Michoacán, 2001b.

_____. *Droga y violencia: fantasmas de la nueva metrópoli latinoamericana*. Universidad de Pittsburg, 2002. No prelo.

INBC – International Narcotics Control Board. Disponível em: <http://www.inbc.org>. Acesso em: 13/08/2002.

INCA – Instituto Nacional do Câncer. Disponível em: <http://inca.com.br>. Acesso em: 27/09/2002.

INEM, Clara Lúcia. “A adolescência e o uso de substâncias psicoativas: um problema social”. In: BASTOS, Francisco Inácio; GONÇALVES, Odair (Orgs.). *Só socialmente...* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

INEM, Clara Lúcia; ACSELRAD, Gilberta (Orgs.). *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1993. Série Diversos.

JOHNSTON, Lloyd D. *Reasons for use, abstention and quitting illicit drug use by american adolescents*. A report commissioned by the Drugs-Violence Task Force of the National Sentencing Commission. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research, 1998. Paper 44.

KARAM, Maria Lúcia. “Legislação brasileira sobre drogas: história recente. A criminalização da diferença”. In: ACSELRAD, Gilberta (Org). *Aversos do prazer: drogas, aids e direito humanos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 151-160.

KNOBEL, Maurício. *Aspectos psicológicos e psiquiátricos ligados ao uso de drogas pelos adolescentes*. São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, 1981.

LARANJEIRA, Ronaldo. *A identificação do uso de drogas nas escolas*. São Paulo, 2000.

LIMA, Élson da Silva. *Drogas na escola: quem consome o quê?* 1991. 132f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro.

LIMA, Rita C. C.; BISCAIA, M. *Projeto de prevenção à dependência química*. Boletim da Unidade Certa, ano 1, nº 1, setembro de 1996.

Malignant neglect: substance abuse and america's schools. The National Center on Addiction and Substance Abuse – CASA. Columbia University, September 2001.

MC BRIDE, P.; BUSUTTIL, A. “A new trend in solvent abuse deaths?”. In: *Medicine, Science and the Law*, 30 (3): 207-13, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (et al). *Fala galera: juventude, violência e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE / MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Consumo de drogas psicotrópicas no Brasil, em 1987*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1989. Série Estudos e Projetos.

_____. *O uso de drogas psicotrópicas por estudantes de 1º e 2º graus da rede estadual, em dez capitais brasileiras – 1987*. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1989. Série Estudos e Projetos.

MIZIARA, Ivan. “Alcoolismo já é problema na adolescência”. *Documenta CRP-08*. Ano I, nº 1 – set/dez., 1991. Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 1:62-67, 1991.

MONTEIRO, Simone; REBELLO, Sandra; SCHALL, Virgínia. “Jogando e aprendendo a viver: uma abordagem da AIDS e das drogas através de recursos educativos”. In: MESQUITA, Fábio; BASTOS, Francisco Inácio. *Drogas e aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MORAES, Talvane Marins. “Os tóxicos e a juventude: aspectos atuais do problema das fármaco-dependências”. In: *Revista de Psiquiatria*, São Paulo, vol. 12: 23-30, dezembro/1971.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MURAD, José Elias. “Educação e prevenção do abuso de drogas”. In: *Boletim Especial sobre Farmacodependencia*, nº 223. Instituto Interamericano Del Niño/OEA. 1985.

_____. “Educação e prevenção do abuso de drogas”. In: *Boletim Del Instituto Interamericano Del Niño*, nº 223. jan/jun, 1985.

_____. *Como manter sua escola longe das drogas*. Abraço/Pré-Vida. Belo Horizonte/Brasília, 1989.

_____. *Como enfrentar o abuso de drogas*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1992.

MUZA, Gilson Maestrini; COSTA, Marisa Pacini. “Aspectos sócio-familiares do consumo de tabaco por adolescentes escolares da rede privada do Distrito Federal”. In: *Revista ABP-APAL*, Brasília, 15 (1) 31-36, 1993.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch (et al). *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: UNESCO, 2001.

NOTO, Ana Regina; FORMIGONI, Maria Lúcia O. S. *Drogas psicotrópicas e a política de saúde pública no Brasil*. Trabalho não publicado.

NOWLIS, H. *La verdad sobre la droga. La droga y la educación*. Paris: Unesco, 1982.

OLIVEIRA, Edylla M.L.P. “Drogas e seus efeitos”. In: BUCHER, Richard (Org.). *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo: EPU, 1988. 75-85.

OLIVEIRA, Jozenir Alves. “A adolescência e o uso de drogas”. In: BUCHER, Richard (Org.) *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo: EPU, 1988a. p.25-31.

OSAVA, Mario. “Tudo vira droga”. In: *Jornal da Cidadania*, n° 112, julho/agosto 2002. Disponível em: http://www.ibase.br/pagina/jc_osava.html. Acesso em 12/09/2002.

PAHO, 1987. Organização Pan-Americana de Saúde.

PAIVA, Cláudio Côrtes. “Motivações para uso de droga”. In: BUCHER, Richard (Org.). *As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial*. São Paulo: EPU, 1988.

PASSERON, Jean-Claude. “Le sens de la domination”. In: CHEVALDONNE, F. *La communication inégale*. Préface. Paris: CNRS, 1981. p.07.

PECHANISKY, Flávio. *O uso de bebidas alcoólicas em adolescentes residentes na cidade de Porto Alegre: características de consumo e problemas associados*. 1993. 76f. Dissertação (Mestrado em Clínica Médica). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. “Padrões de consumo de bebidas alcoólicas em adolescentes residentes na cidade de Porto Alegre”. In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Porto Alegre, volume 44, n° 05, maio/1995.

PECHANISKY, Flavio; SOIBELMAN, Mauro. “O uso de substâncias psicoativas por alunos de uma escola privada de Porto Alegre”. In: *Revista AMRIGS*, Porto Alegre, 36 (2): 114-119, abr/maio/jun, 1992.

PEDDRO – Prevención, Educación, Drogas. *Sida y abuso de las drogas: bloquear la epidemia*. Paris: UNESCO / Comisión Europea / ONUSIDA, diciembre 2001.

PINSKY, I. *Análise da propaganda de bebidas alcoólicas na televisão brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1994.

PONS DIEZ, Javier; BERJANO PEIRATS, Enrique. *El consumo abusivo de alcohol en la adolescencia: un modelo explicativo desde la psicología social*. Espanha: Ministerio del Interior, 1999. Plan Nacional sobre Drogas.

PROAD – Programa de Orientação e Assistência a Dependentes. Dependência – Compreensão e assistência às toxicomanias. “Prevenção ao uso indevido de

drogas: o adolescente, a família e a escola”. In: *Encontro sobre prevenção do uso indevido de drogas*. São Paulo, 1-10, 1993.

RAHDE, Alberto Furtado (Org.). “Prevenção ao uso abusivo de drogas como processo educacional de desenvolvimento humano”. In: *Cadernos EDIPURS 8*, Multifaces da Toxicologia I. Série Toxicologia 4. Porto Alegre, 1994.

RAMOS, Sérgio de Paula (Coord.). *Proposta para uma política nacional de prevenção do consumo do álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas*. Ministério da Saúde / Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Ministério da Educação / Fundação Nacional do Desenvolvimento da Educação e Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas – ABEAD, 1991.

Revista SuperInteressante. São Paulo: Editora Abril, nº 06, setembro/ 1998. Edição Especial “As substâncias do vício”.

ROYER, Égide. “Violence à l’école et politiques de formation dès enseignants”. In: DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. *Violence à l’école et politiques publiques*. Paris: ESF Editeur, 2001. p. 179-191.

SALLES, Leila Maria Ferreira. “As drogas e o aluno adolescente”. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.) *Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998. p.123-142.

SANCHES, Amauri M. Tonucci; SANCHES, Vilma Fagundes. “O consumo da maconha no curso de segundo grau: um estudo exploratório”. In: SANCHEZ, Amauri M.Tonucci (et al). *Drogas e drogados: o indivíduo, a família, a sociedade*. São Paulo: EPU, 1982. p.143-202.

SCHIO, Celso (et al). “O tabagismo entre estudantes secundaristas da zona urbana de Porto Alegre”. In: *Revista Hospital de Clínicas de Porto Alegre-HCPA*, Porto Alegre, vol. 12, nº. 2, p.117-120, dezembro/1992.

SCHIRAY, Michel; GEFFRAY, Cristian; FABRE, Guilherm. “Drug trafficking: economic and social dimensions”. In: *International Social Science Journal*. England, Blackwell Publishers / Unesco, nº 169, September/2001.

SCIVOLETTO, S.; ANDRADE, E. “A cocaína e o adolescente”. In: LEITE, Marcos Costa; GUERRA, Arthur (Orgs.). *Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento*. Porto Alegre: Editora ARTMED, 1999. p. 137-151.

SCIVOLETTO, Sandra; GIUSTI, J. S. “Particularidades do uso de drogas entre adolescentes do sexo masculino e feminino”. In: *XVIII Congresso Brasileiro de Psiquiatria e Regional, 2000, Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado na Sessão

Pôster do Meeting World Psychiatric Association.

SCIVOLETTO, Sandra; SHIGUEO MORIHISA, Rogério. “Conceitos básicos em dependência de álcool e outras drogas na adolescência”. In: *Jornada Brasileira de Dependência Química 2001*; 2 (Supl. 1): 30-33. 2001.

SIQUEIRA, Maria José. “A prevenção e a escola: discurso e prática. Contradições e caminhos”. In: INEM, Clara Lúcia; ACSERALD, Gilberta. (Orgs.). *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 25-30.

SISSA, Giulia. *O prazer e o mal: filosofia da droga*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

STEWIEN, Glacilda; MARCONDES, Ruth. “Uso de cigarros entre adolescentes de uma escola de 1º grau da cidade de São Paulo”. In: *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 13: 235-243, 1979.

TAVARES, Beatriz F., BÉRIA, Jorge U.; LIMA, Maurício S. “Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes”. In: *Revista de Saúde Pública*, Pelotas, 35 (2): 150-158, 2001.

UCHÔA, Roberta Salazar. *Vidas viradas ao avesso: uma análise sobre a dependência do álcool em adultos jovens*. 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco / Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Recife.

UERJ/PRODEMAN – Coordenadoria de Pesquisas Sociais. “Envolvimento de adolescentes com o uso e o tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. In: *Cadernos Prodeman de Pesquisas*, Rio de Janeiro, nº 1, junho/2000.

UNDCP – Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção ao Crime. *Brasil: 10 anos de compromisso*. Brasil: ONU/UNDCP, 1999.

_____. *Qualidade de vida e produtividade: os resultados de uma iniciativa vitoriosa*. Brasil: Projeto de Prevenção ao uso de drogas no trabalho e na família, 2001.

UNESCO. “O quebra-cabeça das drogas”. In: *Revista O Correio da Unesco*, 1973, 7 (1), 1-33.

_____. “O mosaico das drogas”. In: *Revista O Correio da Unesco*, 1982, 10 (3), 1-34

_____. “Educação contra a droga”. In: *Revista O Correio da Unesco*, 1987, 15 (9), 4-13.

UNOCCP – United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention. *Global Illicit Drug Trends, Statistics, 2002*.

VELHO, Gilberto. “A dimensão cultural e política dos mundos das drogas”. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VELHO, Gilberto. O banquete da violência. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2002. Prosa & Verso. p. 01.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. Brasília: Cortez Editora, 1998.

WORLD BANK, *World Bank annual report, 1993*. Washington, DC: World Bank, 1993.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan, Editora UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba (Org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. “Violência, dinheiro fácil e justiça no Brasil: 1980-1995”. In: ACSELRAD, Gilberta (Org.). *Avessos do prazer: drogas, aids e direito humanos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p.51-74.

_____. “À guisa de conclusão: Cidadãos não vão ao paraíso”. In: ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____. “A criminalização de drogas e o reencantamento do mal”. In: ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____. “A autoridade, o chefe e o bandido: dilemas e saídas educacionais”. In: ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.